

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

MÁRCIO CLAYTON DA SILVA COSTA

**PRAZER E GOZO NA TOXICOMANIA: COMO AS DROGAS
CONCERNEM AO SOCIAL?**

**São Luís
2016**



MÁRCIO CLAYTON DA SILVA COSTA

**PRAZER E GOZO NA TOXICOMANIA: COMO AS DROGAS
CONCERNEM AO SOCIAL?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Valéria Maia Lameira.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

**São Luís
2016**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Costa, Márcio Clayton da Silva.

Prazer e Gozo na Toxicomania : Como as drogas concernem
ao social / Márcio Clayton da Silva Costa. - 2016.
95 f.

Orientador(a): Valéria Maia Lameira.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Psicologia/cch, Universidade Federal do Maranhão, São
Luis, 2016.

1. Gozo. 2. Prazer. 3. Psicanálise. 4. Social. 5.
Toxicomania. I. Lameira, Valéria Maia. II. Título.

**PRAZER E GOZO NA TOXICOMANIA: COMO AS DROGAS
CONCERNEM AO SOCIAL?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Valéria Maia Lameira (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Isalena Santos Carvalho (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Livia Janine Leda Fonseca Rocha (UEMA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, especialmente aos que residiram sob o mesmo teto que eu enquanto esta dissertação foi escrita: Maria do Carmo, Márcia Chiara e Marcele Cristina.

À orientadora, Valéria Lameira, pela disponibilidade e implicação no trabalho, que possibilitou a construção e reconstrução deste texto.

À banca de qualificação, Isalena Carvalho e Lívia Rocha, pelas contribuições feitas ao projeto.

Aos colegas de mestrado, especialmente àqueles como quem pude compartilhar o estudo do *Seminário 5*, bem como as dificuldades próprias de escrever em psicanálise: Vinícius, Simone e Cinthia.

Ao colega de trabalho, Eliandro, por ter trabalhado mais, enquanto eu assistia às aulas.

À Alice, pela companhia e dedicação na revisão textual.

Aos amigos de sempre, que tiveram um ou outro convite recusado.

A todos que, direta e indiretamente, contribuíram na tessitura desta proposta.

DEDICATÓRIA

Aos toxicômanos que pude escutar durante um estágio no Caps ad.

[..] decidimos nada simplificar e nada ocultar. Se não conseguirmos ver as coisas claramente, pelo menos veremos claramente quais são as obscuridades (Freud).

RESUMO

O consumo e dependência de substâncias psicoativas têm ocupado um lugar de destaque na atualidade. Seja por sua presença constante nos veículos midiáticos, seja pelo desafio que representa tanto para o legislador quanto para o pesquisador, consideramos que essa é uma temática premente para nossa sociedade. Nesse cenário, por meio de uma pesquisa teórica, fundamentada no retorno a Freud realizado por Lacan, interrogamos o fenômeno da toxicomania pela perspectiva da psicanálise. O trabalho com a toxicomania pela via psicanalítica implica considerar o inconsciente como suporte de toda consideração que aqui realizamos, de modo que nosso ponto de partida e foco de interesse não é a droga, e sim o que se passa no nível do sujeito que pode se engajar nos tóxicos. Levando em consideração que o sujeito não é redutível ao individual, objetivamos analisar como a toxicomania concerne ao social. Buscamos situar as balizas teóricas que justificam a proposição de que a toxicomania não é um sintoma particularizável, mas que concerne ao nosso modo atual de organização social. Para tanto, se impôs a nós o trabalho de articulação de nosso tema central com noções como prazer, repetição e gozo.

Palavras-chave: Psicanálise; Toxicomania; Prazer; Gozo; Social.

ABSTRACT

The use and addiction on psychoactive substances have been a noticeable concern nowadays. Be it for its constant presence in the media or because it is a challenging matter for researchers and jurists, we consider this to be a relevant issue for our society. In such context, through theoretical research, based on the lacanian return to the freudian theories , we aim to analyze the phaenomenon of toxicomania through the perspective of the psychoanalysis. As we work with toxicomania through the psychoanalytic point-of-view, it implies that the unconsciousness is the basis of our considerations, so that our objective and interest is not the drug itself, but the effects on the subject which engages in such addiction. Taking into consideration that the subject cannot be reduced to individuality, we intend to analyze how the toxicomania refers also to the social structure. We aim to search for the theoretical foundations that justify the assumption that toxicomania is not a particular symptom, but one that relates to our current social structure. In order to meet these purposes, it was necessary to articulate our major issue with concepts such as pleasure, repetition and jouissance.

Keywords: Psychoanalysis; Toxicomania; Pleasure; Jouissance; Social.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 O INCONSCIENTE: APRESENTAÇÃO PRELIMINAR DE CONCEITOS NORTEADORES DESTE TRABALHO.....	16
2.1 As características do funcionamento inconsciente.....	18
2.2 O inconsciente estruturado como linguagem.....	25
2.3 O sujeito na psicanálise.....	32
3 O PRAZER E O MAL-ESTAR.....	39
4 O GOZO.....	51
4.1 Algumas considerações sobre a relação da toxicomania com o gozo.....	61
5 COMO A TOXICOMANIA CONCERNE AO SOCIAL?.....	71
5.1 De que discurso se trata na toxicomania?.....	77
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	93

1. INTRODUÇÃO

O consumo e a dependência de drogas enquanto um dos problemas-chave da atualidade e como desafio a ser superado é algo diante do qual somos cotidianamente confrontados. Apesar da presença constante dos múltiplos usos das drogas (ritualísticos, religiosos, terapêuticos) na história humana, vivemos em meio a um alardeio midiático da droga enquanto a grande responsável pela violência, pela destruição das famílias, pelos problemas do trânsito e por toda uma gama de desarmonias sociais. Testemunhou-se recentemente certa agitação política em torno do crack, bem como a sua consequente encarnação do papel de bode expiatório de várias mazelas do funcionamento social. Tal enquadre tem chamado a atenção e convocado os profissionais e pesquisadores das áreas envolvidas a produzirem trabalhos, reflexões e propostas de intervenção nesta área como uma forma de resposta a esse apelo da sociedade.

As leituras diante do fenômeno da toxicomania são tantas e tão diferentes quanto as várias concepções de homem presentes na multiplicidade dos saberes comumente denominados de ciências humanas. Nessa multiplicidade de paradigmas ressoam os polêmicos dilemas acerca do que tem sido feito e do que pode e deve ser ou não ser feito a respeito da toxicomania. Discute-se a necessidade ou não de internação, a legitimidade ou o perigo da descriminalização, a eficácia da política da redução de danos, a responsabilidade das políticas de segurança pública e/ou políticas de saúde pública no enfrentamento do problema, etc. A psicanálise enquanto perspectiva teórico-clínica não é indiferente a tais debates, mas na medida em que pode tomar parte na discussão que gira em torno do toxicômano, o faz resguardando a peculiaridade do seu ponto de partida: a escuta do sujeito. Trata-se não das drogas, mas do sujeito.

A toxicomania, na perspectiva da Organização Mundial de Saúde (1993), está referida no quadro da Síndrome de dependência que, para ser diagnosticada, precisa contar com repetido consumo de uma ou várias substâncias psicoativas, associado tipicamente a desejo intenso de utilizar a droga, dificuldade no controle do consumo, persistência na utilização mesmo frente à evidência de consequências danosas, tolerância, abstinência e prioridade maior dada à droga em relação a outras atividades.

Não basta, mesmo para OMS, a constatação de uma ou mais intoxicações para diagnosticar um quadro de dependência. Constata-se o reconhecimento de que nem todo uso de substâncias psicoativas se equivale. Porém, a base em que se sustenta esse

reconhecimento só pode ser diferente do que é elaborado pela psicanálise. O que assume a centralidade no diagnóstico médico ainda é a frequência e quantidade de uso, parecendo não haver um sujeito com suas questões em questão. Na psicanálise o sujeito é situado no centro do problema.

A premência que os debates sobre as drogas têm assumido no dia-dia, nas políticas do governo, nas universidades, nos serviços de saúde mental, despertou o interesse pela construção deste trabalho. É um trabalho que se desdobra sobre si mesmo, pois se coloca como questão este interesse, este alardeio em torno das drogas na sociedade contemporânea, abrindo-se espaço para pensar a toxicomania como algo que concerne ao social.

A convicção de que a psicanálise – enquanto discurso que se constitui a partir da escuta do sujeito – pode ter contribuições significativas a esse campo, justo por incidir e dar espaço àquele que está em questão sustenta a escolha desse tema de trabalho.

Falar de toxicomania pela psicanálise implica que consideremos a sobredeterminação inconsciente como implícita em qualquer de nossas formulações. Sabemos que em determinada etapa da construção da obra freudiana, encontra-se formulado que o propósito dominante no registro do inconsciente é o princípio do prazer. O aparelho psíquico esforça-se para alcançar o prazer e visa afastar-se de tudo que pode ser tido como desprazeroso (FREUD, 1911/1996).

As substâncias tóxicas são incluídas em uma sequência de medidas que trabalham no intuito de evitar o desprazer. O tóxico seria a substância por meio da qual haveria a possibilidade de estabelecer uma insensibilidade ao sofrimento, além de provocar, por sua ação direta no corpo, sensações prazerosas. Freud (1930/1996) indica que é nessa propriedade dos tóxicos que reside seu perigo e seu potencial para gerar danos.

Em *Além do princípio do prazer*, Freud (1920/1996) avança em sua clínica e mostra como o funcionamento inconsciente não se encontra exclusivamente sob o domínio do princípio do prazer, fazendo intervir em sua teoria a noção de compulsão à repetição. Acreditamos que o além do princípio do prazer tanto quanto o próprio princípio do prazer tem muito a nos instruir sobre o campo dos tóxicos.

A repetição, além da tendência homeostática do princípio do prazer, nos defronta com a falta de objeto (LACAN, 1964/2008). Esta falta é o que torna a satisfação possível algo problemático. Os diferentes objetos que se põem para o desejo nunca correspondem de modo completo ao que é visado. Em outras palavras, os objetos de que o ser falante, o

falasser, se vale não podem, via de regra, fazer frente à satisfação que é almejada, isto em decorrência do desejo ser marcado pela busca do reencontro com um objeto que é, na realidade, um objeto perdido, objeto supostamente capaz de propiciar satisfação plena (FREUD 1950[1895]/1996).

Se o princípio do prazer, conforme Freud (1920/1996), é uma tendência contrariada por outras forças em ação na vida psíquica, e o tóxico é apresentado enquanto possibilidade de efetivar o referido princípio (FREUD 1930/1996), a prática de intoxicar-se consiste em uma tentativa de neutralização das forças que se opõem à tendência para a baixa tensional visada pelo princípio do prazer. Não obstante, pensamos que, mesmo que considerada plausível, essa leitura da relação entre tóxico e princípio do prazer não basta para pensarmos o complexo fenômeno da toxicomania. Parece antes deixar inabordado parte dos problemas centrais daquilo que Freud (Ibidem) chama de intoxicação crônica e que pensamos corresponder ao que hoje é chamado de toxicomania.

Há em jogo nos quadros de adição a substâncias um papel proeminente exercido pela repetição da intoxicação em sua alternância com períodos de abstinência. Nisso podemos distinguir que não apenas o prazer, isto é, não apenas o momento de redução de tensão é visado. Essa característica da toxicomania impõe ao nosso trabalho a necessidade de nos determos na noção de gozo como conceito lacaniano que pode trazer contribuições valiosas para a discussão. Pretendemos pela via da repetição, pelo mais além do prazer no tóxico, e pelo que podemos acompanhar das formulações de Lacan, interrogar teoricamente então em que consiste o gozo em questão na toxicomania.

De toda maneira vemos, em nossa abordagem do tema, configurar-se uma concepção de toxicomania enquanto uma espécie de tentativa de remediar a falta, de organizar-se de modo diferente do que Freud (Ibidem) vislumbrou como a forma ordinária na qual nos organizamos para viver em sociedade. Se o ser humano enquanto ser falante encontra-se fadado ao mal-estar pelo que é imposto como obstáculo a uma vida de satisfação irrestrita, o tóxico apresenta-se como medicação dessa infelicidade.

É compreensível que se interrogue então se a toxicomania limita-se a um acidente individual, contingente, não dizendo respeito ao conjunto social, já que se coloca à parte de nossa organização social fundada no mal-estar. Pensamos que essa não seja a melhor visada sobre o assunto.

Para Charles Melman (1992) a droga como panacéia para a insatisfação humana, consiste em uma forma de apelo de uma economia que está além da economia psíquica,

concernindo diretamente à lógica de consumo e produção de mercadorias em que se sustenta nossa sociedade. A sociedade de consumo mantém um ideal que é realizado pela toxicomania. Há nessa perspectiva uma leitura da toxicomania como, sobretudo, uma problemática social.

A presente pesquisa visa encontrar na teoria as bases para esse reconhecimento da toxicomania como fenômeno concernente à nossa forma de organização social. Deste modo, nos interessa insistir na questão: O que faz com que, em psicanálise, a dependência de substâncias não esteja sendo vista apenas como um problema pessoal, particular, individual? Quais aspectos demarcam que ela não é algo isolável, localizável, mas que concerne à própria sociedade como um conjunto? Almejamos nos situar quanto a essa interrogação, isto é, intentamos analisar o que faz a toxicomania uma problemática social, tendo como perspectiva o retorno a Freud realizado por Lacan. Como forma de alcançar nosso intento, propomo-nos a: apresentar o percurso teórico que embasa o desenvolvimento da temática relativa à toxicomania; precisar teoricamente o papel dos tóxicos e das intoxicações na vida psíquica; caracterizar o prazer e o gozo implicados na toxicomania, bem como o entrelaçamento desses conceitos com o social.

No que diz respeito ao método de construção do trabalho, partimos da constatação que a pesquisa em psicanálise não é dissociada da prática clínica. Na constituição da psicanálise, no próprio modo de proceder freudiano, pode-se observar a íntima dependência entre teoria e prática.

Por meio do texto *A pulsão e suas vicissitudes*, Freud (1915a/1996) evidencia essa mútua dependência. Inicialmente, o referido texto indica que o ponto de partida de toda atividade científica consiste na descrição, agrupamento, classificação e correlação dos fenômenos. Freud chama a atenção para a necessária imprecisão inicial das definições quando da estruturação de uma investigação científica, de forma que só posteriormente, no desenvolvimento dessa investigação, que as proposições vão adquirindo contornos mais definidos. Então nos diz que é por repetidas referências ao campo investigado que se torna possível alguma compreensão do material empírico, ao qual, de início, são aplicadas algumas ideias abstratas com as quais possam ser estabelecidas significativas relações. Progressivamente e dialeticamente, o trabalho vai se tornando mais consistente, possibilitando uma maior coerência interna às formulações.

Podemos então dizer que, ao mesmo tempo em que a prática só pode caminhar quando enriquecida, problematizada pela elaboração teórica, a teoria só avança por

referência às questões, aos impasses que só a prática pode colocar em cena. É uma exigência da prática clínica psicanalítica um permanente labor conceitual.

Tendo em vista o papel capital da clínica para a pesquisa psicanalítica, na qual o analista é tão objeto quanto o analisante e o material inconsciente que emerge, Lo Bianco (2003) indica que o pesquisador não tem como ser apagado de sua pesquisa. A neutralidade então é indesejável e mesmo impossível, pois o pesquisador fala de determinado lugar e aparece implicado indissociavelmente ao material que pretende analisar.

Contudo, conforme ainda destacado por Lo Bianco (Ibidem), não é possível atribuir unicamente ao contato com a clínica toda a possibilidade de conceitualização psicanalítica. É importante também questionar os textos, examinar a construção dos conceitos e os lugares teóricos que ocupam, entrando-se em contato com as elaborações prévias, não as tomando como dados prontos e definitivos.

Não se trata, pois, da observação pela observação, de esperar de uma sessão analítica “o que vier”, de estar diante do analisante como um leigo estaria. É preciso que o mergulho na clínica seja acompanhado da elaboração, do trabalho analítico sobre as questões que sustentam o contato com o paciente. Só assim pode-se valer do que emerge na clínica. O que estamos considerando o trabalho do analista inclui o que vemos ser a preocupação de Freud com a busca de formulações teóricas mais claras e precisas (Ibidem p.120).

Quer dizer, não apenas a prática alimenta a teoria, mas a elaboração teórica também dá sustentação à prática. A psicanálise não se esgota na observação e interpretação empírica, por isso o material advindo da clínica não se configura como suficiente por si mesmo. De acordo com Lacan (1954-1955/2010), é evidenciado na obra freudiana que só podemos avançar no campo empírico a partir do trabalho com os conceitos.

Considerando o acima exposto, a proposta do presente trabalho é a de ser uma elaboração teórica que contribua para formulações mais claras e precisas sobre a toxicomania. Entretanto, é preciso ter em vista o que Freud (1915a/1996) diz: “O avanço do conhecimento, contudo, não tolera qualquer rigidez, inclusive em se tratando de definições” (p.123). Não se parte de um saber já pronto, fechado e constituído, nem se pretende chegar a esse ponto. A pesquisa em psicanálise é tomada na perspectiva de uma abertura à revisão, já que, conforme ensina-nos Lacan (1954-1955/2010), é também pela contínua retomada dos conceitos, pelo remanejamento e constante enriquecimento da conceitualização psicanalítica que a prática pode avançar.

A experiência de realizar uma pesquisa tendo como horizonte a abertura para o remanejamento e enriquecimento conceitual pôde nos remeter àquilo que Lacan (1953-1954/2009) propõe como uma espécie de critério para sabermos que ainda estamos no registro da verdadeira psicanálise: Que ela seja divertida. Lacan diz isso ao apresentar um experimento ótico, oportunidade na qual chama a atenção para o fato científico de que não é preciso saber nada de ótica para construir um microscópio. Pode-se proceder na física superficialmente, trabalhando-se com noções, conceitos e construtos que se desconhece quase completamente. Seria esse tipo de procedimento responsável pelo fim da diversão na física. O mesmo se aplica ao campo da psicanálise.

No processo de construção da presente pesquisa isso pôde ser evidenciado. Inicialmente pensado como um trabalho que pretendia reunir as proposições dos psicanalistas em relação à toxicomania, com o objetivo de refletir sobre as implicações que poderiam ser daí extraídas, a pesquisa converteu-se, gradualmente, em uma interrogação sobre as bases conceituais dessas proposições. Tornou-se assim, do ponto de vista do percurso de formação do autor, um trabalho muito mais enriquecedor, ainda que mais laborioso e modesto. Assim, pensamos fazer jus à proposta de não iniciar a pesquisa partindo de definições acabadas e verdades prontas. Em lugar disso fomos, com o recurso possível, construindo um caminho teórico que nos levasse *ao encontro* - ou mesmo *de encontro* - do que é dito sobre a toxicomania sob a égide da psicanálise.

Para a consecução da escrita deste trabalho, valemo-nos de uma pesquisa bibliográfica em que se deu centralidade às obras de Sigmund Freud, Jacques Lacan e Charles Melman.

No que tange às etapas de construção da dissertação seguiu-se este itinerário: Após a formulação do problema de pesquisa e de sua discussão, realizou-se a busca de fontes e sua seleção de acordo com os objetivos estabelecidos. A leitura foi acompanhada da realização de fichamentos que auxiliaram na utilização dos textos de referência e na organização lógica do assunto. O material escrito foi objeto de constante discussão em orientação, mediante o que pôde ser recorrentemente reformulado até sua versão final. Optou-se por não estabelecer uma limitação temporal das publicações utilizadas selecionando-se assim o material coletado a partir de sua pertinência ao objetivo proposto.

A literatura contemplada aponta que o trabalho com a toxicomania implica em dar-se atenção ao lugar ocupado pelo tóxico para o sujeito, ao lugar que lhe é dado na cadeia significante. Afinal, toda a construção psicanalítica parte da experiência da escuta

do sujeito, sujeito este representado entre significantes. O que se coloca em nível significante está na dependência do que se passa do lado do Outro. A toxicomania está inserida na história de um sujeito, ocupando um lugar que lhe foi dado por meio de uma sobredeterminação que comparece na esfera do sentido, efeito do submetimento às leis da linguagem, conforme as quais o inconsciente, como discurso do Outro, é estruturado.

O sujeito, que é o que em nosso tema pode nos interessar, tem sido obliterado por um discurso científico que pretende reduzir as suas questões, inclusive em relação às drogas, a desequilíbrios neuroquímicos. Ao passo que o sujeito é considerado pela ciência em geral como incômodo fator de erro, de distorção da almejada objetividade, a psicanálise vem resgatar a dimensão do sujeito no fenômeno da toxicomania, defendendo que não se trata de um plano puramente orgânico, fisiológico (MELMAN, 1992).

Diante de tal cenário, cabe-nos destacar que, conforme Lacan (1953-1954/2009), o estilo de pesquisa inaugurado por Freud avança de modo inteiramente diferente de outras pesquisas científicas, pesquisas objetivas e objetivantes do método científico comum: O domínio da pesquisa em psicanálise não descarta a dimensão do sujeito.

Por lidar com o sujeito do inconsciente, a questão que a psicanálise propõe como ponto de partida, no que diz respeito à toxicomania, não é o que fazer para curar alguém da dependência, mas sim qual o lugar que as drogas assumem no discurso do *parlêtre*, esse animal falante que, de modo algum, se equivale ao sujeito racional - o senhor de si mesmo presente no ideário moderno - nem é redutível a uma individualidade apartada de sua dimensão social.

2. O INCONSCIENTE: APRESENTAÇÃO PRELIMINAR DE CONCEITOS NORTEADORES DESTE TRABALHO.

O estudo da toxicomania pela via da psicanálise, criada por Freud (1856 – 1939), implica situar a noção de inconsciente como fundo e suporte de toda consideração que aqui se pretenda. Tendo isso em vista, propomos neste capítulo apresentar algumas formulações sobre o conceito de inconsciente, o que oportunizará remetermo-nos a outros conceitos psicanalíticos que também serão essenciais para a elaboração deste trabalho. Entendemos que seja importante essa apresentação preliminar, pois nos poupará excessivas digressões quando, no decorrer de nossa escrita, repetidamente tenhamos de recorrer a conceitos tão diversos quanto complexos.

É a psicanálise que pode propiciar a familiaridade com as peculiaridades do funcionamento inconsciente, originalmente acessíveis, destaca Freud (1915*b*/1996), sob as condições de sonho e neurose. Freud (Ibidem) diz que o inconsciente é legítimo e necessário. A legitimidade da ideia de que há um inconsciente justifica-se para Freud por não haver nessa ideia qualquer desvio do modo corrente e comumente aceito de raciocínio. Levando em consideração que a consciência, de início, só pode estar certa de si mesma - conforme a formulação cartesiana “penso, logo existo” – a opinião de que os outros seres humanos são igualmente dotados de uma consciência só pode ser resultado de uma inferência e não de uma certeza imediata. Cada um, então, é obrigado a aplicar a si mesmo essa inferência a cada vez que não reconhece algo em sua vida psíquica como seu, quando não é possível estabelecer uma conexão entre um pensamento, uma emoção, uma atitude e o resto de sua atividade mental.

Quando da ocorrência de um ato falho, a troca do nome de alguém, por exemplo, o agente desse ato pode não fazer qualquer ideia consciente do que motivou a troca dos nomes, não sendo possível integrar esse ato na continuidade de sua vida consciente. Isso leva à consideração de que haveria outra consciência detrás da sua consciência. Contudo, essa dupla consciência, segundo a argumentação freudiana, não se sustenta.

Postular a existência de uma consciência da qual nada se saiba seria postular uma consciência desprovida de sua principal característica. Seria o mesmo que postular a existência de uma consciência inconsciente. De resto, seria preciso postular a existência não só de uma segunda consciência, mas de tantas consciências quantos forem os conteúdos que não são reconhecidos na continuidade da vida mental, já que estes são

providos de um alto grau de independência mútua, não estando explícita sua relação entre si, parecendo antes nada “saberem” uns dos outros. O que é possível concluir, diz Freud (1915b/1996), é que existem processos psíquicos desprovidos de consciência. Desfaz-se assim a equivalência estabelecida entre consciência e psiquismo.

A necessidade da noção de inconsciente é estabelecida em conexão com o que se apresenta na experiência comum como lacunas, furos encontrados na vida psíquica consciente. As parapraxias, sonhos e sintomas tornam-se atos psíquicos ininteligíveis caso não se pressuponha algo de inconsciente em sua composição.

Jacques Lacan (1901-1981) vale-se da comparação entre o inconsciente e um capítulo em branco ou encoberto por uma mentira na história de cada um, a parte que falta na continuidade do discurso consciente. Essa formulação inventada por Lacan (1953/1998) nos presentifica a ideia de que o inconsciente, tal como já formulado por Freud, não é equivalente ao recalado, bem como chama a atenção, por meio da referência a um “discurso”, para a imprescindível relação entre linguagem e inconsciente. Esse capítulo da história de cada um não é simplesmente o que foi escondido na continuidade do discurso sob a forma de uma mentira, de uma falsa ligação, mas também é o que permanece em branco, o buraco, o hiato na sequência de uma história.

É no que tropeça, no que escapa, no que é mais e ao mesmo tempo menos do que se esperava encontrar que Freud procura o inconsciente. Tanto no sonho, quanto no chiste, quanto no ato falho, é a sua forma de tropeço que, de início, chama a atenção de Freud, que identifica nessas formações alguma coisa que se quer realizar. Algo se produz nessa hiância, e o que se produz tem a característica de um achado, ou reachado, que sempre está prestes a se esvaír. É nesses termos que Lacan (1964/2008) situa o estatuto do inconsciente conforme a descoberta freudiana. E por situar o inconsciente nesses precisos termos é que ele é levado a dizer que a elaboração conceitual em psicanálise é aproximativa, não deixando de ter relação com o que se chama de cálculo infinitesimal¹, ao impor em sua realização como conceito, um salto.

A realização do conceito de inconsciente, por exemplo, por mais que se a elabore e rebusque, é apenas aproximada, daí a comparação com o cálculo envolvendo unidades indefinidamente menores que qualquer número real. Isto é, quanto ao inconsciente, não é

¹ O cálculo infinitesimal é relativo aos chamados infinitésimos que, sem levarmos em consideração os vieses de distintas definições, podem ser designados como a menor parte em que um continuum pode ser fracionado. O infinitésimo é um número menor que um número real e é indefinidamente pequeno (CARVALHO;D’OTTAVIANO, 2006).

possível encerrá-lo em uma derradeira proposição e explicação. O inconsciente é inapreensível e, portanto, qualquer conceituação sua é marcada pela indefinição e insuficiência.

Ressalta-se, portanto, que o inconsciente não é redutível à ausência de consciência. Ao falar de inconsciente não estamos nos referindo àquilo que não tem a qualidade de ser consciente. De fato, é possível falar de atos psíquicos inconscientes que se diferenciam de atos conscientes apenas em virtude de sua “não consciência” e que podem assomar à consciência a qualquer tempo. Para esse inconsciente, Freud (1915*b*/1996) já utilizava o qualificativo de “descritivo”. Contudo, é em outro sentido que, na maior parte das vezes, o termo inconsciente é utilizado pela psicanálise, sentido esse designado como “sistemático”. Isso quer dizer que se encontra na vida psíquica inconsciente um modo de funcionamento próprio, de maneira que a psicanálise tornou possível distinguir nesse funcionamento, certas características que lhe são peculiares.

2.1 As características do funcionamento inconsciente

Dentre as características desse funcionamento inconsciente, Freud (1915*b*/1996) destaca a intemporalidade, a não contradição mútua entre moções pulsionais, bem como a sujeição ao princípio do prazer e a grande mobilidade do investimento pulsional.

Por intemporalidade, Freud (*Ibidem*) designa a propriedade do inconsciente de funcionar sem qualquer consideração a uma ordem cronológica. O tempo, tomado em sua acepção comum, não é levado em conta na ordenação dos processos inconscientes. O que seria apenas uma marca, uma experiência de um longínquo passado, pode ter efeitos presentes e atuantes na vida psíquica.

A não contradição mútua é a propriedade pela qual as pulsões, por mais incompatíveis que aparentemente sejam, nunca chegam a se anular. As pulsões em lugar de se contradizerem, se combinam, se amalgamam, o que não elimina o teor de conflito que podem apresentar (*Ibidem*).

O conceito de pulsão, enquanto pivô de muitas das articulações que serão imprescindíveis para o desenvolvimento de nossa proposta, exige que nos demoremos um pouco sobre ele. Por sua vez, para a discussão acerca do caráter pulsional do inconsciente, precisamos também esboçar algumas considerações sobre o sexual.

O sexual para o ser falante diferencia-se do que seria apenas uma função de manutenção da vida do indivíduo ou da espécie. O que se encontra nas manifestações do inconsciente é o sexual. Lacan (1964/2008) diz que o que está sublinhado na obra freudiana é a consubstancialidade entre inconsciente e sexual.

A psicanálise descobre por meio dos sintomas neuróticos o papel fundamental exercido pelo sexual na vida psíquica. Freud (1917[1916-17] /1996) dirá que os sintomas são um substituto da satisfação sexual da qual alguém se priva, servindo esse próprio sintoma como possibilidade de satisfação sexual.

Em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* podemos acompanhar como Freud (1905/1996) recorre à noção de pulsão para mostrar que a sexualidade dos homens e mulheres não é regida simplesmente pelo instinto ou pela necessidade, que ela não se reduz ao aspecto biológico. Freud contrapõe-se à confusão entre sexualidade e reprodução e, na obra acima citada, utiliza a homossexualidade, o fetiche, o sadismo e o masoquismo para mostrar como a relação com o objeto sexual é desnaturalizada e não unívoca. Por meio da sexualidade infantil evidencia moções sexuais diferidas das funções reprodutivas e a disposição perversa polimorfa na vida sexual.

Esse funcionamento é completamente díspar de tudo o que se encontra no mundo animal. O animal conta com o instinto, com o que já vem inscrito em sua constituição biológica. No ser falante, o que pode ser pensado como instinto, como constituição biológica, não tem definitivamente a mesma aplicabilidade enquanto guia de conduta na vida. Desde que o animal humano é um animal de linguagem, suas relações com os objetos são desnaturadas, são marcadamente pulsionais.

Ainda em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* encontramos referências a uma teoria da libido. A libido, entendida como uma parte da pulsão sexual que pode ser investida, concentra-se no representante psíquico do objeto, fixando-se nele, abandonando-o, passando de um para o outro em busca de satisfação. Refere-se a isto a propriedade inconsciente designada como acentuada mobilidade pulsional (Ibidem). Esta mobilidade se dá sob as formas de deslocamento e condensação. Na condensação, explicita Freud (1915b/1996), uma representação apropria-se do investimento destinado a várias outras representações e no deslocamento uma representação cede à outra toda a sua quota de investimento.

Em síntese, a sexualidade humana não é restrita aos termos de uma maturação pulsional que desembocaria em certo objeto supostamente adequado, capaz de propiciar

satisfação completa. Freud (1912/1996) afirma que há algo na própria natureza da pulsão sexual que impede que a satisfação seja plena. Lacan (1964/2008) dirá que é a pulsão que conforma o sexual à estrutura de hiância própria do inconsciente. Onde poderíamos esperar um objeto que satisfizesse, não encontramos nada a não ser um deslizamento de objetos.

Essa não redutibilidade do ser falante ao mecanismo fisiológico e a constatação da não existência de um objeto - seja ele oral, anal ou genital - destinado a dar conta da satisfação almejada, são as consequências capitais do conceito de pulsão que nos interessam diretamente neste trabalho.

Considerada uma noção indispensável ainda que obscura, a pulsão é trabalhada demoradamente por Freud (1915a/1996) em *A pulsão e suas vicissitudes*. Esse período de sua obra ainda é marcado pela dualidade entre pulsões sexuais e pulsões de autoconservação ou pulsões do eu.

A pulsão, diz-nos Freud (Ibidem), distingue-se por ser constante e endógena. Nunca se trata de um impacto momentâneo, apenas pontual. A pulsão, enquanto exigência de trabalho feita ao psíquico, insiste continuamente. Decorre disso que a fuga, método costumeiramente eficaz em resposta aos estímulos momentâneos e externos, não possui serventia contra as exigências pulsionais. É em face dessa exigência que uma criança em seu desamparo neonatal, ainda dependente de devotados cuidados maternos, começa a forjar uma distinção entre mundo interior e mundo exterior, uma separação entre eu e não-eu. A estimulação externa exige da criança que simplesmente se afaste do estímulo, que se esquive, enquanto a pulsão pede em resposta atividades de caráter bem mais complexo para que se chegue a alguma satisfação possível, o que põe em relevo a dependência dessa criança em relação ao outro que dela se ocupa.

A criança recém-nascida frente a um acúmulo de tensão responde com seu choro, isto é, inicia uma descarga motora. Contudo, esse choro que enquanto descarga motora pouco pode fazer por essa criança, é tomado como um apelo por um falasser que responde ao choro da criança com linguagem. Esse choro é tomado em uma dimensão simbólica, o que por sua vez, terá efeitos para essa criança. Reencontramos aqui a relação entre pulsão e linguagem. A imersão da criança no mundo da linguagem nos aparece enquanto elemento responsável pela desnaturação do animal humano. É o efeito da fala sobre ele que está na base do que podemos reconhecer como funcionamento de um inconsciente que é pulsional (LACAN, 1964/2008).

Acerca da distinção entre a excitação concernente à pulsão e a excitação que pode concernir a qualquer estimulação externa, Lacan (1964/2008) faz uma importante consideração que tornará mais evidente a associação entre pulsão e desnaturação. Ao notar que Freud, ao trabalhar essa distinção, recorre à noção de necessidade, tal como a necessidade própria à fome e à sede, Lacan afirma já se encontrar estabelecido que, no que concerne à pulsão, não se trata da pressão de qualquer necessidade. O caráter constante da pulsão inviabiliza sua assimilação a qualquer das funções biológicas, que sempre têm um ritmo. Ou seja, na forma como nos é apresentada a pulsão, já há a indicação da ultrapassagem da dualidade entre pulsões sexuais e pulsões de autoconservação.

A fome ou a sede, na medida em que podem figurar nos investimentos pulsionais – pensemos no prazer experimentado pela criança ao sugar o seio, mesmo depois de adequadamente alimentada – são funções desnaturadas, isto é, não se limitam ao que seria esperado de sua natureza biológica. Para o lactente não se trata apenas de anseio pelos nutrientes do leite. De início, o prazer de sugar o seio está em conexão com a autopreservação, contudo a persistência do bebê na sucção dá provas de que logo a obtenção de prazer torna-se independente da nutrição, sendo, portanto, já uma satisfação sexual (FREUD, 1917 [1916-17] /1996).

Se as funções biológicas são assim passíveis de receber investimento libidinal, é isso que pode justificar a posterior assimilação da pulsão de autoconservação junto com a pulsão sexual na noção de uma pulsão de vida, Eros (FREUD, 1940 [1938] / 1996).

São isolados por Freud (1915a/1996) quatro termos da pulsão: pressão (*Drang*), fonte (*Quelle*), alvo (*Ziel*) e objeto (*Objekt*). Por pressão designa-se o fator motor da pulsão, seu impulso, sua tendência no sentido de uma descarga. A fonte é referida por Freud como o processo somático na origem do impulso pulsional. Com Lacan (1964/2008) podemos ver essa noção articulada à de zonas erógenas, ou seja, a como uma determinada parte do corpo está relacionada às experiências de satisfação.

A satisfação, afirma Freud (1915a/1996) é o próprio alvo da pulsão. Mas aquilo a que Lacan (1964/2008) nos alerta é que essa satisfação, que Freud coloca como alvo de toda pulsão, é paradoxal. Mostra-se o paradoxo quando nos damos conta, por exemplo, do quanto se trata de satisfação no sintoma do qual o neurótico se queixa. O sintoma, ao mesmo tempo em que marca que uma dada satisfação não foi possível de ser concretizada, é ele mesmo uma forma de garantir alguma satisfação.

Os sintomas, é verdade, geram desprazer, sendo considerados por aquele que deles se queixa como prejudiciais ou inúteis. O sintoma exige um dispêndio de investimento psíquico, investimento esse que não fica disponível para outras atividades. O nível de comprometimento dessas atividades é que demarca comumente o que é designado como patológico ou não. O que pesa aqui é o fator econômico. Devemos ainda pôr em relevo que o que é prazer para o funcionamento do aparelho psíquico não necessariamente é tomado da mesma forma pela consciência (FREUD, (1917[1916-17]/1996). O sintoma assinala um conflito na medida em que concomitantemente é a satisfação substitutiva de um impulso sexual e uma forma de evitar essa satisfação (FREUD 1940 [1938] / 1996).

No mesmo sentido, a sublimação aparece no texto freudiano enquanto um possível destino da pulsão inibida em seu alvo, e, ao mesmo tempo, como uma forma de satisfação de uma exigência pulsional. O sintoma e a sublimação, portanto, põe em destaque esse caráter problemático da satisfação. Lacan (1964/2008) diz que o valor do uso da noção de pulsão é colocar em questão a satisfação. Como Freud se refere à satisfação? Podemos nos remeter ao que é dito por Freud (1950[1895]/1996) ainda no *Projeto para uma Psicologia Científica*. Nesse texto encontramos prenunciadas muitas das elaborações psicanalíticas sobre as pulsões.

Sobre a experiência de satisfação é dito que ela corresponde à totalidade do processo pelo qual uma excitação é descarregada. Acontece que frente a uma estimulação endógena (Qn), a simples descarga motora, a ação reflexa, é inócua. O organismo é inicialmente incapaz de, por si mesmo, providenciar um destino para essa excitação, sendo necessário a intervenção de um outro que engendre uma ação específica, uma ação de modificação sobre o mundo externo. A ação específica é o que visa à reprodução de um estado anterior de satisfação - aqui Freud (Ibidem) cita como exemplo o fornecimento de víveres e a aproximação de um objeto sexual. A mãe que oferece o seio à criança contempla os dois exemplos. Essa ação específica é o que pode abrandar a urgência de descarregar uma tensão crescente, fonte de desprazer. Daí decorreria a experiência de satisfação.

Uma radical consequência dessa experiência é o investimento psíquico do traço mnêmico daquilo que foi capaz de propiciar apaziguamento. Quando do recrudescimento do estado de urgência, esse traço de memória da experiência de satisfação será reinvestido, produzindo algo como uma percepção, ou seja, uma alucinação. De início, percepção e investimento desejante do traço mnêmico não podem ser distinguidos, sendo que a mera

alucinação do objeto pode dar início a todo o circuito descrito. Quando a alucinação do objeto dá início ao processo de descarga, Freud (1950[1895]/1996) diz que não há propriamente satisfação, já que a experiência porta em si certo desapontamento relativo à ausência do objeto cujo traço é investido.

Enquanto a esse processo acima descrito é dado o nome de processo primário, processo eminentemente inconsciente e em que domina o princípio do prazer, quando se torna possível a utilização da indicação de realidade, temos o processo secundário, onde a consciência já é capaz de intervir (LACAN 1959-1960/2008). No processo secundário o sistema perceptual avisa acerca do juízo de realidade, e o eu já é capaz de distinguir uma percepção de um traço de memória. Com o eu introduz-se o princípio de realidade nas relações do sujeito com o mundo. Através de uma distinção entre a alucinação e a percepção, é possível evitar que o aparelho gaste toda sua energia ao investir em uma alucinação. Impõe-se então o adiamento da satisfação até que se encontre na realidade o objeto. O investimento objetual busca no exterior uma percepção compatível com o traço mnêmico investido de desejo pelo qual seria possível repetir a experiência de satisfação. O objeto de que se trata é um objeto a ser reencontrado (FREUD, 1950[1895]/1996).

Ao discutir sobre o objeto enquanto um dos quatro termos da pulsão, Freud (1915a/1996) destaca acerca deste que ele é facilmente substituível, sendo da pulsão o termo mais variável. Como então combinar a afirmação de que o objeto em questão na pulsão é um objeto a ser reencontrado com a variabilidade desse objeto? Estamos diante de uma pulsão que exerce uma pressão constante, isto é, que funciona em circuito, nunca encontrando o objeto que pudesse lhe dar um basta, um ponto de contenção. Os objetos que podem facilmente ser substituídos são objetos parciais, ou seja, apenas parcialmente correspondem ao que é visado nesse reencontro, nunca lhes correspondendo por completo.

Novamente o *Projeto para uma Psicologia Científica* pode nos trazer algum esclarecimento para nossos questionamentos. Nele, Freud (1950[1895]/1996) afirma que o complexo objetual pode ser separado em duas partes. Há sempre no complexo objetual uma divisão entre uma parte assimilável (substituível) e outra que se mantém (Coisa), que não se equivale a nada que possa ser encontrado na realidade. Isto é, podemos depreender que se mantém aqui, assim como na alucinação, a experiência de um desapontamento que faz com que a satisfação possível não seja uma satisfação completa. Os objetos encontrados são apenas objetos parciais.

A chamada ação específica ao visar à reprodução de um estado inicial de satisfação, visa o reencontro da Coisa – *das Ding*. A Coisa é o objeto de uma satisfação mítica que, como tal, será repetidamente buscado e não reencontrado. Por não poder ser reencontrado, é qualificado como perdido. O que pode se encontrar são suas coordenadas, reencontra-se a Coisa apenas como nostalgia, o que funda a orientação do sujeito na direção do objeto (LACAN 1959-1960/2008).

Das Ding é o que na sucessão dos diferentes objetos não é assimilável, o que a nada pode se equivaler. Podemos então vislumbrar a importância da Coisa para a noção de objeto, isto é, para a noção de falta de objeto. Para Lacan (1956-1957/1995), a falta de objeto é a mola da relação do sujeito com o mundo. A vida psíquica é organizada não por uma correspondência entre sujeito de um lado e objeto do outro, mas por uma falta de objeto central na experiência do falasser.

Se com a Coisa trata-se de reencontrar o objeto, esse reencontro mostra-se impossível. Lacan (Ibidem) destaca de sua leitura do *Projeto para uma Psicologia científica* que o encontro do objeto é a continuação de uma tendência rumo ao reencontro de um objeto perdido. Ou seja, para o falante não se trata de um objeto plenamente satisfatório, harmonioso. O objeto é visado por meio de uma satisfação passada e na repetição nunca se trata do mesmo objeto. É nesse registro que se situa o desejo para Freud (1900/1996), em uma busca de restabelecer uma situação de satisfação original por meio do reencontro de um objeto cujo traço mnêmico é investido. O desejo está nessa visada de um reencontro que se mostra impossível.

Lacan (1964/2008) chama a atenção para o fato de que o alvo da pulsão, a satisfação, introduz na discussão, a categoria do impossível. O objeto na pulsão apenas torna patente que nenhum objeto de nenhuma necessidade pode satisfazer a um impulso pulsional. O alvo da pulsão é justamente o seu retorno em circuito.

Não há objeto originariamente ligado à pulsão. O objeto é, na realidade, contornado pela pulsão. No lugar do objeto há um vazio, um cavo ocupável, que é designado, em dado momento da teorização lacaniana, sob a forma de *objeto pequeno a*, objeto causa de desejo. Lacan (1968-1969/2008) afirma o chamar de objeto a para aludir ao fato de que não há qualquer palavra que o nomeie, restando designar-lhe pela letra a, dita por ele, a letra mais discreta.

Os diferentes objetos que se revezam na ocupação desse cavo, apenas atestam a falta de objeto em torno da qual a pulsão fará suas voltas. O desejo em Lacan (1964/2008)

está intimamente associado a essa falta de objeto assinalada pelo objeto pequeno a. O objeto pequeno a é o objeto que simboliza a falta central no falante, à qual corresponde sua constituição como sujeito desejante.

Lacan (1964/2008) dirá que esse circuito da pulsão - circuito pelo qual ela contorna um objeto - é a única transgressão ao princípio do prazer. Já vimos que a sujeição ao princípio do prazer é considerada por Freud como uma das propriedades do funcionamento inconsciente. Segundo este princípio, o aparelho psíquico esforça-se para alcançar o prazer e visa afastar-se de tudo que pode ser tido como desprazeroso. A problemática suscitada pelo princípio do prazer exigirá de nós uma exposição mais demorada e por isso ainda será trabalhada de maneira mais apropriada em um próximo capítulo. Veremos que este princípio, bem como sua articulação com a noção de repetição, será o fio condutor de grande parte das considerações que podemos formular acerca da toxicomania.

2.2 O inconsciente estruturado como linguagem

Ao discorrermos sobre o funcionamento inconsciente prenciamos um tema fundamental que permaneceu ele mesmo bem pouco explorado neste trabalho, qual seja, a relação entre inconsciente e linguagem. Referimo-nos a essa relação, de modo mais explícito, a partir da desnaturação pulsional, ilustrada na situação de desamparo absoluto em que o bebê inicialmente se encontra. Esse desamparo torna imprescindível a intervenção do outro, que enquanto falante responde ao apelo, ao grito do *infans*, com linguagem. Esse outro ao atribuir um sentido à manifestação de excitação da criança, pode lhe propiciar alguma satisfação, ao mesmo tempo em que desnatura tudo o que nela pudesse se apresentar como necessidade.

Podemos, no entanto, afirmar que a íntima relação entre inconsciente e linguagem permeia, desde o início, todo nosso trabalho. Trabalho no qual pretendemos manter a perspectiva formulada por Lacan (1957-1958/1999) de que o inconsciente é estruturado como linguagem.

Nosso esforço até aqui foi o de estabelecer os conceitos centrais de que precisamos nos valer para afirmar algo sobre a toxicomania, contudo, podemos aprender com Lacan (1953/1998) que os conceitos psicanalíticos só tomam seu pleno alcance se articulados à linguagem, ordenados em relação à função da fala. Então nos propomos a

tornar mais evidente essa articulação por meio da discussão acerca da estrutura inconsciente, o que acreditamos que nos auxiliará no encaminhamento de nossa reflexão sobre a toxicomania.

O inconsciente sobre o qual Freud se debruça não é o inconsciente romantizado, reduto das forças irracionais, conjunto de pulsões desorganizadas. Na realidade, ele funciona de modo elaborado e, como afirma Lacan (1964/2008), o inconsciente fala.

Podemos remeter tal perspectiva ao que é lido em *Cinco lições de psicanálise*, texto em que Freud (1910/1996 p.38) caracteriza o trabalho psicanalítico da seguinte forma: “Tratava-se de fazer o doente contar aquilo que ninguém, nem ele mesmo sabia”. Depreende-se dessa afirmação que a psicanálise encontra o inconsciente no que o paciente fala e que o atravessa.

A respeito dos sonhos, por exemplo, Freud (1900/1996) insiste que ele não é apenas uma atividade indiferenciada e aleatória do aparelho psíquico, mas que neles, no seu relato, é possível encontrar um sentido intimamente atrelado a um desejo inconsciente. O sonho tem algo a dizer, algo profundamente desconhecido pelo sonhador.

Os sonhos e a neurose que Freud (1915b/1996) elenca como as condições sob as quais o inconsciente se dá a conhecer são também, como demonstra Lacan (1955-1956/2010), fenômenos de linguagem. Há, por exemplo, no trabalho freudiano sobre o esquecimento do nome próprio, elementos que podem nos auxiliar a apresentar de modo mais claro o que aqui queremos evidenciar.

Em *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana*, Freud (1901/1996) analisa uma experiência pessoal de esquecimento de um nome próprio. Ao viajar para a Bósnia-Herzegovina, Freud conversa com um companheiro de viagem. Quando decide perguntar a ele se teria visitado Orvieto, e se lá chegou a ver os afrescos pintados por um artista chamado Signorelli, o nome do referido artista escapa a Freud. Ele não consegue lembrá-lo. Aparentemente, trata-se de um artista bastante apreciado por ele, que o apresenta ao leitor como o autor de magníficos afrescos intitulados “As quatro últimas coisas”. Estas quatro últimas coisas são a morte, o juízo, o inferno e o céu.

Freud (Ibidem) afirma que, ao concentrar sua atenção na recordação do nome esquecido, acabou chegando ao nome de dois outros artistas que, a priori, não tinham qualquer relação com o que buscava recordar: Botticelli e Boltraffio. Essa aparência de arbitrariedade se desfaz quando ele nos remete ao que era o tema de seu assunto anterior com a mesma pessoa. Ambos conversavam sobre a característica dos habitantes de Bósnia-

Herzegovina de serem bastante resignados frente ao adoecimento e à morte, demonstrando grande confiança nos esforços médicos, mesmo que estes não resultem em qualquer cura para suas moléstias. Os mesmos teriam o costume de dizer aos médicos: “Herr (Senhor), o que se há de dizer? Se fosse possível salvá-lo, sei que o senhor o teria salvo.” (FREUD, 1901/1996 p.20).

É relatado por Freud (Ibidem) que durante esta conversa lembrou-se de outra característica dessas pessoas que preferiu não comentar com seu interlocutor: a sensibilidade delas em relação aos distúrbios de sua potência sexual, diante dos quais reagiam sem qualquer resignação, e mesmo com desespero. Recordou-se também do paciente de um conhecido que teria dito que diante da impotência sexual a vida não tinha valor. Impunha-se a Freud então o tema sexo e morte. Associa o tema à forte impressão que lhe foi causada por uma notícia recebida em um local chamado Trafoi: Um paciente seu havia se matado em razão de um distúrbio sexual. No entanto, é asseverado que em nenhum momento de sua viagem recordou-se deste caso.

Os elementos em associação então estão dados: Signorelli é esquecido, mas seu esquecimento está relacionado aos termos que compõe seu nome. A segunda metade de Signorelli reaparece em Botticelli. Signor (Senhor) por sua vez remete ao Herr (Senhor), forma de tratamento dirigido ao médico pelos referidos pacientes resignados diante da morte. Herr também se associa a Herzegovina, local de origem de tais pacientes, assim como o Bo de Botticelli e Boltraffio associa-se à Bósnia. Boltraffio também remete a Trafoi, local onde Freud recebeu a notícia de suicídio de seu paciente.

Sexo e morte, mesmo que evitados pela consciência, reaparecem no lapso, no esquecimento do nome próprio. E é a partir do trabalho de Freud com a linguagem, com os fragmentos das palavras, com o modo de ordenação da fala nesse caso, que podemos nos aproximar do que nos é ensinado por Lacan sobre a relação entre inconsciente e linguagem.

É importante recordar que Lacan é o responsável por empreender em sua obra um retorno a Freud. Tal empreendimento está relacionado, segundo o próprio Lacan (1953/1998), à desvalorização entre os psicanalistas do único meio de que a psicanálise dispõe: a fala. Desde Freud, teria se iniciado um processo de abandono desse campo central da experiência psicanalítica.

Para a consecução deste retorno à experiência freudiana, Lacan lança mão de articulações com algumas das disciplinas então em evidência, dentre as quais, a linguística

estrutural de Ferdinand Saussure. Lacan (1955-1956/2010) mostra como as categorias da linguística são necessárias e as faz ocupar um importante lugar no desenvolvimento da teoria psicanalítica. Não obstante, ao mesmo tempo em que fica evidente o manejo realizado de conceitos linguísticos, estes não são tomados tais quais foram propostos originalmente, mas são reapropriados.

Com Saussure, inaugura-se na linguística uma concepção de língua como um sistema com leis próprias. A língua ingenuamente reduzida a um processo de nomenclatura dos objetos é ressituada a partir de então. Em tal perspectiva, o signo linguístico não une uma palavra e uma coisa, mas um conceito e uma imagem acústica, termos que são posteriormente substituídos respectivamente por significado e significante, assinalando-se a vantagem destes termos por manifestarem entre si uma oposição (SAUSSURE, 1916/2006).

Na teorização lacaniana desfaz-se, definitivamente, a ilusão de que o significante corresponde a um significado dado, de que ele “[...] tenha que responder por sua existência ao título de uma significação qualquer” (LACAN, 1957/1998 p.501). É nas correlações de significante a significante que se deve buscar toda significação. Isto é, não se fica na ordem de um paralelismo entre significante e significado.

Por significado, aponta-se nada mais que a própria significação, que enquanto tal sempre remete a outra significação, tendo uma natureza de caráter evanescente. No polo oposto ao da significação, os significantes é que organizam, estruturam as relações humanas, antes mesmo que possam ser tidas como tais. Ou seja, esses significantes que funcionam como suporte das relações humanas, já se dispõem de certa maneira, cada um se remetendo a cada um dos outros, em termos de oposição (LACAN, 1955-1956/2010).

Os significantes se articulam em cadeia, isto é, a cadeia significante é constituída de elementos diferenciais que se estruturam a partir de sua articulação. Lacan (1957/1998) nos ilustra essa composição da cadeia significante a partir da imagem de um colar de anéis que se concatena ao anel de outro colar feito de anéis. Por isso que é dito que o significante não responde por nenhuma significação, o significado não se encontra sustentado em um dado significante isolado. A significação insiste na própria articulação da cadeia significante. Não é o significado que pode caracterizar o significante, nem nada que seja discernível nele mesmo, mas a sua diferença em relação a todos os outros significantes (LACAN, 1968-1969/2008).

Pelas relações entre um significante e outro que chega a se constituir uma relação de Significante sobre o significado. Significado e Significante se encontram fadados a um contínuo deslizamento de um sobre o outro. É a partir desse deslizamento que se pode conceber o que se passa no nível do discurso, que enquanto tal, não é apenas uma matéria, mas possui uma dimensão temporal. Só quando uma frase é concluída que ela pode ser compreendida. A última palavra estabelece a situação da primeira (LACAN 1957-1958/1999).

Podemos então retomar a fórmula lacaniana de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. Tal formulação minimamente demarca que este inconsciente funciona de acordo com certas leis. Se a estrutura do inconsciente é como a estrutura de uma linguagem, é legítimo nos perguntarmos como se estrutura uma linguagem. Encontramos na obra lacaniana a referência à metáfora e à metonímia como as duas operações fundamentais na estruturação do funcionamento da linguagem. Isto é, a articulação entre os significantes dispostos na cadeia pode se dar em duas dimensões, pela combinação (metonímia) e pela substituição (metáfora).

Condensação e deslocamento, marcos do processo primário, descobertos por Freud nos sonhos, chistes, formações de sintomas, são retomados por Lacan e articulados às noções de metáfora e metonímia, que o próprio Lacan (Ibidem) disse utilizar baseando-se na obra de Roman Jakobson (1896 -1982). A dimensão metafórica correspondendo ao campo da condensação e a metonímia ao campo do deslocamento. A condensação enquanto forma do que é produzido no nível da substituição, designa aquilo em que consiste o recurso criador metafórico. A metáfora consiste no processo de substituição de um significante pelo outro em dado lugar de uma cadeia significante. Diferentemente da substituição, é no plano de uma combinação de significantes que se distingue a forma de operação metonímica, o deslocamento.

A função metafórica se explicita entre os significantes que na cadeia substituem-se, um tomando o lugar do outro, de maneira que, subjacente ao significante que veio substituir, permanece o significante substituído em sua articulação metonímica com a cadeia dos significantes. Ou seja, a dimensão sincrônica da substituição dos significantes se sustenta na dimensão diacrônica dos significantes dispostos em uma cadeia (LACAN 1957/1998).

Feitas essas considerações, voltemos nossa atenção para as observações de Lacan (1957-1958/1999) quando este discorre sobre o esquecimento do nome próprio por Freud,

tema a que já nos referimos anteriormente. Ele nos mostra que tudo se passa no plano metonímico e no plano metafórico:

1-No plano metonímico encontra-se o processo de combinação de significantes. Observa-se que no lugar da palavra esquecida não se tem uma pura lacuna, hiância absoluta, mas algo se apresenta no lugar do que foi esquecido, produzem-se derivados desse esquecimento. Botticelli e Boltraffio são combinações. Botticelli combina o elli de Signorelli e Bo de Bósnia-Herzegovina. Boltraffio conjuga o bo de Bósnia-Herzegovina a Trafoi. Estes fragmentos que se combinam são chamados de ruínas metonímicas do objeto. É por essas ruínas que se pode rastrear o que foi esquecido. O que se põe no nível do objeto metonímico é o Herr, que por ser metonímico já é fragmentado, já é ele mesmo fragmento do que representa.

2 - No plano da metáfora, situa-se o recurso à substituição de significantes. Signorelli não é recordado porque este Signor, que vimos que não comparece entre as ruínas metonímicas, é um substituto para este Herr. Ainda que sejam palavras de idiomas diferentes, o contexto nos indica que é de uma substituição que se trata entre Signor e Herr. Signor é esquecido apenas na medida em que substitui Herr, termo que possui um peso próprio por evocar a morte, o senhor absoluto, o impossível de ser olhado diretamente.

O caso nos instrui que, mesmo afastado da consciência, algo insistia em se fazer representar no lapso, no esquecimento, nos nomes trocados, no rumo da conversa durante a viagem. Ou seja, a via pela qual o inconsciente se manifestava era o do funcionamento significante. As formações inconscientes têm como engrenagem o funcionamento da linguagem, no que esta é constituída por uma cadeia de significantes que se combinam e se substituem.

O que Lacan (1957-1958/1999) nos leva a conceber é que as leis estruturantes da linguagem coincidem com as leis do inconsciente. Assinala-se que a linguagem não deve ser confundida com uma função psíquica entre outras, pois lhe cabe o estatuto de ser uma função estruturante para o sujeito. Ou seja, a estrutura do inconsciente consiste nisto que a análise linguística situa como meios de produção do sentido.

A produção de sentido é efeito de substituição dos significantes dispostos em uma cadeia. A função de corte entre significante e significado é suficiente para exigir em sua enunciação a constatação de que, na estrutura inconsciente, os furos no sentido exercem um papel determinante. Lacan (1968-1969/2008) refere-se ao que estamos

chamando de furo no sentido ao dizer que, em dado ponto do discurso, não somos capazes de colocar o significante que poderia dar sustentação ao todo.

Com esta ponderação queremos ressaltar que, ao discernirmos no inconsciente esses modos de operação da linguagem, não podemos esquecer o que, no inconsciente, é irreduzível ao encobrimento pelo sentido, o que não é passível de representação. Assim começamos esse capítulo, destacando no inconsciente sua estrutura de hiância, estrutura própria da linguagem.

O campo da descoberta freudiana é o da incidência da cultura, da ordem simbólica no humano. Ora, a linguagem corresponde a essa função simbólica que desnaturaliza o homem, que o retira do registro de um funcionamento puramente biológico, lhe destinando um funcionamento pulsional marcado pela hiância, pela falta. (LACAN, 1953/1998). De passagem, podemos assinalar que aqui já podemos encontrar indicações que no trabalho com toxicômanos trata-se de um equívoco restringir o que se passa com eles ao nível das alterações neurofisiológicas.

Lacan (1953-1954/2009) irá conceber a linguagem como uma rede sobre o real, que então inscreveria neste o campo do simbólico. O simbólico introduz um buraco, um cavo no real. Convém ressaltarmos que estes dois termos, real e simbólico, juntamente com o imaginário, constituem as três ordens que Lacan (1955-1956/2010) nos propõe como necessárias para que se possa acessar algo da experiência analítica. Articulados ao fenômeno da fala, o plano do simbólico pode ser representado pelo significante, o imaginário pela significação e o real pelo discurso de fato efetuado em sua perspectiva diacrônica. O significante esburaca no real o significado.

Devemos ter presente então que quando Lacan (1953-1954/2009) nos mostra que a experiência freudiana está centrada no sentido dos sonhos e sintomas, o que podemos reconhecer nessas formações inconscientes é o submetimento às leis de funcionamento do significante. A estrutura em questão é a estrutura significante e seu efeito é o sentido. Essa produção do sentido se dá por meio das funções da metáfora e metonímia.

A substituição de significantes, a metáfora, engendra sentidos sempre novos, sentidos esses que são aprofundados, sulcados na opacidade do real. Quando Signorelli é esquecido produz-se uma hiância no nível da metáfora, de modo que as ruínas metonímicas é que podem apresentar o rastro do que foi recalcado. Assim, Lacan (1957-1958/1999) nos diz que frente às formações do inconsciente o que devemos procurar são esses destroços do objeto metonímico.

Pela metonímia podemos nos remeter então ao que já apresentamos sobre o deslizamento dos objetos na busca do reencontro do objeto perdido. Uma experiência de satisfação primordial se constitui como protótipo dos investimentos objetais. Esses objetos deslizam na medida em que são metonímicos, na medida em que nunca correspondem completamente ao que é visado. É exatamente isso que se passa na combinação dos significantes no esquecimento de Freud. No lugar do vazio, da pura hiância, aparecem as ruínas do objeto metonímico, que é ele mesmo já fragmento.

O objeto metonímico prefigura o objeto a (LACAN, 1968-1969/2008). Portanto, do que se trata nos investimentos objetais são dos destroços metonímicos do objeto a. São os fragmentos do que não pôde ser representado, do que cai do funcionamento da linguagem, que se articulam e insistem no deslizamento da cadeia significante.

2.3 O sujeito na psicanálise

Com o desenvolvimento que fizemos até aqui, se pretendemos situar a toxicomania em relação ao sujeito, cabe ainda ressaltar algumas observações quanto ao sujeito que interessa à psicanálise. Sabemos que os trabalhos de Freud e Lacan resultam em uma modificação radical da concepção de sujeito na tradição do pensamento moderno, o que não quer dizer que não deva nada a esta tradição. Na realidade, só pode tomar seu valor por referência a ela. Não obstante, do que se trata a partir de então não é assimilável aos dados de qualquer experiência subjetiva individual.

Se, como já apresentamos, a linguagem tem o caráter estruturante do sujeito, e se Lacan (1957-1958/1999) nos diz que a constante de seu ensino é o destaque dado à fala e à linguagem em seu papel capital na economia do desejo, a interrogação sobre o desejo inevitavelmente nos remeterá à questão do sujeito. Tendo isso em perspectiva, pretendemos situar minimamente aqui o desejo em relação à linguagem.

O desejo já foi apresentado anteriormente como fundado pela falta de objeto. Lacan (1956-1957/1995) no seminário em que se dedica ao tema da relação de objeto nos apresenta os quatro termos que precisaremos utilizar aqui para nossos propósitos: S – sujeito; A – Outro; a – eu; a' – outro. Entre eu e o outro se estabelece uma relação fundada primordialmente no imaginário, relação especular entre semelhantes. No outro eixo temos o sujeito em sua relação com o Outro. É desse Outro, enquanto relativo ao que é da ordem simbólica, que o sujeito recebe sua mensagem, mensagem que lhe é profundamente

desconhecida na medida em que se encontra interferida, deformada pelo eixo da relação imaginária entre eu e outro.

Lacan (1953-1954/2009) dirá que o desejo é apreendido em relação ao outro, o que põe em evidência a base rivalitária desse desejo, enquanto marcado por uma concorrência em relação ao objeto para o qual tende. O desejo é desejo do outro. A coexistência seria impossível se não houvesse o simbólico para dar a possibilidade de uma mediação entre o eu e o outro. Essa base rivalitária é própria das relações imaginárias entre o eu e o outro, já que é em referência a esse outro que o eu pode se situar. É a partir da função imaginária (apoiada em uma matriz simbólica) que podemos conceber o eu, a partir de suas relações em espelho com esse outro, seu semelhante.

Remetendo-se a esta função imaginária do eu, Lacan (Ibidem) recorre a um experimento ótico por meio do qual assinala a sua articulação com os outros dois registros, real e simbólico. O experimento se baseia na distinção entre imagem real e virtual, e consiste em postar um vaso ocultado por um anteparo, sobre o qual há um arranjo de flores, diante de um espelho convexo. O experimento também, em dados momentos, é apresentado alternando-se os elementos em questão, isto é, o buquê de flores localizado atrás do anteparo e o vaso por cima. No entanto, para evitar dificuldades adicionais nos restringiremos à primeira disposição dos objetos. Tendo em vista que uma imagem virtual é aquela que vemos lá onde ela não está, como quando vemos uma imagem no espelho, e que a imagem real é aquela que vemos lá onde ela está, no experimento em questão obteremos a imagem real de um vaso circundando o arranjo, isto é, o efeito ótico propiciará a percepção de que o vaso está em cima do anteparo contendo o buquê de flores. Não obstante, o efeito só pode ser observado se o olho ocupar certa posição em relação ao espelho.

Como um vaso imaginário nos aparecerá envolvendo o buquê, o experimento é utilizado para mostrar a relação entre imaginário e real no processo de constituição do eu. O domínio real das funções motoras é antecipado no *infans* por um domínio imaginário próprio da formação do eu, distinguível no momento em que ele assume como sua a imagem refletida no espelho. No outro, no espelho, lá onde não está, é que cada um encontra a sua imagem unificada. À imagem do corpo pode ser associado o vaso imaginário que envolve o buquê real e lhe dá uma unidade correlativa à unidade do corpo. Sem a sobreposição do imaginário, ficaríamos no nível do interior do mecanismo, o real de

um arranjo de flores sobre um anteparo abaixo do qual se encontraria um vaso vazio (LACAN, 1953-1954/2009).

Essa operação de formação de uma imagem unificada do corpo, chamada de narcisismo, é que estrutura a relação do eu ao outro e constitui o mundo dos objetos parciais. A relação entre real e imaginário que situa um ao outro no referido experimento, bem como a constituição do eu e do mundo tal como resultam dessa relação, também dependem de um terceiro fator a que nos referimos como a posição do olho. Sob esse termo, no que se refere ao experimento ótico, Lacan (Ibidem) designa o sujeito. A posição do olho diz do lugar do sujeito no simbólico. A íntima relação entre real e imaginário está na dependência do lugar indicado para o sujeito no simbólico. Se o olho estiver fora do campo apropriado, ele já não verá o que é imaginário, restando à sua visão o real do dispositivo.

Podemos então dizer que “o desejo é desejo do outro” não é uma fórmula que se esgota em sua orientação de captação imaginária. Na realidade, essa sua orientação está em íntima relação com o real que lhe situa e com a matriz simbólica que lhe dá sustentação (Ibidem).

Quando a criança em seu estado de impotência berra e uma mãe dela se ocupa, dando sentido ao seu apelo, esse Outro que é a mãe introduz a criança no mundo da palavra, dimensão pela qual o seu desejo é integrado em uma dimensão simbólica. O seu desejo é desejo do Outro. É em relação a esse Outro que podemos situar aquilo que além do eu insiste em se fazer reconhecer – o sujeito. O Outro é constitutivo do sujeito enquanto falante, já que é sob a forma do Outro que se põe para o sujeito a cadeia significativa. Os sonhos e sintomas falam porque há um sujeito que fala neles (LACAN 1955-1956/2010).

Impõe-se a distinção entre o outro dual, imaginário e o Outro simbólico, fiador da linguagem, lugar da fala. A partir do momento em que se fala, não é possível resumir suas relações de ser falante a relações com o outro. É preciso ter em perspectiva uma terceira ordem, o Outro, enquanto ele mesmo constitutivo desse sujeito que fala.

Retomando a situação da mãe com seu bebê, aquela ao tomar o grito do bebê como apelo, dando-lhe um sentido, é dessa posição Outra que ela lhe responde. A mãe - e aqui nos permitimos acompanhar Lacan na referência a um terceiro registro de alteridade - aparece como Outro real. Como podemos dizer que a mãe é o Outro? Dizer que a mãe para seu bebê é um Outro real, nos é justificado frente à consideração de que, inicialmente, é ela que com a sua presença sustenta o lugar da fala diante da criança. O Outro não é alguém, e

sim um lugar. O Outro é o lugar da fala, lugar onde se situa a cadeia significante (LACAN, 1964/2008).

O Outro real é a possibilidade de que alguém encarne a sede da fala para o sujeito, personifique esse lugar de onde ele pode receber sua própria mensagem. A mãe, na medida em que ela mesma é marcada pelo significante, encarna para criança essa sede da fala, ocupa esse lugar Outro pelo intermédio do qual o sujeito pode reconhecer que ele mesmo é marcado pela ação do significante, em função do que ele mesmo é dividido (LACAN 1957-1958/1999).

A ação do significante transformará o que era apenas necessidade em demanda. Isto é, o registro da demanda demarca a introdução da necessidade nessa dimensão simbólica a partir da qual o apelo da criança comportará um além da necessidade bruta. A demanda situa-se nessa passagem da necessidade pelo significante endereçado ao Outro (Ibidem).

Por essa transformação imposta à necessidade pelo significante, a criança estará destinada a permanecer insatisfeita, pois o que se põe em questão para o seu desejo não é assimilável ao objeto de uma necessidade. A partir da conversão da necessidade em demanda, não é apenas pelo nutriente do leite que a criança pede. Sua fome não é apenas fome de comida.

O desejo como desejo do Outro é o desejo como efeito da fala. A linguagem incidindo no estado bruto da necessidade é que faz do homem um ser capaz de reconhecer sua condição de faltante. Nessa perspectiva podemos dizer que é em relação ao simbólico que falamos que algo falta em seu lugar.

No seminário *A Relação de objeto*, Lacan (1956-1957/1995) diz que o real tem por propriedade carregar seu lugar na sola dos sapatos, ele sempre está em seu lugar. A ausência de algo é simbólica, é só em referência a uma organização simbólica que podemos apontar a falta do que quer que seja. Por ser introduzido na linguagem é que o *parlêtre* pode reconhecer em si uma falta.

É a simbolização da presença e ausência do Outro materno que colocará em questão para o infante o lugar dele na falta do Outro, via pela qual seu desejo se revela desejo desse Outro. O que o *infans* deseja da mãe, afirma Lacan (1957-1958/1999), não é apenas sua atenção ou contato, mas o seu próprio desejo, já que no jogo de sua presença/ausência a mãe aponta seu desejo como dirigido para Outro lugar além da criança. Assim, o desejo do sujeito encontra-se na dependência do desejo do Outro, no

sentido em que nesse Outro se distingue uma falta por onde o desejo do sujeito, como desejo do Outro, pode se sustentar.

O que se passa no sujeito depende do que se coloca do lado do Outro já que é por meio dele que o sujeito pode apreender sua própria posição. Isto quer dizer que há uma correlação entre a posição do Outro e a do sujeito, no entanto, esta não deve ser tomada como uma relação de transparência. O Outro aparece como opaco ao sujeito, em razão de que subsiste nesse Outro, com o qual não é possível estabelecer uma relação em espelho entre semelhantes, algo desconhecido, um x , uma incógnita que é seu próprio desejo (LACAN, 1957-1958/1999).

O Outro para Lacan (Ibidem) é o próprio lugar em que o significante rege o desejo, o lugar no qual se formula a lei que regula esse desejo, a própria lei da linguagem. É por meio do Outro que é possível do desejo ter alguma formulação.

Tal perspectiva, que situa o desejo em sua relação com a linguagem, traz implicações importantes para o que podemos pensar sobre a relação do sujeito com os objetos. O sujeito não tem simplesmente relações com objetos que podem ou não dar satisfação às suas necessidades, mas por ter entrado em uma organização simbólica, sua relação com os objetos encontra-se regida pela lei desse desejo do Outro. A relação com os objetos é mediada, atravessada pela linguagem.

Esse ponto a que chegamos é central para o que podemos formular sobre a toxicomania. A problemática do dependente químico não é a droga enquanto um objeto inerte presente no mundo. Não é exatamente da droga que se trata. Faz-se necessário situar o que dá ao tóxico o lugar de objeto privilegiado dentre os possíveis objetos de investimento, a função que ele exerce na economia do desejo. Constatar que o tóxico é um objeto que se presta de modo assaz eficiente a escamotear a falta constitutiva do sujeito não nos dispensará de questionar o que o conduz a esse status.

Para tanto, precisamos levar em consideração que o sujeito do desejo só pode ser concebido em sua dependência significante. O sujeito situa-se entre significantes, isto é, não o encontramos a não ser em uma representação - *Vorstellung* - entre significantes. Refere-se a isso a formulação que apresenta o significante como o que representa o sujeito para outro significante.

Cabe ao significante representar o sujeito, ou seja, é descentrado em relação a si mesmo que o sujeito pode ser situado. No entanto, é preciso ressaltar que assim que é representado por um significante (S1), o sujeito se desvanece em outro significante (S2).

Esse S2, enquanto representa o saber, é onde o sujeito se perde. Daí dizermos deste sujeito que é um sujeito barrado. Ele não pode jamais apreender-se, já que, no mesmo ato de sua representação em um significante, é elidido em outro. O sujeito barrado é o sujeito dividido, marcado por um desconhecimento, por um não saber, em relação a si e ao seu desejo (LACAN, 1968-1969/2008).

Desta feita, o próprio inconsciente pode ser referido como uma cadeia significativa que se repete e insiste, sendo essa insistência correlativa à ex-sistência do sujeito, ênfase dada por Lacan (1957/1998) ao caráter excêntrico do sujeito do inconsciente, ou seja, seu caráter dessubstancializado, descentrado de si mesmo.

Portanto, esta perspectiva de sujeito que aqui esboçamos é irreduzível à noção de indivíduo. Não pode ser pensado como entidade autônoma, apartado das suas relações, separado do que podemos chamar de seu caráter social. Só pode ser situado correlativamente ao Outro, lugar do significante que regula sua relação com os outros. O significante em funcionamento é o que reconhecemos como inconsciente. Daí nos dizer Lacan (1953/1998) que o inconsciente é o discurso do Outro.

O desejo em jogo para o sujeito é falta, busca do reencontro impossível com o objeto perdido. Os objetos deslizam, substituem-se continuamente, são metonímicos porque o próprio desejo é metonímia (LACAN 1957/1998).

A noção equivocada de um inconsciente vinculado a uma realidade individual desaparece quando ele é formulado por Lacan (1953/1998) como “[...] parte do discurso concreto, como transindividual, que falta à disposição do sujeito para estabelecer a continuidade de seu discurso consciente.” (p.260). O que reconhecemos como inconsciente transcende o campo da certeza em que o homem se identifica como um eu (LACAN, 1954-1955/2010).

Em síntese, falar de sujeito, tal como entendemos aqui, não é o mesmo que falar de um eu, função primordialmente imaginária, ou de uma individualidade encapsulada, apartada de suas relações familiares, sociais etc. Indissociado da dimensão da alteridade, do Outro, o sujeito só é sujeito por estar já desde antes de seu nascimento envolvido em uma ordem simbólica, que engendra seu destino.

As bases para a formulação de um sujeito indissociado do social já estão lançadas na obra freudiana. Ressalta-se que em *Psicologia de Grupo e Análise do Eu* Freud (1921/1996) já aponta o falso contraste atribuído a uma psicologia individual e outra grupal ou social, não se achando essa pretensa psicologia individual em condições de

desprezar as relações do sujeito com a alteridade. As relações postas em evidência por toda a elaboração psicanalítica, como a relação com os pais, com os irmãos, com o psicanalista, já são relações sociais, com todo o peso que é atribuído a essas relações nas questões e impasses do sujeito.

3. O PRAZER E O MAL-ESTAR

A obra *O mal-estar na Civilização* pode ser considerada como aquela em que Freud (1930/1996) mais se demora ao discorrer sobre os tóxicos. Ainda que não tenha o tóxico como centro de sua reflexão, encontramos neste texto importantes considerações pertinentes ao tema.

Freud (Ibidem) inicialmente se coloca como questão o fato de parecermos tão desconfortáveis em nossa civilização, a ponto de alguns se permitirem situar o fato civilizatório como a origem da infelicidade humana. O que estaria na base dessa hostilidade à civilização? Freud responde que tal hostilidade deve-se aos sacrifícios que nos são impostos em nome da própria vida civilizada.

Destarte, o sofrimento e alguma infelicidade aparecem como marcas indeléveis da vida cotidiana na civilização. Como principais fontes de sofrimento Freud (Ibidem) isola três origens:

[...] do nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência; do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens. O sofrimento que provém dessa última fonte talvez nos seja mais penoso do que qualquer outro (p.85).

A fonte social do sofrimento, destacada como a “talvez” mais penosa, é também explicitada por Freud (Ibidem, p.93) como uma “inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade”, isto é, na civilização. Entendemos que Freud diz que as regras são inadequadas na medida em que não atendem àquilo que comumente tomamos como propósito da vida humana: a felicidade.

Por civilização, Freud (Ibidem) afirma designar as realizações humanas que lhe distinguem da animalidade. Civilizar-se serve ao duplo intuito de se proteger contra as forças da natureza e ajustar as mútuas relações entre os membros de uma sociedade. A marca decisiva de uma civilização é que seus membros se restrinjam mutuamente em suas possibilidades de satisfação.

O pressuposto da vida civilizada é a não satisfação de exigências pulsionais, o que quer dizer renúncia à satisfação sexual. No entanto, não podemos conceber que isso se dê facilmente. A renúncia à satisfação pulsional exige suas próprias compensações

econômicas. A restrição à satisfação compensa-se economicamente pela formação sintomática, que, em si, configura-se como uma satisfação substitutiva, podendo ela mesma tornar-se fonte de sofrimento.

De toda forma, é à custa da não satisfação que a civilização se constitui, sendo esse processo de constituição contínuo, já que, para cada novo membro da civilização, exige-se a repetição desse mesmo sacrifício (FREUD, 1916[1915-16]/1996). A vida familiar, palco do drama edípico, pode ser pensada como o núcleo representativo em que é cobrado a cada um o preço posto pela vida em sociedade. De fato, é na família que se é incluído na ordem social - simbólica - que impõe, além de outros sacrifícios, o da renúncia de uma parcela de satisfação sexual (FREUD, 1930/1996).

Os dois crimes em questão no Édipo representam o que seria a ausência de qualquer restrição às exigências pulsionais (FREUD 1917[1916-1917] /1996). O que a vida em sociedade impõe, de saída, é o interdito ao incesto e ao parricídio. Seriam esses os sacrifícios do homem civilizado, ou melhor, os sacrifícios que civilizariam o homem.

Ressalta-se que, a despeito dos reformadores sociais, é dito por Freud (1930/1996) que o que se trata de reconhecer não é simplesmente a necessidade de modificações nas bases de nossa civilização, modificações estas que supostamente nos garantiriam fácil acesso à felicidade. O que é dito é que das próprias condições de possibilidade da civilização decorre o mal-estar. Haveria algo de irreformável na sociedade, e justamente isso lhe permitiria sua própria subsistência.

A infelicidade humana não é simplesmente resultado de uma força social repressora da sexualidade, mas haveria algo na própria constituição da sexualidade humana que impede a satisfação. Recordemo-nos da anteriormente referida estrutura de hiância do sexual: é esse furo no sexual, a falta de objeto, que inviabiliza a satisfação. Esse impossível apresenta-se a nós sob a forma de um interdito, de uma lei que barra acesso ao suposto objeto que propiciaria satisfação completa.

Freud (Ibidem), após enumerar as principais fontes de sofrimento, elenca métodos para dirimir este sofrimento:

A vida, tal como a encontramos, é árdua demais para nós; proporciona-nos muitos sofrimentos, decepções e tarefas impossíveis. A fim de suportá-la, não podemos dispensar as medidas paliativas. 'Não podemos passar sem construções auxiliares', diz-nos Theodor Fontane. Existem talvez três medidas desse tipo: derivativos poderosos, que nos fazem extrair luz de nossa desgraça; satisfações

substitutivas, que a diminuem; e substâncias tóxicas, que nos tornam insensíveis a ela (p.83).

Como exemplo de derivativos poderosos, cita-se a atividade científica, e exemplificando as satisfações substitutivas, há a referência ao exercício artístico (tanto em seu viés de criação quanto de fruição). Essas duas vias, intimamente relacionadas à sublimação, possibilitam atenuar o sofrimento e obter prazer, mas são descritas como limitadas, pondo-se em relevo a terceira saída enumerada. Estas duas primeiras saídas, de acordo com Freud (1930/1996), não convulsionam nosso ser físico. A prática científica não é acessível a todos e a arte apenas produz um prazer tênue, uma suave narcose. Destaca-se a intoxicação como método mais grosseiro, contudo mais eficaz.

Pela via do mal-estar, portanto, somos introduzidos na discussão acerca da toxicomania. As substâncias tóxicas são incluídas em uma sequência de medidas que trabalham no intuito de evitar o desprazer, de forma que, conforme o apresentado, o emprego de algum desses subterfúgios parece ser inevitável frente às vicissitudes da existência.

A peculiaridade da substância tóxica é que ela age diretamente no corpo, alterando sua química e tornando aquele que dela faz uso insensível ao sofrimento. O tóxico é definido como substância por meio da qual haveria a possibilidade de estabelecer uma insensibilidade ao sofrimento, além de provocar, por sua ação direta no corpo, sensações prazerosas (Ibidem).

Destacado em seu potencial de método para driblar o sofrimento, o tóxico é apresentado como capaz de propiciar melhores condições de sensibilidade ao seu usuário, residindo justo nessa propriedade a sua capacidade de causar danos. O efeito da intoxicação está relacionado ao que foi denominado princípio do prazer, noção capital para nosso desenvolvimento teórico. Freud (Ibidem) afirma acerca dos veículos intoxicantes:

Devemos a tais veículos não só a produção imediata de prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo, pois sabe-se que, com o auxílio desse ‘amortecedor de preocupações’, é possível, em qualquer ocasião, afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade. Sabe-se igualmente que é exatamente essa propriedade dos intoxicantes que determina seu perigo e sua capacidade de causar danos (p.86).

Ou seja, o que é destacado como o sinal de perigo próprio às substâncias tóxicas é sua eficácia no cumprimento do que é estabelecido como programa do princípio do prazer.

É importante situar que a felicidade que Freud (1930/1996) aponta como sendo perseguida por homens e mulheres, nada mais é do que o programa do princípio do prazer, contemplado em sua meta positiva e negativa: obtenção de intensas sensações prazerosas e evitação de sensações desprazerosas. Se o perigo do uso de tóxicos reside justo em sua suposta eficácia como meio de efetivar, ainda que passageiramente, os intuitos contemplados pelo princípio de prazer, é importante nos questionarmos em que, de fato, consiste esse perigo. Nosso esforço agora é o de situar isso.

Segundo Freud (Ibidem), em *O mal-estar na civilização*, cabe ao princípio do prazer o domínio de todo o funcionamento do aparelho psíquico desde seus primórdios. Não obstante - é o próprio Freud quem afirma - a livre fruição deste princípio não parece ter sido contemplada na “Criação”, já que claramente entra em desacordo com outras diversas exigências da realidade.

Como já indicado, há algo em nossa própria constituição igualmente responsável por essa restrição em nossa felicidade. Esse fator evidencia-se em nossa capacidade de só obter intenso prazer através de um contraste. Um estado permanente de felicidade nos seria impossível, converter-se-ia rapidamente em um modesto e tênue contentamento.

Frente aos obstáculos no caminho do princípio do prazer, homens e mulheres, com efeito, são obrigados a suportar alguma medida de sofrimento, moderando sua reivindicação de felicidade. O chamado princípio de realidade resulta das exigências do mundo externo sobre o princípio do prazer. Apesar de a satisfação irrestrita parecer a maneira mais tentadora de viver a vida, Freud (Ibidem) afirma que isso consiste em colocar o gozo antes da cautela, ação que desencadeia brevemente o “próprio castigo”. Nesses termos apresentam-se os princípios de realidade e princípio de prazer em *O mal-estar na Civilização*.

O tema já ocupara Freud (1950[1895]/1996) muito antes da redação de *O mal-estar na Civilização*, remontando ao próprio *Projeto para uma Psicologia Científica*, no qual a descrição do funcionamento do processo psíquico primário e secundário antecipa o que propriamente será chamado princípio do prazer e princípio de realidade. A temática é retomada em outros momentos da obra freudiana, sendo um desses momentos a obra intitulada *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*. Nela, Freud (1911/1996) enfatiza o princípio de prazer-desprazer, ou apenas resumidamente, princípio do prazer, como propósito dominante dos processos inconscientes primários. Como o aparelho não poderia se manter alucinando sua satisfação, como faz durante o sonho, fez-

se necessário levar em consideração as circunstâncias e exigências da realidade, mesmo que o que então se encontrasse na realidade não fosse imediatamente prazeroso. Dessa forma, Freud coloca em cena o princípio de realidade, afirmando que uma organização escrava do princípio do prazer não poderia manter-se viva. O mais próximo que podemos conceber desse estágio primitivo, é a vida do bebê recém-nascido, desde que não o separemos dos cuidados maternos. O bebê revela seu desprazer pelo choro, e experimenta a satisfação que alucinou ao ser atendido por sua mãe, realizando um sistema psíquico primário.

Logo no primeiro capítulo de *O mal-estar na Civilização*, Freud (1930/1996) dedica algumas linhas para situar o princípio de realidade no processo de constituição do eu. Em sequência a uma etapa em que o eu equivalia a si tudo que era prazeroso e considerava como externo tudo que trouxesse desconforto, inicia-se a introdução do princípio de realidade, onde efetua-se uma modificação pela experiência. Ou seja, o prazer-desprazer não equivale mais a um eu- mundo externo.

A introdução do princípio da realidade não consiste em descartar o princípio do prazer, mas sim em garanti-lo por meio de uma espécie de proteção. Inclusive, Freud (1911/1996) se ocupa em indicar que essa sobreposição, ou essa fusão, não comporta qualquer deposição. Trata-se antes de garantir a obtenção de prazer em uma margem de segurança, uma forma de satisfação que exige esforço e adiamento. Em *Além do Princípio do Prazer*, afirma-se que o princípio de realidade consistiria apenas no esforço para tolerar temporariamente um desprazer no caminho mais demorado para obtenção de prazer (FREUD, 1920/1996).

Lacan (1956-1957/1995) assinala que princípio do prazer e princípio de realidade não são destacáveis, mas que um constitui a posição do outro, se implicando dialeticamente. Contudo, entre os dois há uma hiância discernível na tendência do princípio do prazer a se realizar de forma alucinatória.

Essa tendência é que leva Freud (1920/1996) a dizer que do ponto de vista da autopreservação, o princípio do prazer é ineficaz e mesmo perigoso. Lacan (1954-1955/2010) ao discorrer sobre o princípio de realidade põe em evidência o que são os perigos do princípio do prazer:

O princípio de realidade é em geral introduzido por este simples reparo que, quando se busca por demais o prazer, acontecem acidentes de todos os tipos – queimam-se os dedos, apanha-se gonorreia, quebra-se a cara [...] O princípio de

realidade consiste em fazer com que o jogo dure, ou seja, que o prazer se renove, que o combate não termine por falta de combatentes. O princípio de realidade consiste em resguardar nossos prazeres, estes prazeres cuja tendência é justamente atingir o cessamento (p.120).

Recordemo-nos que o tóxico deve seu perigo à sua eficácia no cumprimento do princípio do prazer, isto é, o perigo do tóxico é o próprio perigo do princípio do prazer. O tóxico representa perigo para a autopreservação, seu perigo é cumprir a tendência à estabilidade que, se levada a cabo, baixa ao mínimo a quantidade de excitação no aparelho psíquico.

Ainda em *Além do Princípio do prazer*, Freud (1920/1996) problematiza a dominância do princípio do prazer no funcionamento mental. Diz que se houvesse realmente domínio do princípio do prazer, a maior parte dos processos mentais conduziria a sensações prazerosas, condição contradita pela experiência dos sonhos nas neuroses traumáticas, pelas brincadeiras infantis e pela transferência.

O princípio de realidade, enquanto forma de garantir o prazer, só seria responsável por uma pequena parte das sensações desagradáveis. A que então atribuir esse ultrapassamento do prazer? É a compulsão à repetição que leva Freud (Ibidem) a referir-se ao princípio do prazer não mais como princípio dominante, mas, de modo mais limitado, como uma forte tendência do funcionamento mental.

Inicialmente, a repetição é trazida à tona em referência ao que se passa durante os sonhos próprios das chamadas neuroses traumáticas. A repetição da situação traumática não se concilia com o objetivo de produção de sensações prazerosas, e se, na vida desperta o esforço é para afastar do pensamento o trauma, este se faz presente recorrentemente nos sonhos do neurótico.

No mesmo sentido, durante o tratamento analítico, a repetição de conteúdos inconscientes na transferência também não deixa de nos causar a impressão de que o princípio do prazer não rege sozinho o funcionamento psíquico. A rememoração, via de regra, seria menos desprazerosa que a repetição e, contudo, a resistência impede a recordação e não a repetição.

Nas brincadeiras infantis, especialmente no chamado "fort-da", podemos igualmente encontrar a repetição da separação da mãe que, por si mesma, só pode ser vivenciada como desprazer. Ao fazer acompanhar o jogo de presença e ausência de um objeto por um par de vocábulos em oposição, a criança acede ao nível de uma articulação significativa, realizando sua primeira simbolização. Daí pode-se visualizar a importância e

a necessidade desse momento para que a criança se insira no mundo do simbólico. No jogo, o que se repete é o momento de uma tensão desprazerosa como aquilo que na repetição nos defronta com a falta de objeto. O "fort-da", primeira grande realização cultural da criança, nada mais seria do que a renúncia à satisfação pulsional. Nessa brincadeira, repete-se esse sacrifício involuntário de confrontar-se com a ausência da mãe, repete-se, como diz Lacan (1964/2008), a saída dela como origem de uma divisão no sujeito.

Nesse ponto, cabe ressaltarmos uma diferenciação. Freud (1920/1996) nos mostra que o desprazer do neurótico nem sempre está em oposição ao princípio do prazer. Um desprazer perceptivo justifica-se pela operação do recalque. A satisfação de uma pulsão incompatível com outras exigências impostas ao psiquismo pode ser percebida como desprazerosa, ainda que atenda ao princípio do prazer, isto é, o que em uma instância é sofrimento, em outra é fonte de prazer. Não obstante, Freud afirma que há repetições desprazerosas que, de nenhuma forma, se coadunam com o programa de obtenção de prazer. Para além do desprazer perceptivo, haveria um desprazer que resta do funcionamento pulsional, um desprazer que entendemos prenunciado no desapontamento que haveria em toda experiência de satisfação conforme descrição de Freud (1950[1895]/1996) no *Projeto para uma Psicologia Científica*.

A repetição sobrepuja o princípio do prazer que, como diz Lacan (1964/2008), não teria mais a última palavra. Lacan (Ibidem) chama a atenção para o fato de que Freud, ao trazer à tona a repetição, o faz de início, estabelecendo uma relação entre repetição e trauma, trauma que insistiria em se fazer lembrar nos sonhos da neurose traumática. Lembremos que, para Freud (1926[1925]/1996), o trauma indica o desamparo do eu diante de um crescente acúmulo de excitação com o qual não pode lidar. A repetição do trauma aponta esse mais além da homeostase do princípio do prazer.

Ou seja, pela repetição, Freud (1920/1996) indica que há algo que impede que o princípio do prazer chegue ao seu termo, que nada mais é que levar o aparelho mental em direção à tensão zero. Importante ressaltar que é em *Além do Princípio do Prazer* que Freud passa da dualidade das pulsões sexuais e autopreservativas para outra dualidade das pulsões: de um lado, pulsões de vida, que incluem as pulsões sexuais - que caracterizadas pelo aumento de tensões, neutralizam a pulsão de morte - e pulsões do eu que, além de apressarem-se a voltar e prolongar seu percurso (o que constitui o narcisismo), visam restabelecer um estado anterior àquele que o vivo abandonou devido às exigências do

mundo externo. Sob pressão da compulsão à repetição, visam ao nivelamento das tensões químicas, isto é, visam à morte. Trata-se aí das pulsões de morte. Freud afirma que é a repetição que lhe colocou na trilha da pulsão de morte.

Ao apresentar a nova dualidade das pulsões de vida e pulsões de morte, Eros e Tanatos, Freud (1920/1996) não omite as dificuldades que se apresentam. A repetição que aponta o além do princípio do prazer, conduz à formulação da pulsão de morte. Esta, por sua vez, parece nada mais ser do que a pulsão que conduz a vida no sentido do princípio do prazer, isto é, para o retorno ao estado inanimado. Se a pulsão de vida representa a tendência para a composição, para a coalescência de unidades viventes com o fim de manutenção da vida, e a pulsão de morte corresponde à tendência para conservação de um estado anterior, inorgânico, teríamos menores dificuldades se pudessemos fazer corresponder repetição e pulsão de vida por um lado, princípio do prazer e pulsão de morte por outro. Mas não foi a isso que fomos conduzidos. Sem pretender elucidar o problema, pensamos que algumas considerações podem lançar alguma luz nas dificuldades aqui expostas.

Quando vemos que Freud (Ibidem) fala de um desprazer perceptivo ao lado de outra espécie de desprazer, já podemos nos remeter a uma diferenciação a que Lacan (1957-1958/1999) nos alude. É necessário distinguirmos as nuances dos termos que utilizamos. Ao caracterizarmos o princípio do prazer como retorno ao inanimado, à tensão zero, necessitamos admitir que este difere do prazer concreto, com que efetivamente lidamos. Ou seja, quando falamos de prazer, além de seu aspecto econômico, temos de levar em conta que o aparelho requer satisfação e que, concretamente, impõe-se que, em algumas circunstâncias, o acúmulo de tensão, de excitação, se apresenta como prazeroso. O próprio Freud, como veremos adiante, em dado momento de sua obra, faz esse reconhecimento procedendo à diferenciação entre princípio do nirvana, por um lado e princípio do prazer por outro.

Em *Além do Princípio do prazer*, Freud (1920/1996) afirma que o princípio do prazer e o princípio de constância foram inferidos a partir dos mesmos fatos. Refere-se ao princípio de constância ao formular a tendência do aparelho psíquico a manter sua excitação tão baixa quanto possível ou, ao menos, constante. Decorreria daí o princípio do prazer, de forma que qualquer acréscimo de tensão seria sentido como desprazeroso. A constância da excitação, caso em que podemos supor ainda uma quantidade de tensão, ou de desprazer, se dá na impossibilidade da sua redução completa.

Nesse mesmo texto, Freud (1920/1996), por sugestão de Barbara Low, passa a chamar o princípio do prazer de princípio do nirvana, em razão da tendência, representada por este princípio, em manter constante, reduzir ou eliminar a tensão do aparelho. Essa tendência ao nirvana expressar-se-ia no próprio funcionamento do princípio do prazer. Nirvana, prazer e constância são apresentados então como diferentes nomes para um mesmo funcionamento.

O problema econômico do masoquismo é o texto em que Freud (1924/1996) irá desfazer a equivalência anteriormente proposta entre os princípios do nirvana e prazer, não fazendo nesse texto qualquer menção ao princípio de constância que, pelo que podemos concluir, foi incluído na noção de princípio de nirvana.

O princípio de nirvana havia sido anteriormente indistintamente equiparado ao princípio do prazer. Porém, embora tenha relação com o aumento e diminuição da excitação, Freud (Ibidem) afirma que o prazer não se reduziria a estas variações quantitativas e recorre a um aspecto qualitativo, a uma pulsação, um ritmo, uma sequência temporal como hipótese. Esse fator rítmico nos remete ao contraste que possibilita obtenção de prazer, conforme Freud em *O mal-estar na Civilização* (1930/1996). Por seu lado, o princípio de nirvana mantém sua apresentação como tendência à redução da excitação.

Ao princípio do nirvana, a serviço da pulsão de morte, seria imposta uma modificação por ação de Eros, pela insistência da repetição, resultando dessa modificação o princípio do prazer. Assim, esquematiza Freud (1924/1996): o princípio do nirvana expressa a tendência da pulsão de morte, de parte das pulsões do eu, e o princípio do prazer representa a exigência libidinal, mais especificamente da parte das pulsões sexuais que compõe as pulsões de vida.

Porém, Freud (Ibidem) faz a ressalva de que nenhum dos elementos em questão põe outro fora de circuito, que uma coexistência entre eles se impõe. Na direção dessa mesma perspectiva, Lacan (1954-1955/2010) endossa que a tendência à união de Eros nunca é apreendida sem o seu contrário: a tendência à ruptura de Tânetos. Impõe-se a noção de uma composição complexa, uma fusão de distintas tendências pulsionais.

De toda forma, como já indicado, a coexistência não impede que o conflito exista. Do lado do princípio do nirvana há a tendência a uma diminuição da excitação, do lado do prazer visa-se certa qualidade do estímulo e do lado da realidade exige-se o adiamento do

prazer e tolerância do desprazer. O prazer da experiência comum só pode ser pensado pela fusão indicada entre princípio do nirvana, princípio de realidade e princípio do prazer.

A distinção entre princípio do prazer e nirvana, empreendida por Freud, cumpre a função de evidenciar diferentes níveis em que podemos nos remeter à noção de prazer. Prazer inclui acúmulo e diminuição de tensão, dando-se em um contraste. A partir do momento em que se distingue do nirvana, o princípio do prazer abrange uma abordagem mais complexa do prazer, por meio dos ciclos entre prazer e desprazer. Temos mesmo a inclinação de dizer que a necessidade de reformulação do princípio do prazer está relacionada à tentativa de conceitualmente abranger o que está para seu além.

Lacan (1954-1955/ 2010) diz que Freud, ao se guiar pelo princípio de constância, esforçava-se por inscrever o funcionamento psíquico em termos de relações energéticas entre diferentes sistemas, até o ponto em que foi obrigado a reconhecer que algo não funciona nesse esquema. O além do princípio do prazer é esse reconhecimento da insistência do inconsciente, não redutível ao princípio do prazer. A repetição passa a ser levada em conta. Freud (1920/1996) fala mesmo de uma compulsão à repetição, formulação que destaca o caráter coercitivo, impositivo da repetição.

Nesse além se aponta a impossibilidade de satisfação no fundo de toda possibilidade de prazer. Enquanto tal, pela repetição há o encontro com a falta. Insistimos no que é dito por Freud (1950[1895] /1996) acerca do desapontamento em toda experiência – seja no nível do processo primário ou secundário. Na decepção inerente à impossibilidade de satisfação, reconhecemos a falta de objeto que é a marca do desejo do sujeito, desejo que resulta da ação do significante sobre o falante. Tal perspectiva permite nos situarmos quanto ao que Lacan (1957-1958/1999 p.254) propõe quando questiona: “E, afinal, no que Freud denomina de além do princípio do prazer, haverá realmente outra coisa senão a relação fundamental do sujeito com a cadeia significante?”.

Tendo em vista a primeira formulação do princípio do prazer, quando este não se distinguia do princípio de nirvana, consideramos que, ao dizer que o perigo do tóxico é cumprir o princípio do prazer, o que está em questão para Freud (1930/1996) é a possibilidade de alguém, por meio de uma substância e de sua ação direta no corpo, ir além do prazer ordinário, sem qualquer consideração à sua autopreservação.

Recordemos que a dualidade pulsão de morte e pulsão de vida comporta uma fusão entre ambas, o que significa dizer que aquilo com que lidamos na prática não são moções pulsionais puras, mas uma mistura entre elas em diferentes proporções. Contudo,

sob certas influências, ressalta Freud (1924/1996), pode-se falar de uma defusão entre as pulsões, não sendo possível avaliar em que medida a pulsão de morte é amortecida pela libido. Hyppolite, no segundo seminário de Lacan (1954-1955/2010), afirma ter a impressão de que o grave é que as pulsões de vida e morte, que se apresentam apenas como uma no inconsciente, se separem.

A partir do desenvolvimento apresentado até aqui, colocamos em questão a relação entre tóxico e prazer como pano de fundo para as motivações e consequências na busca pela substância química. Essa busca apresenta-se como via de uma satisfação irrestrita que altera as condições de sensibilidade, de maneira a tornar a recepção de impulsos desprazerosos nula. Nessa perspectiva, consideramos que a relação do tóxico com o prazer nos possibilita duas visadas sobre a problemática das drogas, justamente na medida em que a própria noção de prazer é afetada pela repetição. O princípio do prazer e o além do princípio do prazer é que estão no cerne de cada uma dessas visadas.

Tendo como horizonte que o tóxico é capaz de realizar o voto da tensão zero cujo ápice seria a overdose, sendo este o risco da intoxicação aguda, Melman (1992) sustenta que, de certo modo, a morte é o que se busca em uma toxicomania, de maneira que a overdose não seria um mero acidente, um erro de cálculo.

Frente a isso, retomamos Lacan (1954-1955/2010) quando este lembra que, se é em direção a morte que nos encaminhamos, a vida é esse caminho que é preciso percorrer até alcançarmos nosso destino. É pelo caminho da vida que a libido nos leva para a morte. O tóxico, então, pode ser pensado como um catalisador, um atalho para encurtar esse caminho, que implica numa certa renúncia à pulsão sexual. Ou nos valendo do termo presente no texto de Freud (1930/1996), podemos dizer que o tóxico é esse “veículo intoxicante” que tornará mais rápido o percurso da vida, fazendo um "curto circuito" pulsional, caracterizado pelo investimento das pulsões que se precipitam em alcançar rapidamente seu objetivo que é a morte, ou mesmo uma espécie de "defusão" aqui indicada como a retirada do investimento libidinal que amortece a pulsão de morte.

Por sua vez, a reformulação do princípio do prazer, reformulação esta que atribuímos ao que é da ordem das consequências teóricas da introdução de seu além, nos defronta com os ciclos próprios da utilização da droga: Prazer e desprazer, intoxicação e abstinência alternando-se. Essa perspectiva nos oferece uma visão mais ampla do que podemos designar como perigo dos tóxicos, afinal, a overdose absolutamente não é o único problema decorrente de uma situação de dependência de tóxicos, na qual o extremo oposto,

a abstinência, a falta da substância, pode ser tão letal quanto uma dose excessiva. A repetição, que traz à tona a falta, nos aparece como uma noção capital na discussão sobre a toxicomania, pois é a repetição do uso, a repetição da abstinência, que ordinariamente distingue a toxicomania de uma intoxicação experimental ou ocasional.

Cabe aqui uma ressalva. Freud (1930/1996), em *O mal-estar na Civilização*, não faz referência à toxicomania, dependência química ou alcoolismo, mas a tóxicos e intoxicação. Há nesse mesmo texto, no entanto, uma breve referência à intoxicação crônica: “O homem que, em anos posteriores, vê sua busca da felicidade resultar em nada ainda pode encontrar prazer oriundo da intoxicação crônica [...]” (p.92). Por mais sucinta que seja essa referência, pensamos que ela é fundamental para pensarmos diferenciações entre modos de uso de substâncias químicas. Ou seja, nem todo uso de tóxicos se equivale.

Há diferentes formas de uso de drogas, e a relação que o sujeito pode estabelecer com esse consumo é que é o fundamental para podermos afirmar ou não que se trata de um caso de toxicomania. A simples constatação do consumo esporádico, ou mesmo regular, não é suficiente para que se configure enquanto tal. É necessário escutar o que se passa do lado do sujeito, para além da descrição objetiva e pormenorizada de hábitos de consumo. A toxicomania é uma possibilidade decorrente do uso de drogas, no entanto, o caminho da experimentação à dependência não é o único possível destino. E o perigo do tóxico não parece ser um só.

De toda forma, a dupla visada que a relação entre o tóxico e princípio do prazer nos proporcionou, além de nos remeter a uma distinção entre os perigos próprios a diferentes formas de uso, nos leva ao encontro daquilo que Melman (1992) nos ensina: Se o que dá prazer ao toxicômano é a droga, no mais além do prazer, o que constitui seu gozo é o momento de falta.

4. O GOZO

Do que foi esclarecido até aqui, podemos depreender importantes coordenadas para nosso trabalho. Observamos que o procedimento freudiano (Freud, 1930/1996) é o de realizar sua investigação sobre os tóxicos não descrevendo sinais e sintomas, mas situando o que psiquicamente justifica a busca por uma condição de intoxicação. Somos levados a conceber que não são as especificidades do tóxico que determinam as características essenciais de um abuso de drogas ou dependência, mas sim o lugar que o tóxico pode vir a ocupar para cada um que demarca as características desse consumo. O que adquire centralidade são as questões do sujeito.

Reconhecemos o papel capital da repetição decorrente da falta na economia psíquica, bem como a importância da renúncia à satisfação como exigência da vida social. É sobre a renúncia à satisfação irrestrita das pulsões que a civilização pode ser erigida e que a vida em sociedade pode ser preservada. Coloca-se a falta em lugar de destaque.

Nossas considerações anteriores implicam que, ao refletir sobre a toxicomania, não podemos nos contentar em constatar o propósito de obtenção de prazer por meio do objeto tóxico, apontando-se algo de fundamental para além desse prazer.

O que está em jogo no falante, o que é visado, não se restringe ao prazer, e mesmo este só pode tomar seu valor mediante o encontro da falta no cerne da compulsão à repetição. Fomos encaminhados pelo percurso que realizamos a nos defrontar com um além do prazer, com a imperiosidade de satisfazer pulsões de vida e de morte, com a insistência no reencontro com o objeto perdido que implica a repetição e indica a noção de gozo, onde ele é tecido. Se no capítulo anterior a proposta foi interrogar em que consiste o prazer do toxicômano, agora caminhamos para tentar situar o seu gozo.

Temos ciência do quanto a discussão sobre o gozo exige um percurso teórico bem mais avançado em relação ao que nos foi possível fazer até aqui. Entretanto, para a proposta deste trabalho, é salutar que nos arrisquemos a algumas incursões nesse campo, sem, no entanto, pretendermos grande profundidade, mas com o compromisso declarado de não simplificarmos excessivamente um conceito tão complexo. Devemos, portanto, desde já, nos precaver de assimilar ingenuamente a noção de gozo à de um prazer intensificado. Faz-se necessário também esclarecer que, embora encontremos a palavra sob a pena de Freud, foi apenas com Lacan que o referido termo foi alçado propriamente ao patamar de um conceito psicanalítico.

Retomaremos ainda alguns pontos nodais do caminho que traçamos com o fim de introduzirmos, de modo articulado com nosso percurso teórico, os outros termos de que precisamos nos valer para o desenrolar de nosso tema. Explicitamos que a formulação de um inconsciente pulsional sustenta todas nossas elaborações. O inconsciente foi então apresentado como buraco, como furo, apresentação que Lacan (1964/2008), na realidade, faz derivar da discussão sobre a dimensão da causa no inconsciente, por meio da qual assinala a claudicação, entre a causa e o que ela afeta, como um campo no qual se divisa algo da ordem do não-realizado no inconsciente. Não simplesmente assimilável a um depósito de conteúdos recalçados, o inconsciente se mostra como uma espécie de página em branco, pura hiância. No inconsciente não se trata de nada substancial, antes há em jogo uma falta a ser reencontrada, um reachado sempre na iminência de se esvaír. É essa hiância causal que a psicanálise descobre no inconsciente.

Da concepção aristotélica sobre a causa, Lacan (Ibidem) toma os termos tiquê e autômaton. O tiquê, como encontro do real, encontro com o impossível, com o que escapole, é o que está em vigência por trás das voltas da pulsão, da insistência da cadeia significante, designada por ele como autômaton. Esse encontro como encontro que coloca em mira uma realidade faltosa é o que põe obstáculo à homeostase do princípio do prazer. No encontro faltoso, no encontro da própria falta discernível na repetição, subjaz o funcionamento da cadeia significante. No domínio da causa, o que se encontra em sua hiância é a incidência do significante sobre o falasser, que o faz dividido em sua relação com o desejo, pura falta. Lacan (Ibidem) destaca esse caráter de corte do inconsciente, pelo qual o desejo é profundamente desconhecido para o sujeito desejante.

Foi a partir da discussão sobre o caráter pulsional da vida psíquica do humano, enquanto ser de linguagem, que nos foi possível situar algo sobre o estatuto do sujeito em sua relação com o desejo, desejo estabelecido em uma distinção radical do que é entendido como necessidade. O desejo, afirma Lacan (1957-1958/1999), desde os primeiros passos da psicanálise, é colocado como desejo insatisfeito, por onde já vemos que ele põe em xeque a própria noção de satisfação. O desejo possui um caráter errante, fugidio, mostrando-se inapreensível, assim como o próprio inconsciente. A partir de Lacan (1964/2008), o desejo é articulado à falta de objeto, remetido àquilo que representa a falta estrutural no sujeito. A repetição torna patente a falta de um objeto que venha fazer frente à errância desejante do sujeito. Não há nenhum objeto que possa responder ao desejo.

É dessa falta de objeto que decorre o impossível na satisfação. Mas esse impossível, como já assinalado, é tomado sob a forma de um interdito, pois o campo próprio do desejo é aquele da falta de objeto que é tomada como perda. Trata-se aí da vigência de uma lei que barra o acesso ao suposto objeto que propiciaria satisfação plena.

A formulação do desejo como imposição da dimensão da falta no sujeito confrontada com a insistência repetitiva no reencontro com os fragmentos metonímicos do objeto perdido, é que coloca em cena esse outro conceito, em relação ao qual o próprio desejo aparece como o que lhe faz limite. Esse referido conceito é o de gozo. É Lacan (1957-1958/1999) quem nos diz que o manejo da noção de desejo carrega em si, de maneira implícita, a ideia de gozo, ideia que do desejo precisa ser distinguida, como outro polo.

Se a despeito da falta de objeto, o aparelho, em seu automatismo, visa na repetição à busca pela satisfação, ainda que alucinatória, satisfação que é impossível, pode-se dizer que visar ao reencontro com o que está perdido é um movimento que denuncia certa retração em relação à própria perda de objeto.

O que Lacan (Ibidem) indica, logo após apontar o gozo como implícito no desejo, é que o falasser se apropria das condições que lhe são impostas em seu mundo - que é um mundo de linguagem - e de alguma maneira, a despeito dessas condições, e mesmo se servindo delas, se satisfaz. É a insistência em se preencher, em se satisfazer completamente, que nos aparece como gozo. Pretende-se que o desenrolar de nossa argumentação deixe mais evidente o que sustenta nossa leitura, na qual a questão da satisfação ocupa um lugar proeminente.

É importante, portanto, ressaltar que se trata de dois polos em jogo: desejo e gozo. São as duas vias presentes no falasser e é imprescindível remeter-se a uma para falar da outra, e em nossa apresentação não é diferente.

Chemama e Vandermersch (2007) designam o conceito de gozo como desdobramento das formulações freudianas sobre a satisfação. Neste trabalho, já tivemos oportunidade de acentuar o caráter problemático da satisfação. No *Projeto para uma psicologia científica*, Freud (1950 [1895]/1996) refere-se à divisão no complexo objetal entre uma parte assimilável e outra parte inassimilável, correspondente à função do das Ding. Se, por um lado, o aparelho pode encontrar uma via de satisfação nos investimentos objetais, por outro lado está destinado a se confrontar com um desapontamento em sua

relação com os objetos, na medida em que nunca correspondem de maneira idêntica à Coisa que é visada no funcionamento inconsciente.

Daí ser a satisfação no falasser eminentemente paradoxal. Enquanto alvo da pulsão, ela introduz o impossível, mas, ainda sim, o sintoma, por exemplo, é um atestado de sua realização, já que nele algo se satisfaz. Alguma satisfação se mostra possível.

Não obstante, a condição de ascendência da satisfação sobre o gozo não justifica que se confundam tais noções. Reconhece-se certa inconveniência na leitura da satisfação por um modelo termodinâmico, ao qual ela se encontra originalmente atrelada, sendo assumida como redução ou mesmo contraste de tensões em jogo no prazer. O modelo termodinâmico, conforme sugestão de Chemama e Vandermersch (2007), deve ser substituído pelos jogos de encadeamento significante para melhor conceber o prazer e a satisfação como não mais unicamente dependentes de um equilíbrio de energias. O conceito de gozo constitui-se, então, como forma de referir-se às relações paradoxais que o sujeito, por ser falante e desejante, pode ter com a experiência de satisfação. A satisfação, a partir do gozo, deve ser situada como regulada pelas leis da linguagem. O suporte e material do gozo é a própria linguagem. Lacan (1969-1970/1992) deixa isso bem estabelecido ao explicitar a linguagem como aparelho do gozo.

Não é adequado, então, a partir da articulação do gozo com o significante, remete-lo à satisfação de uma necessidade por meio de uma relação direta com um objeto que cumpriria de modo eficaz essa função. A relação com o objeto é submetida ao funcionamento significante. O gozo, portanto, só comparece na psicanálise com a marca da incompletude, como dissonante de um ideal de plenitude (CHEMAMA; VANDERMERSCH, 2007).

Ora, cabe perguntar o que constitui o limite em que se funda essa incompletude do gozo. Lacan (1960/1998) diz que é o prazer que põe um limite ao gozo, que o prazer é o que lhe faz barreira. Mas ele é mais preciso, diz que se trata do prazer enquanto ligação com a vida, pelo que o entendemos enquanto distinto do nirvana, enquanto reformulado pela incidência da repetição. Tal leitura se baseia no dado de que pela repetição, o desejo em sua relação com a falta se anuncia, justificando-se assim o encadeamento entre o prazer como barreira ao gozo e a afirmação, também de Lacan (Ibidem), de que o desejo consiste na proibição de transpassar um dado limite no gozo. Para que o desejo subsista, é preciso conceber um limite no gozo, impedir que ele ultrapasse o desejável. Isto é, é importante perguntar-se sobre o que depois da experiência de satisfação, para além dela, resta ainda a

desejar, pois como mostra Lacan (1957-1958/1999), o desejo é excêntrico em relação à satisfação.

Lacan (Ibidem) nos diz que o que se evidencia no além do princípio do prazer, ou seja, no próprio impossível na satisfação, é a relação fundamental do sujeito com a articulação significativa, e nos diz também como é designado o lugar em que essa cadeia se articula, isto é, a forma sob a qual o sujeito se depara com o tesouro metonímico: o Outro.

Por ser faltoso, eminentemente insatisfeito, o desejo se assinala no Outro pelo significativo da falta. Esse Outro não dá uma resposta ao desejo que por meio dele se constitui, o que nos leva a falar dessa falta no Outro, referenciada por Lacan por meio do S (\bar{A}): significativo da falta no Outro (LACAN, 1968-1969/2008).

O significativo da falta no Outro é o termo por meio do qual se destaca que o lugar do Outro aparece como incompletude. O funcionamento próprio da cadeia significativa barra o Outro, introduz nele a hiância. O S de A barrado aponta uma falta no significativo. Lacan (Ibidem) indica que o S (\bar{A}) representa a falha no Outro, falha que por sua vez, representa o desejo em jogo para o sujeito. É importante pôr em relevo que o sujeito, sendo ele mesmo barrado, só se sustenta na relação $A - a' - a$. Não é possível concebê-lo fora dessa perspectiva, na qual as relações com o a são mediadas. O Outro, enquanto lugar da fala, é testemunha da relação $a-a'$ (LACAN, 1957-1958/1999).

A partir desse viés, as relações de objeto precisam ter em perspectiva a relação com o Outro como uma instância terceira a quem algo deve ser tributado. É a esse Outro que se atribui o sacrifício da renúncia pulsional, é dele que, para o falasser, advém a interdição à qual a civilização, a vida social, deve sua subsistência. Isso corresponde de certo modo, ao próprio registro da castração, na medida em que nesta, conforme Lacan (1956-1957/1995), está em jogo uma falta situada como dívida.

O significativo da falta no Outro é o significativo pelo qual se mostra o Outro como castrado, o que por sua vez remete ao próprio falo como o que está no cerne da castração (LACAN, 1957-1958/1999). Ao nos defrontarmos com a afirmação de Chemama e Vandermersch (2007) segundo a qual o gozo é o que radicalmente está em relação com esse significativo da falta no Outro, vemos destacar-se a importância de dizer algo sobre a relação entre castração e falo e sobre o que isso pode nos instruir sobre o gozo.

A castração aparece como pivô da constituição do sujeito, como ameaça que incide em um momento decisivo e que possui um caráter normativo para homens e mulheres, na medida em que o desejo de um e outro possui referência fálica. O irreduzível

na castração é o falo e desse modo, podemos dizer que a castração é o que demarca o privilégio dado ao falo na dialética inconsciente (LACAN, 1957-1958/1999).

A castração de que aqui se trata não é real, ela é simbólica e está fortemente relacionada ao desejo em sua conjunção com a lei. O que se configura como castração coloca em cena a lei fundamental de impedimento do incesto. A castração é uma operação simbólica que é o próprio móbil do que está em jogo no Édipo, no qual podemos vislumbrar que o pai aparece como portador da lei que interdita a mãe, que triangulariza a díade mãe-filho. Desde o começo, então, é possível isolar a referência triangular na relação da criança com a mãe, que não se esgota em uma relação com um objeto que pode ou não propiciar prazer, mas que coloca em perspectiva o que está posto para o desejo dessa mãe, o falo como elemento terceiro. O falo é inserido desde o instante em que, para o sujeito, se coloca a questão do desejo da mãe. O pai aparece como operando um corte nessa relação, condição em que o falo aparece ao infans como objeto do desejo da mãe, objeto do qual essa mesma é castrada. A castração é apreendida, inicialmente, do lado do Outro (Ibidem).

O falo não é redutível a um simples objeto entre outros objetos, ele tem um valor simbólico no campo do significante. Ele intervém como um significante, e como um significante privilegiado. De acordo com Lacan (1958/1998), é um significante que designa em seu conjunto os efeitos de significado, um significante que organiza as significações.

Como significante, o falo comparece como significante do desejo do Outro, remetendo à significação que pode ser dada à questão posta por esse desejo. É o significante da falta, da distância que há entre demanda e desejo. O falo, diz Lacan (1957-1958/1999), institui a barra no Outro, e enquanto tal, o falo dá a razão do desejo.

O falo indica o desejo como desejo do Outro, motivo pelo qual o sujeito é barrado em seu desejo. Seu desejo é, por definição, insatisfeito, por não encontrar nesse Outro uma resposta, uma consistência, uma significação unívoca. O falo, como significante da relação do homem com a significação e como barra no Outro, só pode ser tomado como o próprio significante do desejo, pois, como já assinalado, o desejo pode ser formulado como desejo do Outro e como deslizamento metonímico do significado sob o significante.

Pois bem, no que essas considerações podem nos orientar quanto ao gozo? A castração, de acordo com Lacan (1960/1998), estrutural para o sujeito, demarca justamente que é preciso recusar o gozo para que se entre na via da lei do desejo.

O falo também é referido por Lacan (1960/1998) como o símbolo de um sacrifício que constitui a marca da proibição do gozo. Proibição que, convém dizer, não se deve a um desarranjo social, mas que é atribuível ao Outro. O gozo é vedado por uma proibição veiculada pelo Outro, ao mesmo tempo em que é o interdito do gozo que faz esse Outro barrado, marcado pela falta. A própria incompletude do Outro é resultante do que falta no gozo.

O gozo enquanto tal é interdito, é como que vedado por uma lei. Lemos em Lacan (Ibidem) que a lei, na realidade, se funda nessa vedação. Isso quer dizer que não é propriamente a lei que barra o acesso do sujeito ao gozo, contudo, ela faz resultar dessa barreira no acesso ao gozo um sujeito barrado.

Em virtude da castração reger o desejo desse sujeito barrado, ela assume um lugar de destaque no gozo, já que, como assinalado, o desejo exerce um efeito limitador neste. Esse efeito limitador, ao impor uma barreira ao gozo, é metaforizado na forma de um interdito edípico, no já indicado impedimento fundamental da mãe. O falo no centro do gozo sexual indica que este é marcado por uma falta estrutural (LACAN, 1968-1969/2008). Por ser em torno do falo que este referido gozo se constitui, ele também é chamado gozo fálico. É a respeito desse gozo fálico que pode ser mostrado um funcionamento que implica o interdito, que exige renúncia (LACAN, 1969-1970/1992).

O que dissemos até aqui põe em relevo a relação do desejo com o que é representado pelo falo, ou seja, quando falamos de um gozo organizado falicamente, estamos falando de um gozo que deixa um espaço, um caminho liberado para o desejo, um gozo que deixa algo a desejar (LACAN 1957-1958/1999).

O lugar ocupado pelo desejo na psicanálise faz com que a perspectiva do gozo seja deslocada, segundo Chemama e Vandermersch (2007), de um ideal de gozo de plenitude rumo a um gozo concebido como constituído pelo estofado da linguagem, marcado pela falta. A castração comparece como tributo a ser pago ao Outro para que o gozo seja regrado pela linguagem, para que se aceda ao gozo sexual, em que a relação com o objeto de desejo é caracterizada por uma falta estrutural.

É esperado que nesse ponto nos pressione a questão acerca da sustentação teórica que podemos dar ao gozo no campo da toxicomania. Precisamos nos interrogar se é de fato esse gozo organizado pela função fálica que se encontra no cerne da toxicomania.

Como um primeiro passo na direção de uma resposta para tal interrogação, é importante destacar a referência teórica a uma distinta modalidade de gozo. Lacan (1968-

1969/2008), em seu *Seminário 16*, após alguns desenvolvimentos sobre a função fálica, diz que o gozo sexual, caracterizado por essa função, é privilegiado entre todos os outros, pois nele o prazer, mesmo que barre o gozo, permite-lhe certo acesso. Encontramos também na fala de Lacan (1969-1970/1992), a certa altura do seu *Seminário 17*, que há um gozo privilegiado entre todos, e assinala-o pela castração, afirmando o social enquanto seu aparato. Dizer que o gozo fálico é um gozo privilegiado que tem o social como aparato nos permite inferir a existência de outra forma de gozar, que possivelmente se põe em outra forma de relação com o social.

Faz-se necessário destacar que os dois seminários referidos no parágrafo acima, quais sejam, os seminários 16 e 17, são trabalhos de Lacan que exigem de seu leitor um demorado labor teórico. Não temos a pretensão de nos ocuparmos da totalidade desses seminários, mas tão somente nos referirmos a algumas passagens deles que podem, em que pese a limitação dessa forma de trabalho, iluminar algumas de nossas questões quanto à toxicomania.

Pensamos que alguns excertos de Lacan sobre o gozo no *Seminário 16*, e o modo como ele tematiza a relação entre gozo e repetição no *Seminário 17*, podem nos encaminhar quanto a nossa questão de trabalho.

Em virtude do percurso que realizamos e das formulações sobre as quais já pudemos nos debruçar, decidimos partir do que Lacan (1968-1969/2008) afirma sobre o mal-estar: é a obtenção de um mais-de-gozar por meio de uma renúncia ao gozo que se encontra representada no mal-estar na civilização. O que encontramos em nossa leitura de *O mal-estar na civilização* (FREUD, 1930/1996) é a importância da já reiterada renúncia à satisfação, o que nos prefigura esse chamado mais-de-gozar com o que ele implica de renúncia ao gozo. Interessante notar que o mais-de-gozar é apresentado como efeito de uma renúncia, contudo, ressalta-se, essa renúncia não aparenta ser exercida no registro de uma voluntariedade.

Lacan (1968-1969/2008) situa o mais-de-gozar em homologia à mais-valia² de Marx. O pensamento marxista, ao realizar uma reapropriação da noção de trabalho,

² A mais valia é apresentada em “O Capital” da seguinte maneira: “Suponhamos agora que a quantidade média diária de artigos de primeira necessidade imprescindíveis à vida de um operário exija 6 horas de trabalho médio para a sua produção. Suponhamos, além disso, que essas 6 horas de trabalho médio se materializem numa quantidade de ouro equivalente a 3 xelins. Nestas condições, os 3 xelins seriam o preço ou a expressão em dinheiro do valor diário da força de trabalho desse homem[...]. Se a vende por 3 xelins diários, ou por 18 semanais, vende-a pelo seu valor. Vamos supor que se trata de um fiandeiro. Trabalhando 6 horas por dia, incorporará ao algodão, diariamente, um valor de 3 xelins. Esse valor diariamente incorporado por ele representaria um equivalente exato do salário, ou preço de sua força de

concebendo-o como um produto a mais no mercado, suscetível à compra e venda, evidencia a perda sofrida pelo trabalhador mediante a venda da sua força de trabalho. Há uma parte do trabalho realizado que não é recompensado, que não se converte em remuneração. Esse trabalho não remunerado é a matéria prima da mais-valia.

Pois bem, Lacan (1968-1969/2008) diz que o que Marx mostra é que a mais valia implica em perda de gozo, o que possibilita extrair a função do mais-de gozar. O mais-de-gozar não se confunde com o gozo, correspondendo antes à renúncia deste. Considerado como equivalente da mais-valia, no que esta representa a espoliação do gozo, o mais-de-gozar é formulado como função da renúncia ao gozo decorrente do discurso. Para o falasser, o gozo só pode ser concebido no registro inerente à linguagem, registro do mais-de-gozar. Quem quer que esteja submetido às leis da linguagem encontra-se fadado a constituir um mais-de-gozar, encontra-se destinado a se haver com a perda de gozo.

No *Seminário 16*, Lacan (Ibidem) diz que o gozo é definido como decorrência da distribuição do prazer pelo corpo. O gozo implica uma relação com o corpo e com o que se desenrola neste a partir da experiência de prazer. Em relação a essa referida distribuição, Lacan (Ibidem) demarca que a dialética do prazer comporta um limiar, concomitantemente buscado e evitado. Desenha-se no centro desse limiar um campo proibido onde o prazer seria excessivo. A isso corresponderia o campo do gozo, demarcado por um limite no qual podemos discernir uma relação com a estrutura de borda da pulsão. A fonte da pulsão são as zonas erógenas, orifícios caracterizados por sua função de borda, que dão ao gozo sexual o estatuto de um gozo delimitado, circunscrito. A indicação de Lacan (Ibidem) de que a função do gozo é uma relação com o corpo é complementada quando ele diz, no mesmo *Seminário 16*, que é a intermediação simbólica, a incidência significativa, que instaura ou agrava, um hiato, uma distância entre o corpo e o gozo. Nessa distância é que se discerne um efeito de perda, na medida em que esse gozo não se dá diretamente no corpo, mas se constitui como um gozo de linguagem.

trabalho, que recebe cada dia. [...] Isso, porém, não lhe tira a capacidade de trabalhar 10 ou 12 horas e mais, diariamente. Mas o capitalista, ao pagar o valor diário ou semanal da força de trabalho do fiandeiro, adquire o direito de usá-la durante todo o dia ou toda a semana. FÁ-lo-á trabalhar, portanto, digamos, 12 horas diárias, quer dizer, além das 6 horas necessárias para recompor o seu salário, ou o valor de sua força de trabalho, terá de trabalhar outras 6 horas, a que chamarei de horas de sobretrabalho, e esse sobretrabalho irá traduzir-se em uma mais-valia e em um sobreproduto. Se, por exemplo, nosso fiandeiro, com o seu trabalho diário de 6 horas, acrescenta ao algodão um valor de 3 xelins, valor que constitui um equivalente exato de seu salário, em 12 horas acrescentará ao algodão um valor de 6 xelins e produzirá a correspondente quantidade adicional de fio[...] Se repete, diariamente, essa operação, o capitalista desembolsará 3 xelins por dia e embolsará 6, cuja metade tornará a inverter no pagamento de novos salários, enquanto a outra metade formará a mais-valia, pela qual o capitalista não paga equivalente algum” (MARX, 1867/1996 pp. 100-101).

Destarte, na noção de perda de gozo, encontra-se a própria articulação significativa e o que cai de seu funcionamento, o objeto a, objeto que corresponde à própria função da causa no sujeito. Podemos então perceber que esses desenvolvimentos de Lacan remontam às consequências das elaborações freudianas sobre o além do princípio do prazer. É por essa via, a da repetição como encontro com a falta, que se pôde chegar a algo como a discussão sobre o domínio da causa no sujeito por meio de tiquê e autômaton.

O mais-de-gozar se refere diretamente ao objeto a como causa de desejo, quer dizer, à renúncia como caminho para um pouco de gozo. Para Lacan (1968-1969/2008), é o mais-de-gozar que possibilita isolar a função deste objeto a, sendo este apresentado como índice da necessidade repetitiva.

Lacan (1969-1970/1992) endossa, referindo-se ao objeto a, que o que lhe assinala nos textos de Freud, é a repetição no falante. É relativamente à repetição que o gozo é trabalhado por Lacan (Ibidem) em seu seminário intitulado *O avesso da psicanálise*. Já falamos um pouco no início do capítulo sobre como o conceito de gozo discerne-se por meio da insistência repetitiva no reencontro do objeto perdido, por meio do qual o prazer e o desejo aparecem como lhe fazendo barreira. Retomamos nesse momento esse ponto, pois o modo como Lacan (Ibidem) irá abordar essa relação entre repetição e gozo a essa altura de sua obra, nos auxilia grandemente em nosso esforço.

Lacan (Ibidem) afirma que o gozo necessita a repetição, se dá por meio dela. Se tivermos lido Freud, não estranhamos o que daí segue-se: O gozo é o caminho para a morte, é o que se dirige contra a vida. Na repetição busca-se um retorno do gozo perdido, daquela parte inassimilável do objeto, e esse esforço de recuperação só se dá em perda, pois cada repetição só pode efetuar-se em perda em relação ao que se repete. Daí ser o tonel das Danaides o mito que Lacan (Ibidem) utiliza para ilustrar o gozo: condenação ao esforço perpétuo de tentar preencher um recipiente sem fundo. Ele afirma: “Já disse sobre ele o suficiente para que saibam que o gozo é o tonel das Danaides, e que uma vez que ali se entra, não se sabe aonde isso vai dar. Começa com as cócegas e termina com a labareda de gasolina. Tudo isso é, sempre, o gozo.” (Ibidem pp. 75,76).

O gozo, diz-nos Lacan (1968-1969/2008), consiste num esforço de reencontro. O esforço de reencontro com que nos deparamos neste trabalho é o do reencontro com os fragmentos do objeto perdido, a partir do que nos encaminhamos à função do objeto a. Até aqui, pensamos poder ver reafirmar-se em nossa leitura do gozo o reiterado esforço de

retorno a uma experiência primordial desde sempre perdida, na qual vemos a imposição da dimensão da falta na repetição de toda experiência de prazer.

Devemos recordar que é à falta que o próprio prazer deve sua permanência para além do cessamento ao qual ele tende. Que o gozo encontre um limite em sua tendência de retorno a uma experiência primeva, isto é, que o falante consinta em satisfazer-se apenas de modo imperfeito com um objeto parcial, é condição necessária para que o prazer subsista.

Deparamo-nos então, a partir desse ponto de modo mais explícito, com o fato de que falar sobre o gozo exige que se fale do que no gozo não se tem acesso, do que no gozo é preciso renunciar. Abordar o gozo pelo impossível na satisfação, pelo significante da falta do Outro ou pelo mais-de gozar, nos levou ao encontro, de uma forma de outra, dessa exigência. Essa característica demarca o que vimos desenhar-se em nossa leitura como gozo fálico.

Lacan (1960/1998) pôde dizer que é a interdição, a proibição, que comporta a indicação do gozo em sua infinitude. Isto é, o gozo fálico, marcado pela falta, pela incompletude, é o gozo de referência a toda outra forma de gozar. A perda do gozo antecede o anseio por um gozo em que nada se perde. É esse gozo fálico que serve de referência às formulações psicanalíticas sobre o gozo, em relação ao qual se pode dizer que é tecido pela linguagem, que encontra na linguagem seu aparelho, por meio do que se constitui como um gozo incompleto. O que é próprio do funcionamento significante é a instauração dessa distância em relação ao gozo, que o torna compatível com a preservação da vida, que evita que se chegue muito depressa à labareda de gasolina.

Não obstante, mesmo pela superfície dos fatos que se passam em uma toxicomania – em que o privilégio dado a um determinado objeto na economia psíquica de um sujeito é capaz de arrastá-lo à morte - temos que admitir que é de uma outra modalidade de gozo que se trata, que não o gozo que leva a marca fálica da incompletude. Qual é o gozo do toxicômano?

4.1 Algumas considerações sobre a relação da toxicomania com o gozo

A função da renúncia ao gozo, evidenciada pelo mais-de-gozar, está associada à preservação da vida, incluindo aí, a vida social, visto que esta é constituída pelo sacrifício pulsional de cada um de seus membros. Já na toxicomania, como vimos, há, em certa

medida, uma busca pela morte, pelo encurtamento do caminho da vida, conforme podemos pensar tendo por referência o segundo dualismo pulsional: Eros e Tânatos. Isso nos leva a inferir certa especificidade na relação ao gozo que subjaz na raiz dessa tendência.

Na toxicomania, vemos realizar-se uma modalidade de gozo distinta do gozo ordinariamente marcado por um limite. Causa-nos a impressão de que na toxicomania se almeja um gozo sem mais-de-gozar. E se é o mais-de-gozar que está representado no mal-estar na civilização, para o toxicômano, o próprio mal-estar não é um bem, nem mesmo um mal necessário. A figura do toxicômano se aproxima assim da de um reformador social que busca ampliar as suas condições de felicidade pondo-se à parte da dimensão desejante instaurada pela dialética fálica. É a relação do toxicômano com a renúncia à satisfação (que está no fundamento da civilização, que permite o acesso ao gozo sexual e origina o mal-estar) que adquire centralidade.

Lacan (1976), a partir dos termos do caso do pequeno Hans, faz a seguinte consideração sobre a droga e sua relação com o que chama de nosso casamento com o falo:

[...]tout ce qui permet d'échapper à ce mariage est évidemment le bienvenu, d'où le succès de la drogue, par exemple; il n'y a aucune autre définition de la drogue que celle-ci : c'est ce qui permet de rompre le mariage avec le petit-pipi (LACAN, 1976 p.268).

Destacamos, incidentalmente, que Freud (1912/1996) em *Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor* fala de outro casamento, mas esse aparece como um modelo de casamento feliz: A harmoniosa união do alcoolista com a bebida. Ao passo que o casamento com o falo, a dependência de uma instância fálica, não é sem alguma infelicidade, a substância psicoativa aparece como objeto em relação ao qual uma situação de dependência não traria tantos aborrecimentos. A droga enquanto forma de escapar do casamento com o pequeno-pipi é o caminho para o que estamos buscando sustentar teoricamente sobre um gozo, que não o fálico, na toxicomania. Um gozo que tenta se pôr à parte do registro da castração e do desejo, uma outra forma de gozar.

Se por toxicomania designamos um modo de organização em que a relação com os tóxicos assume um papel central na vida de alguém, captando para si parte significativa do seu investimento libidinal disponível e sendo vivida sob a forma de uma compulsão irrefreável, vemos se destacar, pela sua ausência, a função de um limite nessa relação. A relação do toxicômano com o tóxico elide a falta instituída pelo limite, pela interdição e

pela intermediação. A castração se encontra em questão na toxicomania, e decorrentemente, o desejo.

Somos encaminhados a conceber que a toxicomania, como forma de propiciar um dado gozo, consiste, de certa maneira, em um gozo marcado pela recusa ao interdito. Consiste em uma forma de recusa em aceder a um gozo que funciona dentro de limites.

No funcionamento do toxicômano há a rejeição daquela renúncia a uma parcela da satisfação com vistas à manutenção do laço social. Ou seja, ao almejar uma relação direta com seu objeto, sem a mediação do Outro que possa inserir aí um fator de regulação, o toxicômano se joga de encontro às condições do funcionamento social em vigor. Com o uso sistemático da droga, insinua-se a reivindicação de acesso a um gozo recusado pela vida em sociedade. Ele denuncia a castração como responsável por ter de se contentar com as migalhas do gozo, sem poder ir ao fundo dele.

Ao mesmo tempo, o lugar de destaque dado à droga, consoante ao progressivo desinvestimento de outros objetos de interesse, atestam a renúncia do toxicômano à sua própria condição desejanste. Lacan (1957-1958/1999) assevera que a psicanálise:

[...] permitiu perceber a que grau de profundidade é levado o fato do desejo humano não estar diretamente implicado numa relação pura e simples com o objeto que o satisfaz, mas estar ligado a uma posição assumida pelo sujeito na presença desse objeto e a uma posição que ele assume fora de sua relação com o objeto, de tal modo que nada jamais se esgota, pura e simplesmente, na relação com o objeto (p. 331).

Se é desse modo que as coisas se dão no registro do desejo, a posição do toxicômano diante da sua droga parece atestar que aí algo não se encaixa facilmente nesse quadro. No que podemos ler como uma forma de fixação libidinal, há apenas um tipo de objeto que pode lhe interessar, a relação com o objeto droga não desliza. A metonímia estanca, a significação não desliza sob o discurso. Se, como diz Lacan, (1968-1969/2008) a exclusão do gozo é uma das principais características do discurso, não estranharemos o efeito de estancamento no desejo do toxicômano, na medida em que a própria metonímia precisa encontrar-se enrijecida nessa tentativa de escapar à perda de gozo.

É preciso esclarecer que não chegamos, em nosso estudo, a encontrar a asserção de um gozo próprio à toxicomania. O que se aponta nela é a realização de uma modalidade de gozo em que os limites se encontram em xeque. Por conseguinte, não se pretende aqui qualquer afirmação quanto à extensão desse gozo e suas diferentes formas de apresentação,

de modo que a toxicomania, possivelmente, é apenas uma das formas de realizar esse modo de gozar.

Agora se faz necessário ponderarmos sobre outro importante aspecto do que estamos enunciando. Ao dizermos que o toxicômano realiza em sua relação com a droga uma forma de gozo que difere substancialmente do gozo fálico, não estamos dizendo que ele esteja completamente fora desse gozo organizado pela castração. Parece antes que é progressivamente, na medida em que ele se engaja no exercício de um gozo pretensamente sem limites que se torna cada vez mais difícil consentir no privilégio dado a um gozo espoliado.

Dizer que na toxicomania se aspira a um gozo irrefreável, desembaraçado de qualquer entrave, não quer dizer que se chegue facilmente e de uma vez a isso. Pois bem, o dependente químico ou toxicômano se encontra, como qualquer outro sujeito, condenado à perda de gozo, com a diferença de que em seu gozo sente-se cada vez mais impelido em ir de encontro ao limite em que se sustenta a preservação de sua própria vida.

Conforme mostra Lacan (1968-1969/2008), o sujeito frente ao declínio do gozo só pode responder com a repetição. A cada repetição, pela qual se busca a recuperação do gozo perdido, mais em perda de gozo se está situado. Assinala-se assim que estamos todos, incluindo os toxicômanos, diretamente concernidos por permanente subtração de gozo. Pensando especificamente na toxicomania, podemos reconhecer no que estamos enunciando o efeito denominado de tolerância. Dedicaremos algumas linhas a isso com o fim de evidenciar que, a partir do que foi encontrado em nosso estudo, e de modo diferente do que costuma ser propalado, tal efeito não se limita a ser uma mera operação biológica.

Pressupomos já ter ficado claro que aquilo do que o ser falante goza não é forçosamente daquilo que lhe dá prazer. Antes nos parece que o prazer é apenas um dos termos em questão no que pode remeter ao gozo do sujeito, isto é, o gozo implica a noção de prazer, mas a extrapola. O toxicômano sabe o caminho pelo qual tem acesso à sua experiência de prazer. No entanto, o que constitui seu gozo só pode lhe ser profundamente desconhecido. Que ele busca obter sensações prazerosas, ou mesmo aliviar-se de suas tensões usando uma substância psicoativa, é algo que provavelmente lhe é claro. Mas que, por meio dessa substância, ele vise a sua falta, não deve ser uma ideia que lhe ocorra costumeiramente, isso porque o gozo é um ultrapassamento em relação ao qual o prazer aparece como limite.

O princípio do prazer mantém um limite em relação ao gozo na proporção em que é o princípio da menor tensão possível para que a vida esteja preservada. Em relação ao prazer, o gozo se apresenta como um transbordamento. Transpassa-se essas margens usuais em que o prazer se efetiva. O gozo diminui o limiar da manutenção da vida, tendendo para a morte (LACAN 1968-1969/2008). O que no gozo pode ser pensado como um excedente de excitação se compensa ao fazer-se acompanhar de uma redução tensional mais próxima a toda possibilidade de limite.

Dizer que o prazer mantém um limite em relação ao gozo nos permite pensar que quanto mais o toxicômano goza, menos prazer há em jogo, menos prazer ele experimenta. O fenômeno da tolerância, geralmente articulado em termos puramente biológicos, demonstra aqui sua condição de efeito das leis do inconsciente. Quanto mais intensamente repete-se o uso do tóxico, mais esforço (comprar e utilizar mais drogas) é preciso empreender para se obter uma satisfação que se assemelhe vagamente às primeiras experiências. Enquanto remédio para infelicidade, o tóxico parece aprofundar ou dilatar a breve e evanescente experiência do desaparecimento de todo o mal-estar, ao preço de um retorno mais violento deste sob a forma da abstinência e da fissura.

O que especifica a toxicomania é a forma de conduzir-se frente à subtração de gozo, valendo-se do artifício químico. A ação do tóxico diretamente no corpo, conforme destacado por Freud (1930/1996), é uma referência que pode nos remeter muito claramente ao caráter não mediado da relação entre o dependente químico e seu objeto. Se destacamos o aparato psíquico da tolerância, isso não deve ser tomado como negação do suporte orgânico, fisiológico da dependência. Na realidade, parte de seu valor e de sua eficácia reside nisto: a toxicomania como forma de desembaraçar-se de qualquer mediação simbólica entre o sujeito e objeto, de livrar-se dos pesados tributos que a linguagem exige do gozo de cada um. Nessa característica do tóxico, isto é, em sua incidência direta no corpo, nas alterações químicas que acarreta, é que discernimos sua apetência para escamotear a falta constitutiva do sujeito, sua capacidade de diminuir essa distância do gozo em relação ao próprio corpo.

É nesse sentido que vislumbramos um apagamento, ainda que temporário, do desejo, pois o desejo só pode se articular no campo do Outro. Se o sujeito como barrado só se sustenta na relação A- a'-a, vemos delinear-se na ausência de mediação entre o toxicômano e seu objeto, uma situação de renúncia à própria condição de sujeito de desejo.

Para o desejo é imprescindível a dimensão da falta na Outro. Se o falo indica o desejo como desejo do Outro (LACAN, 1957-1958/1999), a relação do sujeito toxicômano com a droga aponta justo essa tentativa de ruptura com o funcionamento fálico.

Na toxicomania, algo acontece no nível das relações do sujeito com o Outro que resulta no tamponamento, neste último, de qualquer furo por onde possa esboçar-se o desejo. Melman (1992) irá indicar na toxicomania essa tentativa de apreensão do Outro, o que implica na tentativa de apreender esse furo que no Outro, em sua relação com o sujeito, corresponde ao objeto a.

Obtura-se assim a falta. O Outro pleno, não barrado, não castrado, não interroga meu desejo, não espolia meu gozo. O toxicômano, ao não querer saber do desejo, conduz-se como se nesse Outro não houvesse esse x, essa questão de sua falta, que o constitui como propriamente Outro, conduz-se como se pudesse apreendê-lo como completude. Parece tentar estabelecer com o Outro uma relação dual, fazer do A um a, pelo que constituiria uma situação de parceiros, semelhantes, de companheiros de um gozo, de modo que seu gozo seja o gozo desse Outro. Fazer dessa instância terceira não um credor, a quem uma parte de seu gozo seja tributado, mas ser tomado por esse gozo do Outro, ser tomado por esse gozo que o Outro espolia.

Ao buscar desvencilhar-se da condição de sujeito, ele faz-se o objeto de gozo do Outro. Melman (Ibidem) irá dizer que se suprimindo enquanto sujeito, é o próprio Outro que fala no toxicômano no estado de intoxicação, e sem qualquer freio, como no estado maníaco, ordinariamente marcado por uma espécie de funcionamento automático, no qual o falante aparenta mais estar sendo falado do que sustentando uma fala, reduzindo-se a um mero articulador de um texto em que ele dificilmente se reconhece. Aqui se vê um índice de por que o termo mania comparece no modo da psicanálise referir-se às adições psicoativas por meio do termo “toxicomania”.

Pensamos encontrar a partir das considerações acima uma pista para a descrição do modo como o toxicômano participa do que se chama de gozo do Outro. Lacan (1960/1998), em *Subversão do Sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*, assinala-o a propósito da perversão, sem maiores desenvolvimentos. De toda maneira, o texto nos dá a indicação da relação objetual na perversão, pela qual o sujeito se faz instrumento do gozo do Outro. De fato, a perversão tem sido um dos caminhos pelos quais a psicanálise tem abordado a economia psíquica do toxicômano.

O significante da falta no Outro assinala o furo que na perversão intenta-se obstruir. Lacan (1968-1969/2008) diz que o próprio do perverso é tentar tapar o furo no Outro, tentar sanar a falha intrínseca ao Outro, restituir-lhe o objeto a com o fim de lhe conferir plenitude. A castração é escamoteada na perversão, a partir da introdução no Outro de alguma coisa que preencha o lugar da falta fálica. Realiza-se desse modo o gozo do Outro, como gozo que recusa a castração. É explícita a convergência das elaborações lacanianas sobre a estrutura da perversão com tudo que tem sido dito sobre o campo das toxicomanias. Se estamos corretos em nosso raciocínio, a toxicomania representa em seu funcionamento a possibilidade de que, por certo artifício, se possa criar um efeito de obstrução desse cavo assinalado pelo objeto a, que se possa assim sossegar o desejo por um tempo. O toxicômano coloca um objeto nesse lugar e organiza sua vida psíquica em torno desse objeto parcial.

Abre-se então a discussão sobre a possibilidade de afirmar que a estrutura clínica do toxicômano é a da perversão, ou se, como indica Melman (1992), trata-se de uma perversão artificial. Ele defende que, ainda que sejam observadas condutas perversas no toxicômano, a instalação da toxicomania não depende de uma estrutura perversa, preferindo referir-se, para assinalar o que se passa na toxicomania, a uma perversão fabricada, uma neoperversão. Sustenta que os meios farmacológicos são uma forma de ultrapassar a limitação ao gozo imposta pela neurose na direção de uma perversão induzida por meios artificiais, químicos.

Todavia, não é nosso propósito determo-nos na discussão sobre a perversão. Colocar as coisas nos termos em que propomos já não nos poupa problemas. É legítimo interrogar, entre outras coisas, sobre como podemos conciliar essa referida obturação da falta na toxicomania com a afirmação de que na toxicomania o momento do gozo é o momento da falta.

Também cabe questionar a especificidade desse gozo da falta. Se no lugar assinalado pelo objeto a não há senão um cavo ocupável, um lugar vazio, é possível dizer que, em termos gerais, é da falta que se goza. Isto é, não seria privilégio do toxicômano gozar da falta. A questão que permanece é como conceber essa falta em cada caso.

É certo que o toxicômano goza da falta, mas como podemos concebê-la? No estado de dependência, no que comumente é chamado de abstinência, vemos que essa falta atroz experimentada não é a falta atrelada ao deslizamento metonímico do desejo, mas antes uma falta, como afirma Melman (1992), introduzida por uma operação artificial.

Trata-se da falta de um objeto muito específico, um objeto que se toma como consumível: a droga.

O toxicômano então parece circunscrever a falta no próprio corpo, a tal ponto que essa falta de um objeto específico, na chamada abstinência, pode lhe ser letal. Queremos dizer que, por mais que tenha que se haver com a dimensão da falta, o toxicômano a aborda de um modo peculiar. Já vimos que para o toxicômano se trata de escapar da castração, registro da falta simbólica. É então no real do corpo que a droga falta? Conceber a dimensão da falta no real é algo bastante complicado, mas a partir dessa ideia podemos interrogar a asserção de Melman (2008) segundo a qual o momento do ápice do gozo é o da privação da droga.

Na psicanálise, a privação como modalidade de falta tem um estatuto de falta real, o que a distingue da castração como falta simbólica que se situa como dívida, e da frustração como falta imaginária que é relativa a um dano também imaginário. Mas na privação se trata de falta? Ao real nada falta, de modo que falar de falta no real é já estar simbolizando, tendo em vista que conceber o real como diferente do que ele é, é já o ter simbolizado. É preciso estar no simbólico para apontar no real uma falta e assinalar ali a possibilidade de uma presença sobre o fundo de uma ausência, o que é já recobrir simbolicamente esse real, perfura-lo com o significante (LACAN, 1956-1957/1995).

O próprio objeto da privação, de acordo com Lacan (Ibidem), é um objeto simbólico. O que, em nosso raciocínio, acaba por pesar no aspecto simbólico do tóxico, como o instrumento, meio de reencontro com uma falta. Ou seja, assim como no efeito de tolerância, na chamada abstinência, isto é, nas reações psíquicas e fisiológicas provocadas pela ausência da droga, não é só a propriedade farmacodinâmica do tóxico que conta, mas seu peso no simbólico.

O que podemos dizer diante dessas breves considerações é que tudo indica que o que está em jogo no gozo da toxicomania coloca em mira o encontro do real como um encontro faltoso. Trata-se de um encontro faltoso pela incidência simbólica em um real em que nada falta, assim como o gozo buscado pelo toxicômano pretende-se um gozo sem falta. Mas um gozo pleno só pode ser a própria morte. Enquanto não vem a overdose, o momento da privação da droga como de falta de um objeto simbólico é o que está em jogo na toxicomania. A alternância de sua presença e ausência acaba por constituir uma espécie de fort-da, do qual as instâncias sociais repressoras acabam por participar e favorecer. A

falta é recolocada em cena pela via desse encontro no momento de ápice do gozo, ao passo que, no momento do prazer, ela seria escamoteada.

Esse escamoteamento está relacionado à tentativa de realizar uma obstrução da função do objeto a, substituindo-a pelo objeto tóxico. Tal tentativa deve ter todo tipo de consequências e corresponderia ao que já chamamos neste trabalho de curto-circuito pulsional. Enquanto tal, esse processo pula etapas, realiza-se de forma não mediada, não passa por qualquer resistência. O que também nos remete ao que encontramos na literatura freudiana sob o nome de des fusão pulsional: A retirada de componentes sexuais da pulsão de morte. Para a psicanálise, esses são aspectos fundamentais da toxicomania: a voracidade na busca pela morte e a implicação para o sexual. Tudo indica que a dimensão sexual é negligenciada na toxicomania, o que não é motivo para surpresa, tendo em vista sua relação com o gozo fálico. A entrada no gozo sexual se dá ao preço da castração, à qual a toxicomania pretende não dever nada.

Se o gozo sexual é um gozo de linguagem, o esforço em escapar da distância que o significante instaura entre o corpo e o gozo, só pode colocar o sexual fora de circuito. O gozo sexual, enquanto um gozo com bordas, que se organiza em torno de um centro interdito, é um caminho para o que tentamos delinear aqui, enquanto possibilidade de na toxicomania tratar-se de um gozo que seja diferente disso. Trata-se de um gozo distinto do fálico, mas que gravita em torno dele, o gozo do Outro como gozo em jogo na toxicomania.

O objeto tóxico, por meio da sua ingestão, inalação, aspiração, enfim, de sua incorporação, possibilita uma forma de gozo direto no próprio corpo. Vê-se nisso uma espécie de gozo que não deixa de nos remeter ao autoerotismo, na medida em que parece não haver o reconhecimento da barra instaurada pelo Outro, do corte imposto pelo simbólico entre a e a'.

Há uma alusão em Lacan (1968-1969/2008 p.312) a um gozo autoerótico “perfeitamente tipificado nas primeiras sensações mais ou menos ligadas ao onanismo [...]”. Destacamos isso, pois parece confluir com o que Freud (1897/1996 p.323) afirma em sua *Carta 79*: “Comecei a compreender que a masturbação é o grande hábito, o “vício primário”, e que é somente como sucedâneo e substituto dela que outros vícios – álcool, morfina, tabaco etc. – adquirem existência”. Vê-se em Freud as toxicomanias como derivadas de um modo de satisfação autoerótica, que não passa pelo reconhecimento da diferença entre eu e objeto.

Encontramos aí também a ressonância do que foi possível formular sobre o gozo fálico diante da toxicomania. Desembaraçar-se do gozo fálico não é diferente de tentar escapar às dificuldades colocadas pelo sexual e pelo que ele implica de uma relação com o Outro e com a falta no Outro, com o corte entre o *a* e *a'*.

Chemama e Vandermersch (2007), ao ocuparem-se do gozo, chamam atenção para a toxicomania a partir do problema colocado por Freud acerca da satisfação alucinatória. Esse modo de satisfação incluiria, como possibilidade de seu engendramento, a recusa da perda do objeto, o repúdio a uma relação com o objeto que não possa ser assimilada à obtenção de um objeto consumível. A perspectiva da relação com o objeto como objeto consumível e indeterminadamente disponível é o solo da articulação entre toxicomania e sociedade de consumo, conforme proposto por Melman (1992).

Desenvolver o tema da toxicomania no horizonte de algumas formulações sobre o social poderá, quem sabe, aguçar um pouco mais nossas formulações.

5. COMO A TOXICOMANIA CONCERNE AO SOCIAL?

A renúncia à satisfação imposta pela vida em sociedade não se dá de forma inócua. Decorre dela formações sintomáticas com as quais são estabelecidas relações ambivalentes, já que por um lado garantem alguma satisfação e por outro resultam em sofrimento.

Freud (1926[1925]/1996) já havia enunciado que a formação sintomática resulta de um recalque, cuja força motriz é a própria castração. Sendo o recalque a forma de o neurótico lidar com a castração, encaminha-se a concepção de que o próprio sintoma é uma decorrência da castração.

Nosso trabalho sobre o gozo já assinalou como a castração é denunciada pela toxicomania como um entrave aos seus anseios, o que é o alicerce de nosso entendimento da toxicomania como sintoma. É da castração que o toxicômano busca se defender, mas a que preço se dá essa forma de defesa?

Na castração o que está em questão é a perda de um objeto valioso, perda que gera angústia. O trauma é justo esse desamparo frente a uma tensão crescente que está no fundo do sentimento de angústia. Isto é, ao perigo, à ameaça de perda do objeto valioso, fálico, é que responde a angústia de castração (Ibidem).

Acreditamos que não há motivo para se objetar que o toxicômano tem uma experiência de angústia no momento da abstinência, que não deixa de nos remeter ao desamparo frente a uma acentuada tensão. Então, é como se no lugar dessa falta constitutiva no gozo fálico, ele colocasse a falta de outra coisa. É a falta da droga que lhe gera angústia e pode, ao cabo, servir para alimentar o próprio gozo.

A situação de perigo, diz Freud (Ibidem), remontável à castração, é a perturbação do equilíbrio econômico. Retomar o equilíbrio econômico para o toxicômano é tomar uma nova dose. Não obstante, o gozo do toxicômano é o momento da falta, e em seu sintoma, para além do prazer, é o gozo que é buscado. É, na repetição, o gozo que permite que se fale de uma violação ao prazer e seu princípio, pois no fim das contas, o prazer cede ao desprazer (LACAN 1969-1970/1992). É isso que, de toda forma, causa alguma perplexidade por estar apresentado de maneira tão explícita, mesmo caricatural, no toxicômano.

“Ora, acontece que do gozo, apesar de tudo, conhecemos os seus meios. Falei-lhes há pouco das cócegas e do grelhado [...] Ninguém, em princípio, tem vontade de

chegar muito longe em seu uso, mas mesmo assim é tentador.” (LACAN 1969-1970/1992 p.80). O que o toxicômano quer é esse gozo do qual ele trata logo de se pôr a alguma distância pelo consumo voraz da droga. Do que ele goza é aquilo do que ele foge.

Ora, justo porque somos marcados pela falta de objeto, não é privilégio de alguns que o gozo se dê no momento da falta, e que aplaquemos a angústia envolvida nesse gozo por meio da eleição de objetos aparentemente aleatórios mais ou menos adequados a essa função, objetos que deslizam metonimicamente. No que difere o toxicômano? Ele procede por uma espécie de artificialização e enrijecimento desse processo, de modo que nos parece que adquire como uma espécie de “vantagem” um controle maior, no sentido de que ele sabe muito bem onde está e como conseguir o objeto que aplaca a angústia, podendo lhe dar uma resposta imediata que ele sabe ser plenamente eficaz. Frente à angústia, ele trata logo de se proteger com um artifício tóxico. Tudo isso ao preço de uma tensão cada vez maior e da necessidade de uma quantidade cada vez maior da substância.

Lacan diz que (1962-1963/2005) a angústia é o sinal da intervenção do objeto a. Quando algo aparece aí onde há falta, quando esta vem a faltar, comparece a angústia. No fort-da se trata disso, a angústia se dá na impossibilidade de que a mãe venha faltar, e a simbolização de sua ida e de seu retorno constitui essa operação pela qual a sua presença e sua ausência sejam o suporte uma da outra. Que algo possa faltar, que haja uma ausência do que quer que seja em seu lugar, é uma propriedade que o simbólico introduz no real. Não esqueçamos que é a própria castração que corresponde ao registro da falta no simbólico.

É como se o toxicômano não realizasse a simbolização dessa ausência e frente à angústia só pudesse responder com uma voracidade em garantir a presença do objeto por meio de sua incorporação. A resposta estereotipada que o toxicômano pode dar à angústia na abstinência, aponta nele a dificuldade de operar com essa presença sobre o fundo de uma ausência e vice-versa, no que se relaciona à droga, restando-lhe apenas fazer revezar-se a presença e ausência do objeto.

Os momentos de aparecimento e desaparecimento do objeto em questão assumem uma regulação que Melman (2008) irá afirmar como predominantemente orgânica. A que isso pode servir a não ser desvencilhar-se da perda de gozo implicada pelo submetimento às leis do significante, buscar uma forma de gozar que tenta pôr-se fora das leis da linguagem?

Lacan (1976) diz que a droga é uma forma de romper o casamento com o pipi, que é como Hans alude ao falo. Isto é, a droga visa romper com a castração, castração esta que, não devemos esquecer, é o modo de acesso a uma organização fálica, o modo de introduzir-se no gozo sexual. É de uma forma de se virar com a angústia que Lacan está falando quando afirma que toda maneira de se desvencilhar do casamento com o falo é bem vinda ao sujeito, incluindo nisso as drogas.

No entanto, essa operação simbólica conhecida como castração, tal como a encontramos elaborada em Lacan (1964/2008), não é uma etapa ou fase que fica para trás depois de superada. A angústia da castração acompanha o falasser por toda sua história, é uma espécie de fio que perfura todas as etapas do “desenvolvimento”. Estamos destacando isso tendo em vista o que Melman (1992) nos assinala como um efeito absolutamente negligenciado das drogas: seu efeito sexolítico.

Melman (Ibidem) ao se perguntar sobre o que atesta que na toxicomania se trata de um gozo, indica como resposta o caráter anestésico, o efeito de suspensão da existência envolvida no uso de drogas, onde podemos ver o eco da “insensibilidade ao sofrimento” assinalada por Freud (1930/1996). Essa característica é também facilmente reconhecida no próprio ato sexual, onde há esse desvanecimento da existência no que ela pode ter de dolorosa. Seria legítimo então pensar a toxicomania como uma alternativa ao sexual?

Depreendemos que as drogas como forma de romper com o gozo fálico, livra do sexo e dos seus inconvenientes ao visar desfazer-se da castração e da angústia que lhe é própria. Se é de fato assim, encontra-se aqui uma forte razão para sua ampla incidência, na medida em que só pode ser extremamente apelativo ao falasser um método para fugir aos embaraços da sua sexualidade.

O que talvez não seja tão evidente é que, ao recorrer à toxicomania, a forma de se livrar do conflito sexual é a supressão do próprio gozo sexual. Nesse aspecto a radicalidade da toxicomania como forma de defesa contra a angústia, sua incompatibilidade com o gozo sexual, chega a balançar sua própria formulação como sintoma. De fato, romper com a castração não é o mesmo que se defender dela, tal como o neurótico pode fazer. A formulação do sintoma está intimamente relacionada à operação do recalque, de forma que a própria aproximação da toxicomania com a perversão constitui um obstáculo à sua formulação como sintoma. Ficamos com essa questão.

A expressão francesa “petit mort” que alude ao orgasmo como pequena morte, é própria para mostrar como no gozo do toxicômano, não se trata da busca de nenhuma

pequena morte, de uma abolição transitória da existência, mas, a cada vez, de uma aproximação maior da morte como possibilidade concreta, uma abolição não mais temporária: a overdose como fim do mal-estar decorrente da castração.

Ora, um remédio tão eficaz contra o mal-estar é esperado que se dissemine facilmente. Não custa recordar que o que estamos visando responder ao longo deste trabalho é isto: O que demarca, o que constitui a toxicomania enquanto sintoma que concerne de modo tão claro nossa sociedade? Retomemos o mal-estar.

Não deve ser mero acaso a discussão sobre os tóxicos ter aparecido em uma obra que Freud (1930/1996) se dedica a pensar o lugar ocupado pelo mal-estar na vida social. Nesse momento, recorreremos a alguns aspectos desse texto - *O mal-estar na civilização* - para pensar como a toxicomania concerne ao social.

Freud (Ibidem) destaca o lugar dedicado aos tóxicos na civilização, afirmando que ele se apresenta como método para amortecer o sofrimento, sofrimento este que tem as próprias relações sociais como uma das suas mais decisivas fontes. Consideramos assim estabelecida a íntima relação entre tóxicos e a vida social. Se não pelo destaque dado ao vínculo social na série de fontes do sofrimento humano, ao mesmo tempo em que cabe aos tóxicos o destaque na série de métodos de afastamento desse sofrimento, ao menos pelo que podemos ler a seguir sob a pena de Freud (Ibidem):

O serviço prestado pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício, que tanto indivíduos como povos lhes concederam um lugar permanente na economia de sua libido (p.86).

O social como a mais decisiva fonte de sofrimento é marcadamente concernido pelos efeitos que a droga pode propiciar e pelo papel que ela pode exercer na economia psíquica. O tóxico, enquanto uma das três principais formas destacadas por Freud de responder ao mal-estar, mostra-se extremamente apelativo ao conjunto social. A ciência tem como ponto fraco não estar à disposição de todos, sendo necessária determinada constituição bem específica para que alguém se ocupe dela, ao passo que o tóxico é caracterizado por ser amplamente acessível a todos. Além disso, se se pode dizer, com Freud (Ibidem), que a arte conduz apenas a uma suave narcose e que a fruição estética é tenuemente intoxicante, tais ditos apenas atestam sua debilidade em relação às possibilidades oferecidas pelo uso da droga e seus efeitos, o mais das vezes, nem suaves nem tênues.

O prazer e o gozo em cena na toxicomania possuem dentro da sociedade um estatuto especial por essas características que discernem o tóxico de outros métodos para responder ao mal-estar.

Todavia, entendemos que a sociedade não é estática, e que as transformações nela correspondem ao movimento do discurso que organiza as relações entre seus membros. Por essa perspectiva, não é correto assimilar o estatuto dado ao prazer e ao gozo atualmente ao que lhe era atribuído em períodos históricos anteriores, onde a sociedade organizava-se de forma diferente.

Em todos os tempos e nas mais diversas culturas têm-se relatos da utilização das diversas substâncias como forma de afetar a existência do ser humano, de maneira sedativa, extasiante etc. Desde a antiguidade acompanha a humanidade o velho ideal do *pharmakon*, uma panacéia capaz de curar o homem da sua condição de insatisfação. No entanto, ainda que as drogas tenham sido utilizadas no decorrer da história com as mais diversas finalidades, a dependência de substâncias psicoativas hoje encontra uma repercussão nunca antes observada. O que faz a especificidade de nossa relação com as drogas hoje?

Defendemos que a toxicomania não se deve apenas aos efeitos neurofisiológicos que caracterizam as drogas, mas que se sobrepõe a isso uma sobredeterminação inconsciente, por meio do que o fenômeno só pode ser corretamente apreciado levando-se em consideração a incidência das leis da linguagem. Assinalamos, por exemplo, que o registro simbólico tem grande peso em fenômenos como tolerância e abstinência. E se estamos corretos em perceber que a toxicomania hoje, que a relação que estabelecemos com as drogas, atende a propósitos distintos de tudo que possa ter sido sua função ao longo da história, cabe perguntar qual é esse lugar que atualmente tem sido dado aos tóxicos.

A resposta depende de cada um e o fenômeno deve ser situado como restrito às fragilidades psíquicas individuais, ou isso atravessa o tecido social e responde mais como algo da ordem de uma incitação generalizada?

Entendemos que Freud (1921/1996) aponta a indissociabilidade do homem com as suas relações sociais, chamando a atenção para o que seria um falso contraste na distinção entre uma psicologia individual e de grupo. O que poderia justificar essa distinção limitar-se-ia ao enfoque de interesse do pesquisador e não ao material em si. Uma pessoa que esteja em análise comparece aí com todas as suas relações sociais, sendo esse um caminho pelo qual o psicanalista pode ouvir o social. A descoberta freudiana revela no falassar uma

organização que ultrapassa o simples somatório de experiências individuais, revela que o sujeito não é equivalente ao indivíduo. A referência ao sujeito é propriamente subvertida.

A partir dessa noção de sujeito subvertida, ninguém se torna toxicômano sozinho. A subversão do sujeito passa pelo fato de que ele encontra-se na dependência do Outro, lugar onde se desenrola a cadeia significante. A articulação dessa cadeia significante em um discurso corresponde ao que se chama sobredeterminação inconsciente. O sujeito é sustentado por um discurso, não é ele que o sustenta (LACAN 1968-1969/2008).

O inconsciente como discurso do Outro (LACAN, 1953/1998) leva a tomar a instalação na toxicomania como resultante de um discurso que se impõe ao sujeito. A relação com a droga depende do que se passa na relação com o Outro, indica nesta certa especificidade. Isto implica que os problemas que podem advir desta relação com a droga nunca são exclusivamente particulares, implicam necessariamente uma posição diante do Outro, instância mediadora de nossas relações com os outros.

O que diz aquele que adere a toxicomania, qual a sua mensagem? Seja lá qual ela for, estamos cientes de que sua mensagem ele a recebe do Outro, conforme formulação de Lacan (1960/1998). É por meio do Outro, pelo discurso que nele se articula que o sujeito pode ter estabelecida sua posição.

É importante dar vazão ao seguinte questionamento: Do que se trata quando falamos de discurso ao insistirmos que o sujeito o recebe do Outro?

Lacan (1969-1970/1992) refere-se ao discurso como uma estrutura em que subsistem certas relações fundamentais. Distingue-se da fala, pois esta enquanto enunciado efetivo dirigido ao outro, constitui-se, na realidade, mais como efeito desse discurso como estrutura, cujas implicações estão para além do que possa ser factualmente falado. Trata-se de um discurso sem palavras, pois prescinde delas para subsistir. Ressalta-se que dizer discurso sem palavras, não quer dizer sem linguagem. Para além da palavra efetivamente vocalizada, o sujeito encontra-se engendrado por um discurso que lhe impõe certas relações fundamentais, de maneira que toda a sua vida, o seu destino, está amarrado a estas enunciações fundantes que independem de palavras ocasionalmente pronunciadas. O discurso é a própria articulação significante, que rege o que nele pode vir a se apresentar enquanto palavra.³

³ É importante destacar que Lacan (1969-1970/1992) dedica-se demoradamente em seu seminário 17 a desenvolver a noção de discurso e aprofundar essas formulações que apresentamos apenas de modo superficial. Estabelece quatro elementos (a, \$, S1 e S2) que se alternando em seus lugares dão a ler certas

Portanto, pensar a toxicomania no nível do sujeito exige nos atermos ao que lhe ultrapassa: um discurso que ele mais do que emite, recebe. Que mais do que simplesmente recebe, o funda. O discurso, de acordo com Lacan (1969-1970/1992) estrutura o mundo. E é nesse mundo estruturado pelo discurso que o sujeito deve se inscrever, ocupando nele um lugar.

5.1 De que discurso se trata na toxicomania?

Do que tivemos condições de formular sobre a toxicomania até aqui, resta, entre outras possíveis, a questão do que faria a sua especificidade enquanto sintoma que concerne ao social, já que, em certa medida, a partir do que temos sustentado, nada do que se passa no inconsciente é propriamente particularizável.

É o apelo desse fenômeno, o peso que pode assumir no que é o discurso de uma época que, para Melman (1992), demarca a toxicomania como um sintoma e não um sintoma qualquer dentre os outros, mas um sintoma de tipo especial. Talvez resida aqui um indício da resposta para o impasse a que chegamos no que concerne à apresentação da toxicomania como sintoma. Não se trataria de um sintoma para cada um, mas de um sintoma social.

Essa inscrição da toxicomania, mesmo que nas entrelinhas do que pode ser designado como o discurso dominante de uma época, sobrepõe-se a qualquer outra forma de balizamento, como o critério estatístico, pelo qual se poderia pensar que o sintoma social seria um sintoma com alta prevalência na sociedade. Ainda que as estatísticas relacionadas ao consumo e dependência de drogas sejam cada vez mais preocupantes não é sua crescente incidência que faz dela um sintoma social.

Declinamos do propósito de interrogar, em termos estritos, o conceito de sintoma social. De toda maneira, nos empenhamos em extrair algumas considerações das relações que podemos estabelecer entre a noção de sintoma, toxicomania e sociedade, o que pode servir de um trabalho preliminar a outras investigações.

implicações dos quatro discursos que nos enlaçam socialmente: o discurso do analista, da histórica, do mestre e do universitário. O manejo desse recurso estabelecido por Lacan é uma via pela qual a psicanálise tem se debruçado sobre a toxicomania, esforçando-se por situar qual discurso determina a toxicomania.

Interessa-nos no que dissemos acima a referência a um discurso dominante de uma época. Em Lacan (1969-1970/1992), encontramos o funcionamento de ao menos quatro discursos. Algum deles pode legitimamente ser tomado como dominante de nossa época?

O discurso que serve de referência ao que Lacan (Ibidem) irá extrair dos outros discursos, a partir do giro do seu aparelho de quatro patas, é o discurso do mestre, arranjado assim:

$$\begin{array}{ccc} \underline{S1} & \longrightarrow & \underline{S2} \\ \$ & & a \end{array}$$

Esse discurso, em nossa leitura do *Seminário 17*, comparece como referência constante, e é em relação a ele que serão tecidas, por Lacan (Ibidem) algumas considerações sobre o capitalismo. Cremos ter bons motivos para considerar que este discurso cumpre um papel central no que tem sido, até hoje, nossa forma de organização social, cujo eixo é constituído, segundo Lacan (1968-1969/2008), pelo neurótico, isto é, por aquele que responde à castração com o recalque. Nesse sentido, nos referimos a uma sociedade que encontra fundamento nesse discurso.

O sujeito como barrado surge a partir da intervenção do S1 junto ao S2. Essa função do S1 é cumprida por um significante que parte de S2, campo do Outro, e que pode assumir essa função na medida em que difere de todos os outros significantes. Entre S1 e S2 abre-se uma falha, o sujeito. É o que se encontra na definição do significante como o que representa o sujeito para outro significante. Dessa relação do par ordenado S1 e S2, onde surge \$, produz-se uma perda, há um resto nessa operação de divisão. Corresponde a tal perda o objeto pequeno a, o que está em causa para desejo do sujeito.

O discurso do mestre dá a ler tais relações que acabamos de enunciar. Se é com esses quatro elementos (a, \$, S1 e S2) que Lacan (1969-1970/1992) opera na sua explicitação das fórmulas discursivas, não deve ser despropositado esperar que, de algumas das conclusões a que ele chega pelo discurso do mestre, possamos extrair algum direcionamento para a questão da toxicomania. Tais relações são inevitavelmente evocadas quando consideramos que na toxicomania o que está em causa é a tentativa de um efeito de obstrução do objeto a pelo qual o sujeito se demitiria de sua condição desejante.

O que está no lugar de agente no discurso do mestre é o S1, o significante mestre que intervém na bateria da cadeia significativa, S2. O S1 representa o sujeito que se esvanece em S2. Tendo em vista que, ainda que possa ser representado por um

significante, o sujeito não é unívoco, ou seja, não está representado ali de uma vez por todas, coloca-se em primeiro plano esse x da questão do que sou no desejo do Outro, lugar da cadeia significante, na qual o sujeito se perde, constitui-se como barrado. É o desejo do Outro que constitui o desejo do senhor (LACAN, 1969-1970/1992).

Esse S1, função de significante sobre a qual o estatuto do senhor se apoia, possui como princípio a castração, diz Lacan. A posição do mestre sustenta-se no fato de ele ser castrado (Ibidem).

Tal afirmação encontra eco na consideração de que o gozo de que se trata no discurso do mestre constitui, na repetição, um mais-de-gozar. Este só toma corpo na perda instituída pela incidência do significante sobre o sujeito, que dá ao gozo sua marca de incompletude. Essa perda de gozo é própria do que se designa como gozo fálico, organizado pela castração.

No discurso do mestre, o gozo se encontra interdito, é nele propriamente que se situa o mais-de-gozar (Ibidem). Esse mais-de-gozar é justo o que na toxicomania se visa recuperar, não se contentando com as migalhas do gozo, buscando ir até o fim. A toxicomania então escapa a essas implicações do que se chama discurso do mestre? Se como se refere Melman (1992) a toxicomania é alçada ao patamar de um sintoma social, estamos defrontados com um dilema. Ou bem o discurso do mestre não é o discurso dominante, ou ainda não fomos capazes de entrever como a toxicomania encontra seu lugar no funcionamento desse discurso.

Lacan (1969-1970/1992) fala de uma espécie de mutação, em dado momento da história, pela qual é conferido ao discurso do mestre seu caráter capitalista. O capitalista é o senhor, o mestre moderno.

Retomando termos hegelianos, Lacan (Ibidem) indica que o mestre é aquele que na dialética do senhor e do escravo, irá pagar o preço de se expor à morte na luta de puro de prestígio, exposição que irá ser lida como renúncia ao gozo, pagamento do tributo da castração. A partir dessa operação produz-se um mais-de-gozar que deve ser restituído ao mestre. O que faz desse senhor um capitalista, afirma Lacan (Ibidem), é o momento em que se inicia a contabilização desse mais-de-gozar, o que pela via da mais-valia, é a própria acumulação de capital.

Essa transmutação no discurso do mestre parece fundamental para termos uma ideia do que se passa com a toxicomania. Nesse ponto, uma citação de Lacan, sucedida por outra citação de Melman, pode trazer alguma luz. Lacan (1968-1969/2008) afirma:

Quem não concebe que não podemos aproximar nossa situação da dos epicuristas, ou de uma escola como essa? Para eles era possível um certo recuo em relação ao gozo, de uma forma meio inocente, ao passo que nós, pela entrada em vigor do que chamamos capitalismo, eis que somos todos incluídos na relação com o gozo de um modo que se caracteriza pela aresta de sua pureza, por assim dizer (p.322).

Aqui destacamos a relação que é feita entre a pureza do gozo e o capitalismo. Em Melman (1992) interessa-nos uma citação onde este defende que o que pode ser chamado de toxicomania ao longo dos diversos momentos da história responde por funções diferentes do que se tem em questão hoje e diz algo muito assemelhado à citação de Lacan acima, mas recorrendo a um período histórico mais próximo e explicitando o papel da toxicomania na atualidade:

Tome a época da terceira República na França, com seu clima espiritual e cultural. Era inconcebível que a toxicomania pudesse tomar uma dimensão social endêmica como em nossos dias. Isto iria de tal maneira contra o estilo, os ideais, que não poderia acontecer senão com personalidades isoladas ou toxicômanos acidentais [...] Quando uma criança é educada neste clima que é o nosso, no estilo de vida dos seus pais como é em nossos dias, isto é, onde a prevalência é acordada ao gozo, compreende-se que diante das dificuldades que vai encontrar, os atalhos, os caminhos mais curtos sejam tentadores, tanto mais que são atalhos fabulosos, ultrapassando muito os gozos, apesar de tudo, medíocres e, no final das contas, limitados que são os nossos gozos ordinários (Ibidem. p. 95)

Pretende-se com tais citações apontar a ratificação, por meio do que Lacan nos traz sobre o discurso, do que afirmamos inicialmente sobre o nosso problema com as drogas não serem precisamente um problema com as drogas, na medida em que o estatuto da droga hoje é inassimilável às relações que as sociedades já puderam ter com esse tipo de objeto. Trata-se então de pensar que nossa interrogação precisa ter em perspectiva uma mudança de relação social com o que constitui nosso próprio gozo. O que se pode apreender é que as relações que, hoje, estabelecemos com o gozo é peculiar, distinta de outros tempos.

A referência de Lacan ao capitalismo é importante para nós, pois remete nossa questão quanto ao gozo à própria origem do mais-de-gozar na mais-valia. A perda do gozo não é uma novidade histórica introduzida pelo capitalismo, segundo Lacan (1968-1969/2008), o que há de específico é a articulação dessa renúncia em um discurso que permite chegar à formulação de algo como o mais-de-gozar. E a articulação discursiva disso só pode ser prenhe de consequências. É isso que está anunciado quando se diz que o mais-de-gozar é uma função que decorre do discurso. Destacamos isso, pois nos parece

fundamental para pensar o lugar da toxicomania no cenário atual, na medida em que é nesse cenário que se faz ressoar um discurso no qual o gozo é promovido em sua “pureza”, pelo que é possível entender o anseio por um gozo sem falha, sem falta, um gozo pleno, conforme o que já pôde ser assinalado sobre as implicações do engajamento nas drogas.

Melman (1992) defende que o gozo fálico, como gozo em torno do qual a sociedade se organiza, é um gozo dividido, em razão de que, nessa forma de gozar, a relação com o objeto é triangular, é interferida por uma instância terceira, não se faz sem mediação. Portanto, fala-se de um gozo dividido em virtude do que nesse gozo é sacrificado ou tributado a essa instância terceira que exerce um papel de regulador do gozo, isto é, em virtude da castração. O toxicômano enquanto reformador social é aquele que pretende não constituir mais-valia, que pretende uma relação direta, imediata com o objeto, de modo que nada se perca em seu gozo, de modo que não se faça necessário qualquer renúncia.

As considerações acima nos remetem às proposições de Melman (Ibidem) sobre as relações da toxicomania com a chamada sociedade de consumo. Como assinalado no final do capítulo anterior, a perspectiva da relação com o objeto como objeto consumível e indeterminadamente disponível é o solo da articulação entre toxicomania e sociedade de consumo. Referimo-nos a sociedade de consumo enquanto uma forma de organização social que encontra suas leis na economia de mercado, nas relações de compra e venda de produtos. Os objetos postos para o desejo como objetos de consumo, suscetíveis à compra e venda, apresentam-se sob o fundo da possibilidade de uma satisfação ilimitada.

Em Lacan já é possível encontrar algo referente a isso. Se o capitalista é o senhor moderno, quem substitui o antigo escravo, para Lacan (1969-1970/1992, p.33), são aqueles “[...] que são eles próprios produtos, como se diz, consumíveis tanto quanto os outros. Sociedade de consumo, dizem por aí.” Essa característica de ser consumível é explícita na toxicomania. Ele próprio (o toxicômano) se torna produto de consumo, na medida em que se consome nessa dependência do tóxico.

Lacan (Ibidem) ainda diz:

A sociedade de consumidores adquire seu sentido quando ao elemento, entre aspas, que se qualifica de humano se dá o equivalente homogêneo de um mais-de-gozar qualquer, que é o produto de nossa indústria, um mais-de- gozar - para dizer de uma vez, forjado (Ibidem p.84).

Na sociedade de consumo a indústria forja um mais-de-gozar. Coloca-se um tampão para o objeto a na vitrine, sustentando-se que seu consumo pode lhe dar os meios de recuperar o gozo perdido. Assume o primeiro plano a relação com um objeto consumível, não com um objeto que seja causa de desejo. O toxicômano é engendrado por um discurso que lhe impõe o consumo, que faz dele um consumidor que se consome.

Melman (1992) afirma que o que se estabelece como ideal de uma sociedade de consumo é realizado pelo próprio toxicômano. Pode-se dizer então que a droga concerne não apenas à economia psíquica, mas às próprias relações econômicas estabelecidas no seio de nossa sociedade. O que é desenvolvido no trabalho de Melman (Ibidem) é que a droga comparece não apenas como algo relativo à economia psíquica, mas também como algo dependente da economia de mercado.

É ele, o toxicômano, o consumidor ideal, preso em uma relação de inteira dependência com um objeto que o apazigua e ao mesmo tempo necessita ser repetidamente adquirido, em quantidades sempre crescentes. O que lhe distingue do seu contemporâneo não-toxicômano é sua obstinação em realizar esse ideal do encontro com um objeto que lhe preencha, lhe satisfaça plenamente, obture sua angústia, em uma completa relação de dependência, conforme almejado por toda empresa ao lançar no mercado o seu produto.

A partir disso, não há uma diferenciação clara entre o conjunto de nossos anseios sociais e o engajamento na toxicomania, o que põe em relevo a suscetibilidade generalizada a essa forma de gozo que resulta da dependência do tóxico, tanto quanto de outros objetos.

Cabe, no entanto, ressaltar que por mais que a dependência seja a insígnia da toxicomania, não é ela propriamente que faz sua especificidade. Melman (2008) afirma que em certo aspecto somos todos dependentes, e ao dizer isso, refere-se de modo direto à instância fálica. Acrescenta, além disso, que o esforço do mercado em criar relações de dependência entre consumidor e produto, alcança seu alvo com outros objetos de consumo para além da droga, de onde se vislumbra todo um leque de dependências disseminadas na atualidade. Essa realidade corresponde ao ideal mercadológico de tornar os consumidores/clientes dependentes do produto ofertado, tanto faz o que seja ofertado. O que está em jogo na economia do toxicômano pode concernir a muitos outros, que não necessariamente toxicômanos, mas que sofrem os apelos da lógica discursiva que produz a toxicomania.

Talvez resida aqui uma das razões pelas quais a literatura psicanalítica prefira, em geral, falar de toxicomania e não de dependência química. Toxicomania é como a literatura psicanalítica tem nomeado um modo específico de se situar em relação às drogas, de estar defrontado com sua presença e ausência. Atualmente, o meio científico tem utilizado a designação dependência química de maneira majoritária, termo que estabelece certa ênfase no estado de dependência. O termo também denota não uma ênfase, mas uma exclusividade das propriedades químicas na determinação dessa dependência.

Em nosso ponto de vista, a designação dependência química suscita duas questões: em que consiste essa dependência e até que ponto ela realmente é química?

Estar em dependência não é uma característica que distingue o toxicômano dos outros. O que o distingue é antes aquilo que ele coloca no centro de sua condição de dependente: a droga. Melman (1992) afirma que a principal distinção da dependência das drogas é que o objeto do toxicômano é um objeto real.

Vemos nisso um impasse, pois sustentamos no capítulo anterior o caráter simbólico desse objeto cujo gozo se dá no momento de privação. O objeto na privação, conforme Lacan (1956-1957/1995) é um objeto simbólico. Não obstante, não parece absurdo pensar que esse objeto que propicia um fenômeno que é situado pelo próprio Melman (1992) na junção do orgânico com a linguagem, possa ter certo estatuto simbólico cavado no real. Isto é, entende-se que de alguma forma o lugar que esse objeto ocupa no discurso, seu comparecimento na cadeia significante interfere no que é sua incidência, seu efeito. De alguma maneira, o efeito da droga como objeto real, pode ser interferido por certa simbolização. É isso que está em jogo nos fenômenos de tolerância e abstinência e é também o que pode explicar que as mesmas drogas não tenham exatamente os mesmos tipos de reações para cada um, e que o apelo da droga hoje não seja o mesmo que em outros tempos.

O que conta na droga, como temos sustentando, não se limita de nenhuma forma a seus efeitos químicos. Dependência e química não são os únicos termos decisivos.

É a relação de dependência do objeto tóxico que evidencia o esforço de rompimento com um gozo que se dá na dependência da instância fálica. Porque, é disso que se depende em nossa organização social, do falo. Quanto à toxicomania pode-se dizer que não é do falo que seu gozo depende, mas da obtenção e consumo de um objeto privilegiado e exclusivo pelo qual esse gozo poderia ser remediado de sua incompletude.

Tais proposições mostram que não há nada mais adequado do que essa modalidade de gozo para atender aos apelos da economia própria a uma sociedade de consumo. Melman (2008) diz que o próprio desenvolvimento econômico atual demanda a extinção dos limites que se impõem às exigências de satisfação, determina que para esta nada falte. Daí esta espécie de gozo autoerótico, onde não existe qualquer distância entre o consumidor e seu objeto.

As características de ação do tóxico atestam sua apetência para escamotear a falta constitutiva do sujeito. Trata-se de que para cada um, a realização do gozo seja plena. Por outro lado, o quadro geral da toxicomania cumpre o papel de deixar essa falta mais evidente, já que é dela que se goza, e nunca o bastante. O gozo pleno é um propósito infactível, no sentido em que é incompatível com a vida.

Melman (Ibidem) defende que a toxicomania, sob certo aspecto, vem reintroduzir a dimensão da falta em um modo de organização social que possui como ideal que nada possa faltar. A toxicomania comparece como um modo de recolocar em cena a falta, mesmo que seja a falta de um objeto bem específico.

Chemama (2004) também afirma que o gozo na toxicomania é um gozo representativo do que se trata em nossa sociedade contemporânea. De acordo com ele, seria dado hoje privilégio a uma modalidade de gozo não limitado por um interdito, mediante um objeto de fácil disponibilidade. Tal situação é própria de um modelo econômico que concebe o gozo como comprável, que tem seu objeto disponível no mercado.

A toxicomania é, enquanto via pela qual se busca recuperar gozo e escapar do mal-estar, apanágio de valores propagados atualmente em nossa sociedade. Nesse sentido, atenta contra o que pode ser nosso laço social, reduzindo-o a uma relação mortífera. Atenta contra nosso laço, pois é ele que constitui o próprio mal-estar que se visa erradicar.

Ora, se é uma das ênfases de nossos tempos a promoção do bem-estar a todo custo, o direito à satisfação plena, vemos bem como os toxicômanos encontram-se sintonizados com o tipo de gozo que hoje é promovido.

A entrada na toxicomania é uma condição que denuncia o mal-estar como intrínseco ao social e, ao mesmo tempo, mostra uma forma de organização social empenhada na erradicação desse mal.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento deste trabalho acabou por colocar em primeiro plano as relações objetais do toxicômano com sua droga. Nosso tema oferecia ainda outras possibilidades que não foram contempladas em nosso escrito, não obstante, obteve algum êxito em trazer à tona coordenadas importantes para compor uma resposta àquilo que constituiu nossa questão de trabalho: Como a toxicomania concerne ao social?

Encontramos nosso ponto de partida naquilo que foi elaborado por Freud (1930/1996) sobre as intoxicações. Todas as considerações de Freud sobre o tóxico centram-se não nas qualidades e propriedades farmacológicas deste, mas no lugar, no papel que este pode exercer na vida psíquica de cada um. O próprio modo de proceder freudiano em relação a este tema já é uma grande lição.

De modo geral, é possível dizer que o tóxico se presta como remédio para a infelicidade decorrente da impossibilidade de uma vida sem sofrimentos. Daí seu sucesso e seu perigo. A eficácia do tóxico na realização do princípio do prazer, deixando de lado as exigências de parcimônia e adiamento representados pelo princípio de realidade, resulta em uma desconsideração pela preservação da vida.

No entanto, ao levarmos em consideração o que se passa em uma toxicomania, onde a redução da tensão, o alívio prazeroso é apenas uma das etapas do processo, somos obrigados a lançar mão do que, na obra freudiana, é chamado de além do princípio do prazer.

No além do prazer, encontra-se a repetição, que o sobrepuja, e impede que o princípio do prazer atinja seu termo. No impossível que se discerne em toda experiência de satisfação, aponta-se a falta de objeto em jogo no desejo do sujeito, efeito do submetimento do falante às leis da linguagem. Portanto, o falasser tem sua relação com os objetos regida pelo Outro. A relação objetual do falante é organizada por uma falta de objeto.

A falta assinalada pela repetição é tão importante para a instalação na toxicomania quanto o momento de consumo. Discernem-se assim, de modo mais abrangente, os ciclos próprios ao funcionamento do toxicômano, que tem seu prazer assegurado pela droga, ao passo que a sua falta, para além do prazer, aponta seu gozo.

O gozo do toxicômano, enquanto esforço de satisfazer-se a qualquer preço, mesmo que à custa da morte, distingue-se do gozo em torno do qual a sociedade se encontra reunida, que é primordialmente um gozo fálico. Esse gozo encontra no falo, no

significante do desejo, um limite na realização do gozo, fazendo deste um gozo incompleto, cujo aparelho é a própria linguagem. A partir do momento em que se insere em um mundo regido pelas leis do significante, o falante encontra-se condenado à perda de gozo. É esse gozo perdido que o toxicômano parece querer recuperar.

Essa tentativa de recuperação passa pelo que seria uma forma de relação não mediada com seu objeto, que se esforça por colocar-se à parte da exigência da renúncia ao gozo para a preservação da vida social. E, nesse sentido, atenta contra o que nos enlaça socialmente, o gozo fálico.

Destarte, vemos que, em nosso trabalho, as características que pudemos isolar do toxicômano permite que este seja assimilado à figura de um reformador social que tenta justamente curar a sociedade do que constitui sua falha, isto é, seu mal-estar, sem poder se dar conta que é justo essa falha que lhe sustenta. Depreendemos da leitura de Freud e Lacan que o que esse reformador social não pode discernir é que a impossibilidade de satisfação, o limite imposto ao gozo, não é fruto de um desarranjo social, mas é o próprio resultado de nos arranjarmos socialmente. O toxicômano reivindica sua parcela de gozo tributada ao Outro, à castração.

É a castração que se coloca em primeiro plano na discussão sobre formulação da toxicomania como sintoma. No texto intitulado *Os Complexos Familiares* Lacan (1938/2008) aponta que a compreensão do sintoma em Freud recua de sua articulação como expressão do inconsciente para a sua formulação como defesa contra a angústia.

Freud (1926[1925]/1996) irá ratificar a angústia de castração como verdadeiro pivô do sintoma. Ou seja, demonstra, em *Inibição Sintoma e Angústia*, como que aquilo à que a formação sintomática se destina é tentar apagar os vestígios da castração.

Lacan (1960/1998), ao mostrar como o desejo se constitui na separação entre demanda e necessidade, nos fala que o lugar onde o desejo se esboça é aberto pela demanda na falha que pode ser introduzida pela necessidade. Essa falha corresponde ao fato de não haver satisfação universal. Retomamos esse ponto porque, nessa oportunidade, é esclarecido que isso é o que é chamado de angústia. Vemos que o que dizíamos sobre a reivindicação do toxicômano de uma satisfação irrestrita converge com a afirmação de que ele realiza na toxicomania uma defesa contra a angústia, o que poderia legitimar a leitura da toxicomania como propriamente uma formação sintomática em resposta à castração.

No entanto, a radicalidade da toxicomania enquanto resposta à castração parece inviabilizar sua formulação como sintoma nos moldes freudianos. Não se trata de uma defesa, mas de um rompimento que resulta no caráter sexolítico da droga. A toxicomania não é uma renúncia pulsional, não é assimilável ao sintoma enquanto preço pago para constituição da civilização. Na verdade, comparece como tentativa de esquivar-se desse tributo.

Resta pensar que, se é um sintoma, não se trata de um sintoma na acepção em que tivemos condições de apresentar aqui. E o que lemos em Melman (1992) é que a toxicomania não é um sintoma dentre outros, mas que é um sintoma social, o que ele justifica pela sua articulação em um discurso dominante.

Para pensarmos o que seria esse discurso dominante foi preciso lançar mão de algumas formulações encontradas no *Seminário 17* de Lacan (1969-1970/1992). Sem a pretensão de aprofundarmos o estudo sobre os quatro discursos e sua escrita, encontramos nas asserções a respeito do discurso do mestre, e o que nele começou a se apresentar como uma modificação que lhe imprimiu seu caráter capitalista, um encaminhamento para nossa questão de trabalho. Interessou-nos esse caminho em virtude da característica isolada por Lacan (*Ibidem*) da relação com o gozo no capitalismo. Trata-se de um gozo evocado em sua pureza, assim como o que busca o toxicômano.

Depreendemos da leitura de Lacan (*Ibidem*) e Melman (1992) que a chamada sociedade de consumo é o modo de organização social que toma forma a partir de um discurso dominante que põe em primeiro plano a relação com o objeto como consumível, e que impõe que estes consumidores venham eles mesmos a se consumir na realização de um gozo que não reconhece qualquer limite. A toxicomania comparece como efeito de um discurso no qual o gozo ocupa um lugar central. Encontramo-nos enredados por um ideal de satisfação ilimitada que promete, por meio do consumo, um gozo pleno.

A castração, com a qual a toxicomania visa romper, é próprio efeito do funcionamento das leis do significante, e são essas leis que impõem ao gozo sua limitação, sua incompletude. O gozo é visado no jogo do significante, conforme Lacan (1968-1969/2008), de modo que o objeto a, o mais-de-gozar nada mais é do que o resíduo que fica desse processo. Sobre esse caráter limitado do gozo lemos no *Seminário 17*:

Podemos dizer que o gozo é limitado por processos naturais. Mas, para dizer a verdade, nada sabemos disso, se são processos naturais. Sabemos simplesmente que acabamos considerando natural o estado cosquilhoso em que nos mantém

uma sociedade mais ou menos arrumada, só que todos morrem de vontade de saber no que daria se verdadeiramente fizesse doer. [...] Isso é completamente fútil, e mesmo secundário. O importante é que, natural ou não, é efetivamente como ligado à própria origem da entrada em ação do significante que se pode falar de gozo. Com que goza a ostra ou o castor, ninguém jamais saberá nada disso, porque, faltando significante, não há distância entre gozo e corpo (LACAN, 1969-1970/1992 p. 188).

O significante, como aparelho de gozo, tem como resultado a instauração dessa distância entre corpo e gozo que a toxicomania procura contornar pelo consumo de um objeto que tem como propriedade incidir diretamente no corpo, alterando-o quimicamente. A apetência do tóxico para cumprir seu papel em escamotear a dimensão da falta deve-se a essa propriedade pela qual ele põe fora de circuito a mediação estabelecida pelas leis da linguagem entre sujeito e objeto.

Na toxicomania trata-se de reduzir essa distância, de ultrapassar esse estado cosquilhoso e realmente ver no que dá quando realmente o gozo faz doer, quando o prazer cede ao desprazer. Tais efeitos propiciados pelo tóxico mostram-se como extremamente adequados aos ideais sob os quais se encontra organizada a chamada sociedade de consumo. Não há lugar, nesses ideais, para qualquer regulação e intermediação entre o sujeito e objeto de consumo.

Esse modo de estar em relação com o gozo, de sofrê-lo e desfrutá-lo, corresponde ao que é promovido em nosso discurso social, onde é possível discernir uma incitação à toxicomania. A incitação veiculada pela sociedade de consumo é cumprida fielmente por aquele que adere à toxicomania.

O ideal do toxicômano é pôr-se à distância de uma regulação simbólica, instaurada pelo significante. O gozo proporcionado pelo tóxico comparece como forma de um gozo que não passa pelas exigências da linguagem. Daí concluímos que a toxicomania possui forte apelo social em virtude das características do gozo (não mediado, irrestrito) a que ela visa. Estas características estão em consonância com que está estabelecido como ideal de uma sociedade de consumo: a disponibilização no mercado de um produto que seja apto a sanar a incompletude do gozo, que realize o perfeito bem-estar. A incitação que o social empreende no que se refere a esse modo de gozar estabelece a toxicomania como um sintoma de nossos tempos.

Porém, por mais que nosso caminho tenha nos permitido apontar como o conjunto social se encontra implicado no desencadeamento e alastramento da toxicomania, não deixa de causar embaraço a constatação de que corriqueiramente a própria toxicomania

comparece como um mal a ser combatido. Foi com essa constatação que começamos. As mídias, a academia, a ciência, entre outros setores sociais, encontram-se engajados no combate aos efeitos deletérios das drogas. A relação da sociedade com as toxicomanias são paradoxais, na medida em que estas são denunciadas, são combatidas, mas ao mesmo tempo realizam um ideal que é o nosso ideal da sociedade de consumo, de fazer repousar nossa felicidade em um objeto disponível para compra.

A ambivalência que o falasser tem com o seu sintoma, isto é, se por um lado defende-se dele e por outro se esforça por mantê-lo a todo custo, pode ser reencontrado no modo como a sociedade lida com a toxicomania. O sintoma, relembremos, é o substituto e derivado das pulsões recalçadas, renovando continuamente suas exigências e obrigando o eu a se defender. Contudo, na luta contra o sintoma, o eu vai apresentar duas vertentes contraditórias: Por um lado, lutar contra ele, e por outro, lutar ao seu lado. Em razão disso, vai necessariamente buscar um resultado conciliatório para esse conflito (FREUD, 1926[1925]/1996).

Talvez não seja completamente inadequado nos questionarmos sobre a possibilidade de reencontrarmos essas coordenadas no plano social quanto à toxicomania, isto é, questionar se podemos reencontrar essa ambivalência no modo como a sociedade se porta frente às questões que as drogas colocam. Por um lado, denúncia desse gozo que atenta contra nosso laço, por outro, promoção dessa forma de gozo. Promoção que já tem seus efeitos instituídos, por exemplo, na excessiva medicalização de qualquer mal-estar em toda uma vertente da conduta psiquiátrica que se resume a prescrição de fármacos contra a dor de existir. O recurso recorrente e crescente à utilização de medicamentos no âmbito da saúde mental, a medicalização do psíquico, marca nitidamente o lugar ambíguo ocupado pela droga na atualidade.

Tal situação dirige nossa atenção para outro aspecto de nossa relação com as drogas, qual seja, o caráter erotizador que todo o combate, que a repressão ao consumo pode suscitar. Melman (1992) afirma que é raro o tipo de toxicômano que trata de evitar ficar sem a droga. Faz parte de sua economia expor-se a estar em falta. E mesmo que pensemos que isso se deva a intenção de evitar uma dada tipificação penal, só evidenciamos com isso como a sociedade cumpre com sua parte em garantir essa modalidade de gozo, como as instâncias repressoras participam desse processo. O social comparece como cúmplice, no sintoma evidencia seus laços de compromisso com esse gozo mortífero.

Isto é, a compulsão pelo consumo da droga toma seu preço também pela proibição que lhe é imposta, já que o momento de gozo é o da privação da droga, ou seja, a proibição vem de certa forma favorecer o acesso a esse momento de gozo mais intenso. A própria forma de combater às drogas, por vezes, coloca-se a serviço da toxicomania quando, ao simplesmente proibir, ao fazer da droga um objeto interdito (interdição que não é simbólica), reforça o preço desse gozo, valoriza-o no mercado. Daí pensar que qualquer tratamento que parta da condição ou do ideal de abstinência absoluta não possa fazer nada quanto às questões que estão postas para o sujeito

Não é desprezível, do ponto de vista do interesse teórico e clínico, que o falante tenha as drogas como saída para sua infelicidade e que o conjunto social se coloque como cúmplice disso, promovendo essa entrada nas drogas. É, de toda forma, uma resposta aos impasses que a civilização, nosso modo de organização, coloca. Não obstante, essa saída não se faz sem sérios prejuízos e sérias implicações.

A toxicomania enquanto sintoma que concerne ao social representa, de modo claro, como na contemporaneidade temos sofrido em nossa relação com o gozo. Lacan (1968-1969/2008) diz que o sintoma é como o sujeito pode se conduzir diante do mais-de-gozar e complementa: “A maneira como cada um sofre em sua relação com o gozo, porquanto só se insere nela pela função do mais-de-gozar, eis o sintoma” (Ibidem p. 40) Vimos como o mais-de-gozar é um obstáculo à plena efetivação do gozo toxicômano, de modo que seu intento é desembaraçar-se dele. Ou dito de outra forma, é recuperar o que nele se mostra como inexoravelmente perdido. A toxicomania, como sintoma, apresenta-se então como uma saída radical para o modo como alguém sofre sua relação com o gozo, na medida em que é a recusa de, com seu gozo, constituir um mais-de-gozar.

Se a toxicomania como sintoma é alguma forma de se arranjar com as questões que o discurso dominante em nossa sociedade coloca para cada um, isso quer dizer que, do ponto de vista psicanalítico, não há nada que possa ser feito? Não haveria uma intervenção que fosse justificável? Ora, o que Lacan (1964/2008) diz que justifica a intervenção psicanalítica, de modo geral, é que existem outros meios de se arranjar. Isto é, se aposta na possibilidade de não ficar na queixa, situação em que, de modo geral, nos encontramos quanto à luta empreendida contra as drogas: O esforço empreendido nesse combate é contrabalançado pela promoção de uma forma de gozar que encontra nas drogas seu meio mais fácil de obtenção, através da relação de consumo. A psicanálise é o discurso que permite desvelar no sintoma a relação com o gozo. “É justamente a isso que se liga nossa

prática – ali onde lidamos com o sintoma, desvelar, desmascarar a relação com o gozo [...]” (LACAN, 1968-1969/2008 p.316).

Destarte, quanto à posição da psicanálise diante da toxicomania, o que podemos dizer? O discurso do mestre é o avesso da psicanálise, um constitui o contraponto do outro. O que não quer, forçosamente, dizer que há entre eles uma relação de oposição. O discurso do analista escreve-se assim:

$$\begin{array}{ccc} \underline{a} & \longrightarrow & \underline{\$} \\ S2 & & S1 \end{array}$$

No discurso do analista, o *a* está no lugar de dominante no discurso e é esse o lugar que o analista ocupa. Isto é, no discurso próprio à psicanálise, o analista se coloca no lugar de agente, ocupa o lugar de objeto causa de desejo daquele que está sendo analisado.

É no lugar da perda que se produz a função do objeto perdido, do objeto *a*, e é desse lugar que o discurso do analista se põe a funcionar e põe para trabalhar o sujeito como barrado. É a perda do objeto que se põe como causa do desejo.

Se para a toxicomania a relação objetual tende a se reduzir à relação com um objeto consumível, a psicanálise aposta que a situação analítica, a relação com o analista como objeto *a*, possa causar o desejo, aposta que nessa relação possa se produzir um novo S1, significante que faz discurso.

Na toxicomania responde-se à questão que o Outro coloca de maneira estereotipada, isto é, ao *x* da questão do desejo ele só pode responder de uma mesma forma, com o uso da droga, o que aludimos por meio da ideia de um enrijecimento metonímico. O discurso analítico como possibilidade de um novo S1, coloca-se como contraposto a esse ordenamento toxicômano. Trata-se de que, na repetição, não se fique no igual, é uma possibilidade de fazer outra coisa, ocupar outra posição. Na repetição vislumbra-se a possibilidade de que se opere uma mudança de lugar para o sujeito.

Lacan (1962-1963/2005) ensina que o campo da psicanálise é o campo do sujeito. Portanto, se na toxicomania almeja-se o apagamento do sujeito, no discurso da psicanálise, conforme Lacan (1968-1969/2008), trata-se de lhe dar plena presença. A toxicomania insere-se num movimento que busca, de mil modos, consertar a falha, tamponá-la, ao passo que a psicanálise tem na falha o seu centro.

A psicanálise é que pode apontar que a toxicomania não é a única resposta possível ao mal-estar. O mal-estar é o preço a ser pago para que se tenha um pouco de gozo sem precisar queimar os dedos ou chegar à labareda de gasolina.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Tadeu Fernandes de; D'OTTAVIANO, Itala M. Loffredo. Sobre Leibniz, Newton e infinitésimos, das origens do cálculo infinitesimal aos fundamentos do cálculo diferencial paraconsistente. **Educação Matemática Pesquisa**. São Paulo, v. 8, n. 1, pp. 13-43, 2006. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/544/432>>. Acesso em 26/10/2015

CHEMAMA, Roland. Uma herança contrastada. **Revista do tempo freudiano: A clínica psicanalítica e as novas formas de gozo**. Volume 5. Rio de Janeiro, 2004.

CHEMAMA, Roland; VANDERMERSCH, Bernard. **Dicionário de psicanálise**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007.

FREUD, Sigmund. **Projeto para uma Psicologia Científica** (1950[1895]). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume I. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Carta 79** (1897). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume I. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **A Interpretação dos Sonhos** (Parte II) (1900). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume V. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana** (1901). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume VI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade** (1905). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Cinco lições de psicanálise** (1910). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental** (1911). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Sobre a tendência universal a depreciação na esfera do amor**. (1912). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **A pulsão e suas vicissitudes** (1915a) In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **O inconsciente** (1915b) In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Conferências introdutórias sobre psicanálise (Parte I e II)** (1916 [1915- 1916]) . In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Conferências introdutórias sobre psicanálise (Parte III)** (1917[1916-1917]). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Além do Princípio do Prazer** (1920). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Psicologia de grupo e Análise do Ego** (1921). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **O problema econômico do masoquismo** (1924). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XIX . Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Inibição Sintoma e Ansiedade** (1926). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XX . Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **O mal-estar na civilização** (1930). In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Esboço de psicanálise (FREUD 1940 [1938])**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Volume XXIII . Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LACAN, Jacques. **Os complexos familiares** (1938). Tradução: Marco Antônio Coutinho Jorge e Potiguara Mendes da Silveira Júnior. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Função e campo da fala e da linguagem** (1953). In: Escritos. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **A instância da Letra no Inconsciente Ou A razão desde Freud** (1957) In: Escritos. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **A significação do falo.** (1958). In: Escritos. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano.** (1960). In: Escritos. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **O Seminário 1: Os Escritos Técnicos de Freud (1953-1954)** Tradução: Betty Milan. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. **O Seminário 2: O eu na teoria de Freud e na técnica psicanalítica (1954-1955).** Tradução: Maria Christine Laznik Penot com a colaboração de Antonio Luiz Quinet de Andrade. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. **O Seminário 3: As Psicoses (1955-1956).** Tradução: Aluisio Menezes. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. **O Seminário 4: A Relação de objeto (1956-1957).** Tradução: Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

_____. **O Seminário 5: As formações do inconsciente (1957-1958).** Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **O Seminário 7: A Ética da psicanálise (1959-1960).** Tradução: Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **O Seminário 10: A angústia. (1962-1963).** Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **O Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964).** Tradução: M.D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **O Seminário 16: De um Outro ao outro. (1968-1969).** Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **O Seminário 17: O avesso da psicanálise. (1969-1970).** Tradução: Ari Roitman. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

_____. **Journées des cartels de l'École Freudienne de Paris.** Lettres de l'École freudienne, 18, 263-270, 1976.

LO BIANCO, Anna Carolina. Sobre as bases dos procedimentos investigativos em psicanálise. **Psico-USF**, v. 8, n. 2, p. 115-123, Jul./Dez. 2003.

MARX, Karl. **O Capital.** Crítica da Economia Política (1867). Vol. 1. São Paulo Editora Nova Cultural, 1996.

MELMAN, Charles. **Alcoolismo, Delinquência e Toxicomania.** Tradução: Rosane Pereira. São Paulo: Escuta, 1992.

_____. **A prática psicanalítica hoje – Conferências.** Rio de Janeiro: Tempo Freudiano, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento: CID-10.** Porto Alegre: Artes Médicas. 1993

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística geral (1916)** Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Ed.Cultrix, 2006.